

Brasília,
aos 33 anos,
ganha sua
Lei Orgânica



IMPRESSO

CONTRATO Nº 3956/ 91
ECT/ CÂMARA LEGISLATIVA DF
UP: AC/ CÂMARA LEGISLATIVA

L • E • T • U • R • A • S

ESPECIAL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

ANO, I, nº 05 Brasília, 21 de abril de 1993

A lei é do povo

Neste número especial do "DF Letras" sobre o 33º aniversário de Brasília, cidade-síntese de todos brasileiros, publicamos, em destaque, o depoimento dos 24 primeiros legisladores do Distrito Federal, incumbidos pelo voto popular, de elaborar a nossa Lei Orgânica que a Câmara Legislativa vai promulgar.

Na opinião de cada um, um sentimento comum: a esperança, a certeza de que o DF, ao ganhar a sua lei máxima, assuma em definitivo a sua cidadania.

A lei é do povo. E para ele foi criada.

Ao homenagear o 33º aniversário de Brasília, idade de Cris-

to, como consagrou o ditado popular, mostramos em artigos, pesquisas históricas, ensaios, a epopéia que foi a construção da nossa Capital. O gesto intrépido, destemido, ousado do presidente Juscelino Kubistchek de transformar a profecia de Dom Bosco em realidade.

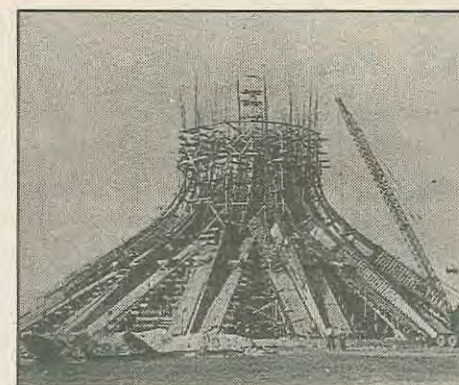
Brasília, somos todos nós. Políticos, trabalhadores, donas-de-casa, estudantes, operários, crianças... E são os seus poetas, seres sublimes, que cantam em nossas páginas, o espírito, o sentimento, O sortilégio de ser, viver, Brasília.

Brasília, somos todos nós!

Rose Mary Miranda
Vice-presidente

Nesta Edição:

- 1.....Capa/Rui Faquini
- 2.....Opinião/ R. Miranda
- 3.....Brasília Hoje/ Nelson Pantoja
- 4.....Sonho e Realidade/ L.C. Lopes
- 7.....Crítica e Defesa/ L.C. Lopes
- 9.....Epopéias / Ernesto Silva
- 10.....Artigos/ C. Michiles / E. Balduino
- 11.....Lei Orgânica
- 12/13.....Depoimentos / Lei Orgânica
- 14.....Razões-DF/D. Howard
- 15.....Histórias do Planalto / P. Bertran
- 17.....Reportagem / D.C. Marinho
- 18.....Reportagem / Zínia Araripe/ Resenha
- 19.....Reportagem / J.C. Neto
- 20.....Poesia / N. Behr
- 21.....Signo Brasília / Galvão Junior
- 22.....Bric-a-Brac
- 23.....Poetas / Imprensa
- 24.....Contracapa / Faquini/Pantoja.



Oscar Niemeyer



Elder Rocha Lima

Cartas

San Diego, California, March 31/93

Amiga Deputada Rosemary: Felicito pelo seu ótimo trabalho frente à sociedade brasiliense, especialmente em "prol da MULHER".

Li sua matéria no jornal "DF-Letras", suplemento cultural de 8 de março de 1993. Lendo essa reportagem aqui, resolvi enviar esta. Vivo aqui, mas meu coração está no Brasil, meu país.

Feliz Páscoa. Estou às suas ordens. Do amigo, Prof. Arnaldo Lapa

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES
UNIT FOR THE PROMOTION OF DEMOCRACY
March 30, 1993

Maria de Lourdes, minha amiga

Muito obrigado pelo material (o "DF Letras" e sua "newsletter") que tomei a liberdade de enviar para a Linda Poole, minha vizinha de trabalho que preside (ou coordena?! a Comissão Interamericana de Mulheres. Tenho certeza que ela vai se interessar no seu trabalho, e certamente ficará tão orgulhosa quanto eu pelos seus logros e esforços na assistência à família e, principalmente, à mulher em Brasília. Grande abraço amigo, Edgardo C. Reis
ps: mantenha-me informado sobre suas atividades e, se lembrar, envie-me o DF Letras de vez em quando!

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Ofício nº 023/93

Goiânia, 27 de março de 1993

Senhor Escritor,

O Conselho Municipal de Cultura, em sessão plenária do dia 23 de março do corrente ano, aprovou, por unanimidade, propositura apresentada pelo Conselheiro Gabriel José Nascente no sentido de encaminhar voto de aplauso a V.Sª por haver assumido a editoria do valioso "DF-LETRAS", que muito contribui para o incremento da cultura nacional.

Cumpre-nos assinalar que o Colegiado está à sua inteira disposição bem como aproveitamos para solicitar de V.Sª o envio do citado periódico, para ser anexado ao nosso acervo. (Rua 101 nº 123, Setor Sul - Conselho Municipal de Cultura)

Assim sendo, manifestamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO
Presidente

RJ 05 de abril de 1993

Gostaria imenso de receber o "DF LETRAS". Sou professor de História e Literatura formado pela Universidade de Harvard. Sou também poeta, tendo obtido (meu livro OUTONOS) o prêmio "Jorge Fernandes" da União

Brasileira de Escritores em 1990. em 1992 obtive o prêmio "Stanislaw Ponte Preta" na categoria poesia conferido pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

Luis Maria Acunã
Ladeira dos Tabajaras, 346/4
22031-IIO Copacabana
RJ.

Araguapaz-Go. 22/03/93.

Caríssimos diretores da Publicação Literária Mensal Da Câmara Legislativa do Distrito Federal: A todos os componentes do Diário da Câmara Legislativa, e da composição da Câmara do Distrito Federal (Excelentíssimos Deputados (a))

Muito lhe agradecemos pelas honrosas "EDIÇÕES" do DF Letras (suplemento Cultural) que pelo qual nos sentimos Gratos e Honrados por receber MENSALMENTE um SUPLEMENTO de tão grande VALOR e importância cultural para o nosso povo, onde na Cultura formamos uma só Nação dignos de nossas Raízes.

Estas Edições se tornam mais valorosas ainda quanto que o Clube da Amizade é uma Entidade Filantrópica, que tem como objetivo fundamental desenvolver a Cultura de modo geral, eis o fato que estas edições têm muito cooperado para o nosso trabalho e desenvolvimento.

Sebastião de Barros Abreu
SQS 302 - Bloco B - Ap.
304

Plano Piloto - Brasília, DF



Publicação Literária Mensal da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Coordenador de Editoração:

Ivan Carvalho
Editor Geral
Nelson Pantoja
Editores Executivos
Paulo Bertran, Luis Rocha
Luis Recena e C. Lysias
Projeto Gráfico
Cláudio de Deus
Fotografia
João Wesley

Vice-Presidência

Rosemary Miranda
Chefe de Gabinete
Sebastião Cunha
Assessores Especiais
Chico Nóbrega e Nelson Pantoja

Colaboraram nesta edição:

Donalva Caixeta Marinho, José Coury Neto, Zínia Araripe, Maria Felix, Luis Rocha, João Wesley, José Galvão Junior, Elder Rocha Lima, Cassiano Nunes, Paulo Bertran, Luis Carlos Lopes Nicolas Behr, Luiz Gonzaga da Rocha, Adriano Aragão, Maria de Lourdes Reis, Dinair Andrade da Silva, Maria G. Cruvinel, Terezy Fleuri de Godoi, Miguel J. Malty, Levis Augusto Gomes, Luiz Geraldo

Comunicação Social

Coordenador: Arthur Godim
Chefe da Seção de Divulgação: Cláudio Lysias
Chefe da Seção de Relações Públicas: Luiz Recena
Chefe de Relação com a imprensa: Adriana Jobim
Redação: José Coury Neto, Maisa Valério, João Alberto, Donalva Caixeta Marinho, Cristina Timponi e Zínia Araripe.

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Coordenador de Editoração
Ivan Carvalho
(Reg. Profissional 461/04/DF)
Projeto Gráfico
Cláudio de Deus
(Reg. Profissional 1943/10/DF)

Editor-Executivo
Luis Rocha
(Reg. Profissional 1433/08/DF)
Secretárias
Tereza Cristina A. Lima e
Miriam Barbosa Xavier

DF-Letras-Diário da Câmara Legislativa tem assinatura gratuita. Os pedidos devem ser enviados para o endereço abaixo, constando o nome do assinante, profissão, endereço completo e telefone para contato.
DF-Letras-Diário da Câmara Legislativa/Redação
Câmara Legislativa do Distrito Federal-Sala F25
Sain-Parque Rural Norte 70086-900 - Brasília / Tel.: (061) 3475128

Composição da Câmara Legislativa do Distrito Federal



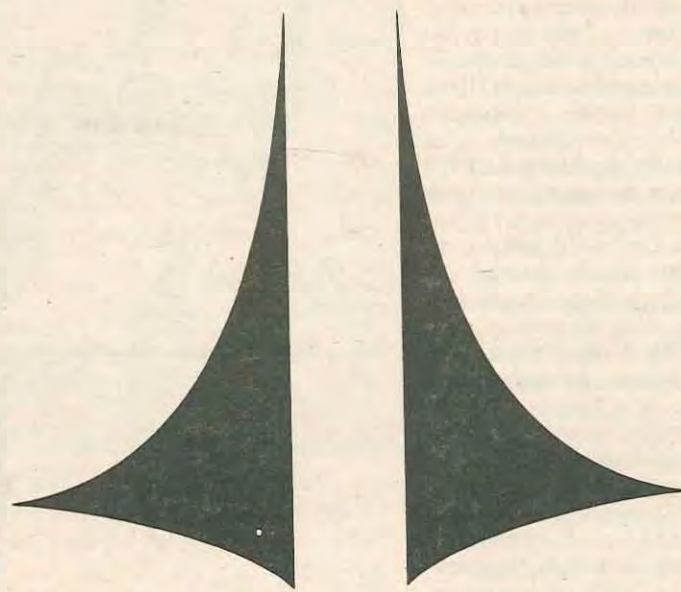
Mesa Diretora (biênio 93/94)

Benício Tavares
Presidente
Rose Mary Miranda
Vice-presidente
Lúcia Carvalho
Primeiro-Secretário
Peniel Pacheco
Segundo-Secretário
Cláudio Monteiro
Terceiro-Secretário

Deputados
Agnelo Queiroz
Aroldo Satake
Benício Tavares
Carlos Alberto
Cláudio Monteiro
Edimar Pirineus
Euripedes Camargo
Fernando Naves
Geraldo Magela
Gílson Araújo
Jorge Cauhy
José Edmar
José Ornellas
Lúcia Carvalho
Manoel Andrade
Maria de Lourdes Abadia

Maurílio Silva
Padre Jonas
Pedro Celso
Peniel Pacheco
Rose Mary Miranda
Sulviano Guimarães
Tadeu Roriz
Wasny de Roura

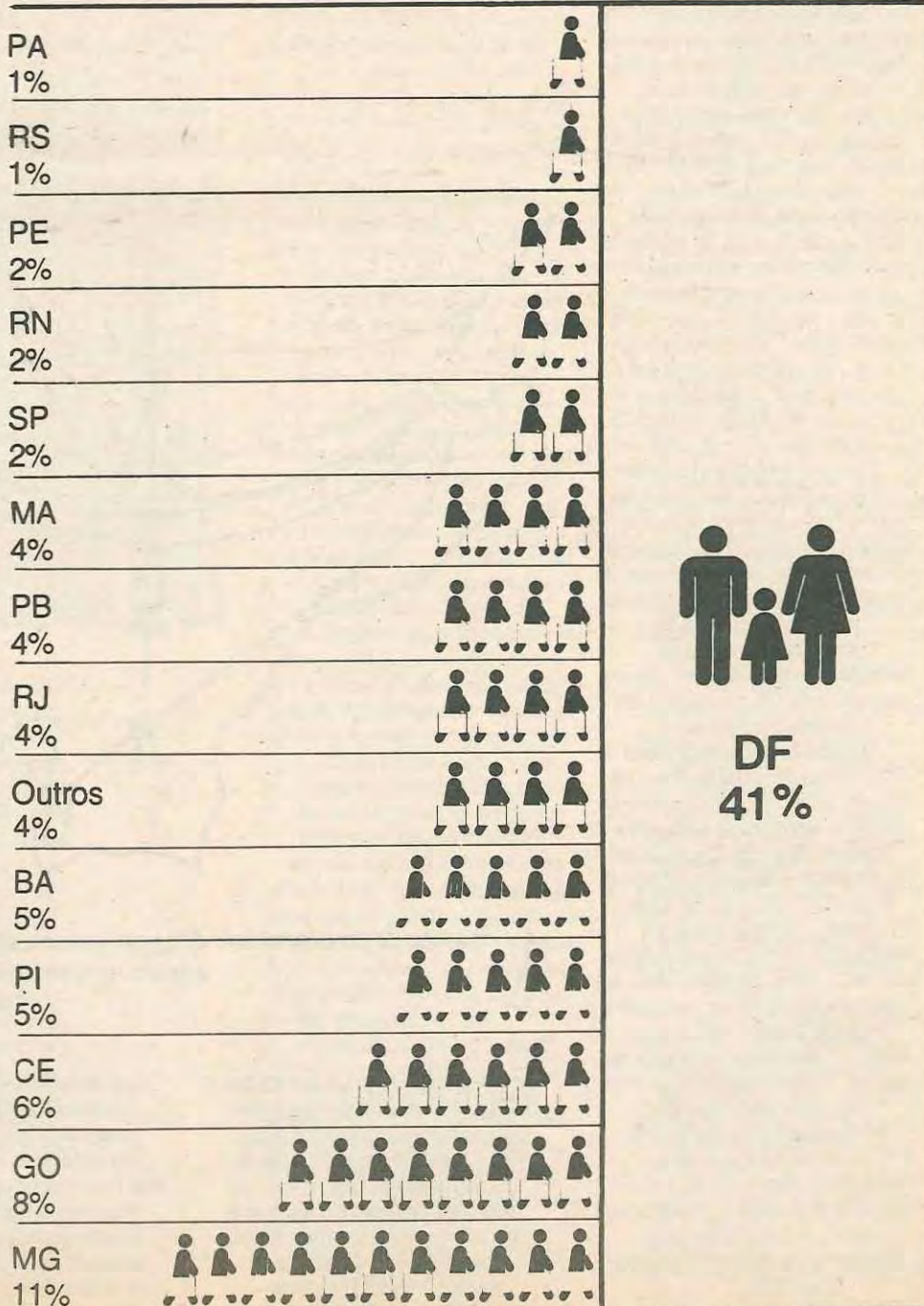
Brasília, esquina de todos os brasisis



NELSON PANTOJA

Editor/DF Letras

Paraenses, do pato-no-tucupi ao tacacá; goianos, do pequi e da guariroba; gaúchos, do chimarrão e do churrasco; cariocas do samba e da irreverência; paulistas, “uma pizza, ô meu!”; baianos, os bons baianos, da malemolência e do acarajé; pernambucanos da gema; cearenses; paraibanos; mineiros”, uai, sô!”, gente de todo o país formam a cultura do homem brasiliense. Brasília é, portanto, a esquina étnica onde se encontram todos os brasileiros.



dem em domicílios particulares e o contingente aqui “fixado há mais de 10 anos representa cerca de 63% dos moradores”.

Comparando-se os dados obtidos pela Pesquisa Domiciliar/1990 com os do Censo Demográfico de 1980 do IBGE, de acordo com o levantamento, “constata-se que ocorreu no período 80/90 um acréscimo de 562.044 moradores urbanos no DF, dos quais 333.540 aqui nasceram há menos de 10 anos e 306.996 representam o saldo migratório da corrente que se dirigiu para a capital no período analisado”.

Pelo levantamento, entre as Unidades da Federação que mais contribuíram com migrantes para o Distrito Federal no último decênio destacam-se Minas Gerais (12,8%), Goiás (10,6%), Bahia (9,6%) e Piauí (9,6%). Averiguando, em detalhes, o gráfico que publicamos ao lado, não há como negar: Brasília é a esquina de todos os brasisis.

No momento em que Brasília se prepara para adquirir, em toda plenitude, a sua cidadania com a promulgação da sua Lei Orgânica, só nos resta condenar com veemência aqueles que insistem em desdenhar-la mesmo conscientes de que, aqui, neste cerrado do Planalto Central, de um gesto natural como se estivesse apenas fazendo o “sinal da cruz”, como disse Lúcio Costa, JK construiu a casa de todos os brasileiros.

Cearense de Brasília ou brasiliense do Ceará? Gaúcho de Brasília ou brasiliense do Rio Grande? Acreano de Brasília ou brasiliense do Acre? Maranhense de Brasília ou brasiliense do Maranhão? Potiguar de Brasília ou brasiliense de Natal? Por mais que os detratores, em seu atavismo superado, tentem desmerecer Brasília, como alguns incautos ou melhor seria dizer, incultos? — que surgiram recentemente no Rio criando um movimento **estático** pelo retorno da capital, Brasília é a cidade-síntese do Brasil. É o Brasil de todos os brasisis. É a nossa cara!

Estamos todos aqui. Brasília, somos todos nós — dizia e slogan de seus primórdios. Pura verdade! E os números, todos sabem, não mentem. De acordo com o resultado de uma minuciosa pesquisa realizada pela Codeplan, em 1990, envolvendo um amplo projeto com aplicações de 11.255 questionários em entrevistas domiciliares, e que hoje ainda serve como referência estatística para traçar o perfil demográfico do DF, Brasília é formada, 33 anos depois de sua fundação, por contingentes de brasileiros oriundos do Oiapoque ao Chui.

De acordo com este levantamento, os naturais do Distrito Federal — filhos, netos, bisnetos dos primeiros **brasilienses** vindos do seu Estado Natal — já representam 41% dos que aqui resi-

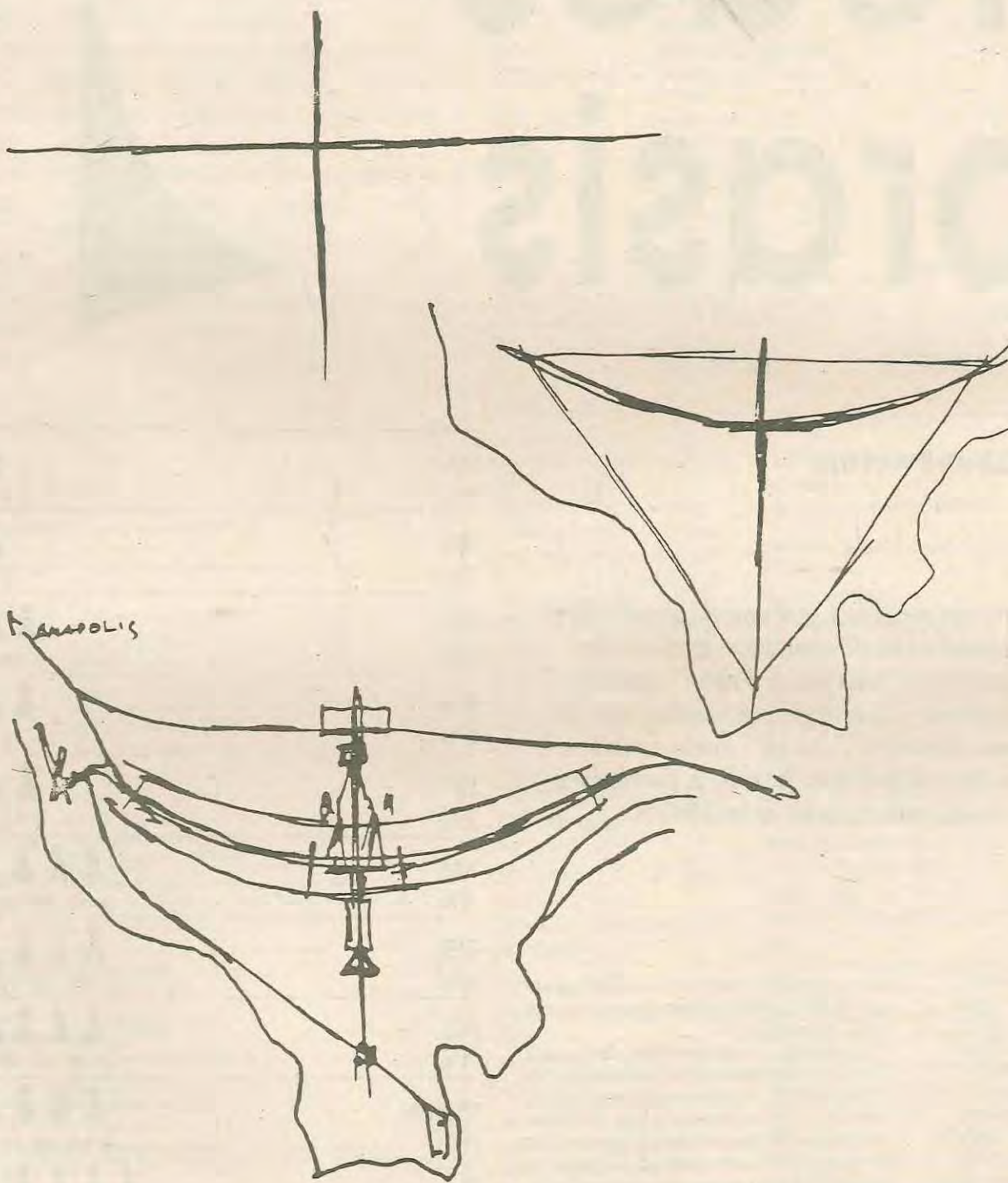
Sonho e realidade na terra escolhida para ser capital

Lúcio Costa não desconhecia a realidade política brasileira, mas é inegável a presença de componentes utópicos em seu discurso. Brasília, assim, nasceu do encontro do sonho com a realidade, da concepção universalista de seus idealizadores com a brasilidade crua e nua de seus milhares de construtores, transformando-se, desde o início, numa cidade ímpar no mundo, no símbolo das contradições de um imenso país.

LUÍS CARLOS LOPES

Universidade De Brasília

"O simples fato de Brasília existir é uma coisa esplêndida"
L. Costa



"Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz".

Lucio Costa

Ao se definir pela transferência da capital, Juscelino Kubitschek tinha um problema: quem iria construir uma cidade que estivesse à altura das propostas de modernização que caracterizavam o seu programa de governo? Quem poderia adaptar o Projeto Brasília à idéia de fazer 50 anos em cinco, naquilo que chamaria de "meta-síntese"? Quem era confiável, sob o ponto de vista técnico, político e pessoal, para realizar um empreendimento de tal vulto? Ao que parece, Juscelino percebia que, se falhasse, colocaria a perder todo o seu projeto político. Havia descoberto, durante a campanha eleitoral, que a transferência da capital era uma bandeira que uniria a maior parte do país, mais eficaz do que as outras que alardeara no Plano de Metas. Cercou-se de todos os cuidados para que não houvesse surpresas desagradáveis. Seguindo o estilo brasileiro de governar, buscou, em Minas, Israel Pinheiro, para dirigir a Novacap. No Rio de Janeiro, procurou Oscar Niemeyer e lhe ofereceu a missão. Segundo o arquiteto: "terminada Pampulha, e este período que eu continuei em contato com o Juscelino, caminhamos sempre juntos, ele sempre me convocando quando eu precisava e eu tive que... ele foi me procurar em minha casa para fazer Brasília: "Ah, Oscar! Eu desci com ele e ele disse: "Tô louco para começar Brasília."

Logo uma semana depois eu fui com ele, o Lott, os ministros para visitar o local (no dia 2 de outubro de 1956).

Confesso que eu fiquei assim... muito... surpreso, que era longe demais, não é? A gente ia de DC-3, não é? Tanto que levava três horas para chegar lá e era um

descampado, uma terra hostil, vazia, não tinha nada. De modo que ele me disse: "Olha, conto com você.

Vamos tocar isso para frente de qualquer maneira". E eu, um mês depois, já tinha organizado a minha equipe e me ensiei lá naquele fim de mundo, não é? Então foram três anos assim de trabalho em Brasília, sem arredar o pé de lá." (63)

Niemeyer aceitou o desafio sob certas condições. A principal delas foi a realização de um concurso nacional, com um júri internacional, que definisse um Plano Piloto para a nova capital. Seguiu os preceitos da experiência mundial do modernismo, a idéia de planejamento socialista e se postava como membro do movimento dos arquitetos brasileiros.

O concurso nacional do Plano Piloto da nova capital do Brasil foi lançado, através de edital publicado em 30 de setembro de 1956, sob a responsabilidade da Comissão de Planejamento e Mudança da Capital Federal. (64) Ao proceder desta forma, o governo buscava a legitimação, junto à comunidade de arquitetos, de sua decisão política de construir e transferir sua sede para o

Planalto Central. Seguiu uma tradição preexistente no Brasil e no exterior. O concurso servia também à publicidade nacional e internacional dos propósitos de Juscelino. Outras medidas acompanhavam o evento. A mais importante de todas, a criação, oito dias antes, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. (65).

O edital que estabeleceu as regras para os projetos que participariam

do certame fixou o prazo de 120 dias (66), a partir da data das inscrições, para a entrega final dos trabalhos. Era obrigatória a apresentação do "traçado básico da cidade" e de um "relatório justificativo". Abriu-se o concurso somente para arquitetos, engenheiros ou urbanistas — pessoas físicas ou jurídicas — domiciliadas no país e registradas no Conselho Federal de Engenharia e

Arquitetura da época. Vedou-se qualquer possibilidade de um concurso internacional. O júri previsto deveria ser formado por dois representantes da recém-criada Novacap, um do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e dois urbanistas estrangeiros a serem convidados. Foram estabelecidos os prêmios de um milhão de cruzeiros para o primeiro lugar, 500.000 para

o segundo, 400.000 para o terceiro, 300.000 para o quarto e 200.000 para o quinto. Na época, excelentes valores. (67)

O artigo de número 15 do edital gerou dúvidas para alguns concorrentes. Ele estabelecia que deveria haver perfeito acordo entre a Novacap e o ganhador do prêmio para que o seu projeto fosse implementado. Israel Pinheiro —

presidente da Novacap — enviou carta, datada de 16 de outubro, a Ernesto Silva — presidente da Comissão de Planejamento e Mudança da Capital Federal — reiterando os termos do mesmo artigo, apesar da nova redação. A Novacap resguardou-se de ser obrigada a desenvolver um projeto que não viesse de encontro com as premissas de sua direção.

No mesmo período, Oscar Niemeyer escreveu ao presidente do IAB — Ary Garcia Rosa —, esclarecendo que predominavam, no sítio escolhido, os ventos leste.

Informou sobre a previsão de construção de um estrada de ferro que ligaria Anápolis a Vianópolis, cidades goianas, à nova capital e outra, de rodagem, realizando esta ligação. Explicou que já havia uma planta do sítio à disposição dos concorrentes, estabelecendo a construção de uma represa, um hotel, o palácio presidencial e um aeroporto. Ainda, segundo

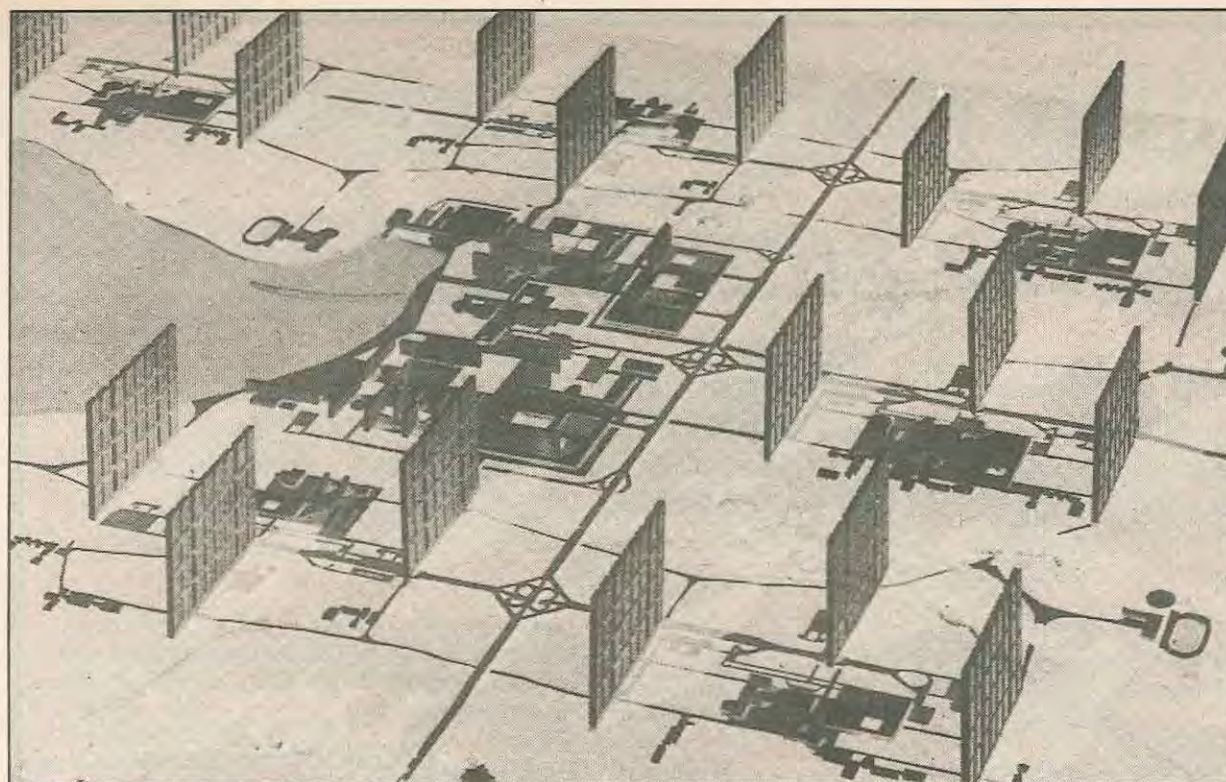
Niemeyer, não haveria mudanças na organização ministerial existente e a cidade deveria ser pensada com um desenvolvimento limitado de atividades industriais e agrícolas. Informou que já estavam sendo construídos o hotel, o palácio e as instalações da Novacap. A população prevista para a cidade não deveria superar o número de meio milhão de habitantes.

Forneceu algumas outras indicações técnicas para os concorrentes. Note-se que na posição de diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura, Niemeyer já possuía uma concepção parcial e provisória da cidade a ser construída. (68) O projeto ganhador deveria estar afinado com suas premissas.

A idéia do concurso público foi muito bem recebida pelos profissionais da área.

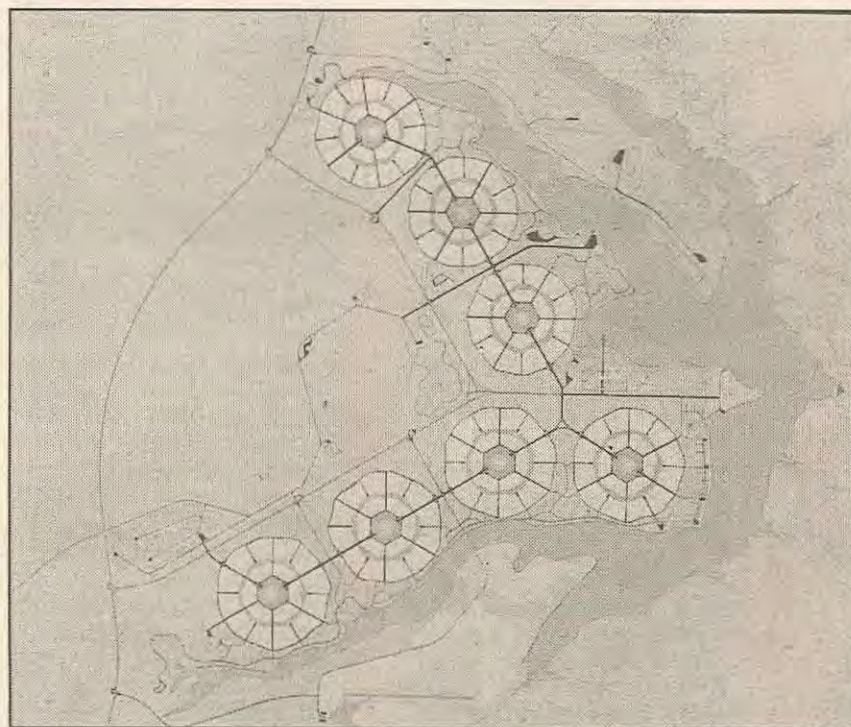
Registraram-se 62 inscrições e 26 projetos foram apresentados. Dos que efetivamente concorreram, sete foram propostas de equipes, dois eram de empresas e as demais, de caráter individual, com propostas formuladas por profissionais autônomos ou ligados a construtoras. Participaram do evento 28 arquitetos, quatro engenheiros, dois engenheiros-arquitetos, um sociólogo, três que não declararam suas profissões ou não foi possível identificá-las e duas firmas de engenharia (69). Possivelmente mais de 50 profissionais estiveram envolvidos (70).

De modo geral, segundo os dados disponíveis, os planos apresentados tinham fundamento na escola modernista. O concurso demonstrava a imensa influência desta corrente no Brasil. Os princípios de Le Corbusier, Walter Gropius, Mies van der Rohe et alii estavam contemplados em



... Em junho de 1958, começamos a sentir a conveniência de mudar para Brasília, a fim de dar fiscalização direta às construções em andamento e ao trabalho, inclusive aos novos projetos, o ritmo contínuo e acelerado que somente um regime de tempo integral poderia garantir.

Oscar Niemeyer



Mário Wagner Vieira da Cunha e Paulo de Camargo e Almeida e a chefiada por Milton C. Ghiraldini, que representava a Construtécnica S. A. Comercial e Construtora. A comissão julgadora, formada basicamente por arquitetos, não premiou nenhum engenheiro. Entre os vencedores, somente Mário Wagner não tinha a mesma profissão. Era sociólogo. Como se pode constatar, o júri aumentou o número de premiáveis, previstos no edital, de cinco para sete. (78)

Depreende-se da leitura das duas únicas atas do concurso que William Holford teve papel proeminente nos acontecimentos. O mesmo pode-se dizer de Paulo Antunes Ribeiro. O julgamento procedeu-se de forma rápida. O representante do IAB contabilizou dois dias e meio, fato contestado pelos outros membros. A sua postura teria sido derivada de uma concepção corporativa? Teria ele, na sua posição de líder profissional, defendido um espaço

maior para os sócios do IAB? Em nenhum momento Paulo Antunes questionou o valor dos projetos escolhidos e nem objetou contra os seus fundamentos. E os demais? Teriam escolhido o projeto de Lúcio Costa pelo seu papel anterior e sua postura, reconhecida internacionalmente, de "maquis" da nova arquitetura? A sua vinculação com o governo (79), a sua condição de carioca, o seu trânsito no exterior, etc. teriam pesado na escolha? Nada disto é encontrável, de forma explícita nas atas e em outros documentos da época. As críticas de vários arquitetos aos resultados do concurso foram também documentadas por Yves Bruand. (80)

O fato é que Lúcio Costa já era, no Brasil, naquele momento, ao lado de Niemeyer, um dos principais representantes do denominado "estilo internacional". Ambos já haviam trabalhado juntos e tinham projetos consagrados no país e no

exterior. Nenhum dos demais concorrentes gozava da mesma reputação e possuía o mesmo círculo. Ary Garcia Roza, na época presidente do IAB, explicou que: "O concurso não tinha uma metodologia... é... normalmente nos trabalhos desse grupo, por assim dizer. Não havia uma documentação preliminar de dados, não havia uma... diretriz específica sobre a futura capital. Então, se trabalhava mais na questão de idéias. Veja bem, eu que participei de vários juris de concurso: existem duas fases do concurso quando se aprecia. Uma é aquele impacto inicial que você sente a síntese da concepção, conhece o programa e vê a síntese da concepção; e a outra parte é a análise quando há dúvidas sobre um ou dois elementos, você entra em detalhes sobre valores que... que juntos ganhavam de outros. Realmente o trabalho do Lúcio pela sua simplicidade, pela sua, sua, digamos assim, pureza de apresentação, o que interessava era, era o produto, o resultado e não o material que ele apresentava nem a própria metodologia. Isso foi que, de uma certa forma, o Paulo Antunes se... seguiu. Ele exigiu muita disciplina nesse trabalho. (81)

Em entrevista dada ao Arquivo Público do Distrito Federal, o vencedor atribuiu a Holford a sua vitória. Disse que o inglês teria lido três vezes o seu texto até pronunciar a expressão: "I enjoyed it". Segundo Lúcio Costa, foi ele "que comandou, praticamente, a solução, a votação, ele que escolheu." (82)

O arquiteto brasileiro nunca recebeu o prêmio em dinheiro que lhe foi conferido. Depois da inauguração de Brasília, em 1960, foi buscar o dinheiro. O valor havia se depreciado com a elevada inflação do período. Tentou fazer com que o governo o corrigisse. Não conseguiu. Por isto, afirmou que: "O prêmio... esvaneceu" (83)

Brasília talvez seja a única cidade do planeta que foi integralmente planejada dentro dos princípios da

Carta de Atenas. Não sabemos se Chandigarh, capital artificial do Punjab na Índia, projetada por Le Corbusier, seguiu quando construída, tão rigorosamente as idéias da Carta. Corbusier definiu o seu plano urbanístico em 1950 e logrou construir alguns prédios. A cidade foi edificada entre 1951 e 1965. Em Brasília, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e suas equipes planejaram e orientaram a construção de uma cidade, entre 1956 e 1960, de acordo com os cânones da moderna arquitetura. Todavia, a aplicação prática dos princípios enfrentaram problemas e geraram mudanças.

No texto de seu Relatório, Lúcio Costa imaginou uma cidade capaz de "dosar" a "gradação social" de seus moradores, que seria feita com a divisão do destino de ocupação social das quadras residenciais previstas em seu projeto. Ele acreditava que o "agenciamento urbanístico" fosse capaz de garantir o "conforto social a que todos têm direito". Propôs a proibição da "enquistação de favelas tanto na periferia urbana, quanto na rural". Pensava que caberia à Novacap prover "acomodações decentes e econômicas" para a totalidade da população. Admitia a construção de "casas avulsas isoladas de alto padrão arquitetônico" separadas por um "afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa", para acentuar as exceções desta proposta frente ao conjunto de seu plano de trabalho.

É ingênuo pensar que Lúcio Costa tenha desenhado uma cidade abstraído os problemas da realidade brasileira. A sociologia da sua proposta brasileira. Todavia, é inegável a presença de componentes utópicos em seu discurso. Homem ilustrado, informado dos problemas de seu tempo e de imensa sensibilidade artística, fez um projeto que mantinha presente o desejo de viver uma sociedade mais fraterna, o de contribuir com a arte e a técnica para o progresso dos pobres e humilhados e, promover, ao mesmo tempo, o refinamento das elites. Uma equação de difícil resposta, num país herdeiro de um passado escravista.

Sob o ponto de vista técnico, Lúcio Costa propôs uma cidade concebida pelo cruzamento de dois eixos: o monumental e o rodoviário-residencial (as asas sul e norte). Uma cruz estilizada, onde as "asas" seguiam o desenho do lago previsto anteriormente e o eixo monumental atravessando o rodoviário no sentido leste/oeste. O cruzamento entre ambos ficou reservado para a estação rodoviária, uma obra monumental, próxima aos setores destinados aos bancos, às diversões — cinemas e teatros — e ao comércio.

O texto de seu relatório é repleto de alusões a soluções urbanísticas consagradas na Europa e nos EUA. São citados: o "Mall" londrino, quando há referência ao gramado da Esplanada dos Ministérios, o "Picadilly Circus" de Londres, a "Times Square" nova-iorquina e o "Champs Elysées" parisiense, quando da referência ao setor de diversões; as vielas venezianas, no mesmo local; as "lápides singelas, à maneira inglesa", para o cemitério; o "Yatch Club" e o "Clube de Golf"

britânicos, à beira do lago; os "magazines" franceses, na concepção dos maiores estabelecimentos comerciais previstos; etc. Versailles e Washington não foram mencionadas. Quando concebeu Brasília, no pensamento do arquiteto estava tudo aquilo que ele viu e amou pelo mundo afora.

Lúcio Costa viveu parte da infância e adolescência na Europa e viajou algumas vezes para lá depois de adulto. Em 1938, foi com Niemeyer a Nova Iorque para projetar o Pavilhão Brasileiro na Feira Internacional de 1939. Nos anos cinquenta, esteve na URSS, a serviço do MRE, colaborando na instalação da embaixada brasileira em Moscou. Participou em congressos e elaborou projetos na França, na Itália, nos EUA, no Egito e no Líbano, na mesma década. Passou três meses nos Estados Unidos, visitando Nova Iorque e Washington, pouco antes do concurso do Plano Piloto. (84)

Poderia alguém estar mais sintonizado com o "estilo internacional" no Brasil da época? Lúcio Costa concebeu Brasília a partir de uma experiência acumulada no Brasil e no exterior. O projeto do Plano Piloto representou a maturidade de sua arquitetura. Um exemplo muito significativo de sua proposta é a solução dada para o espaço destinado aos principais prédios governamentais.

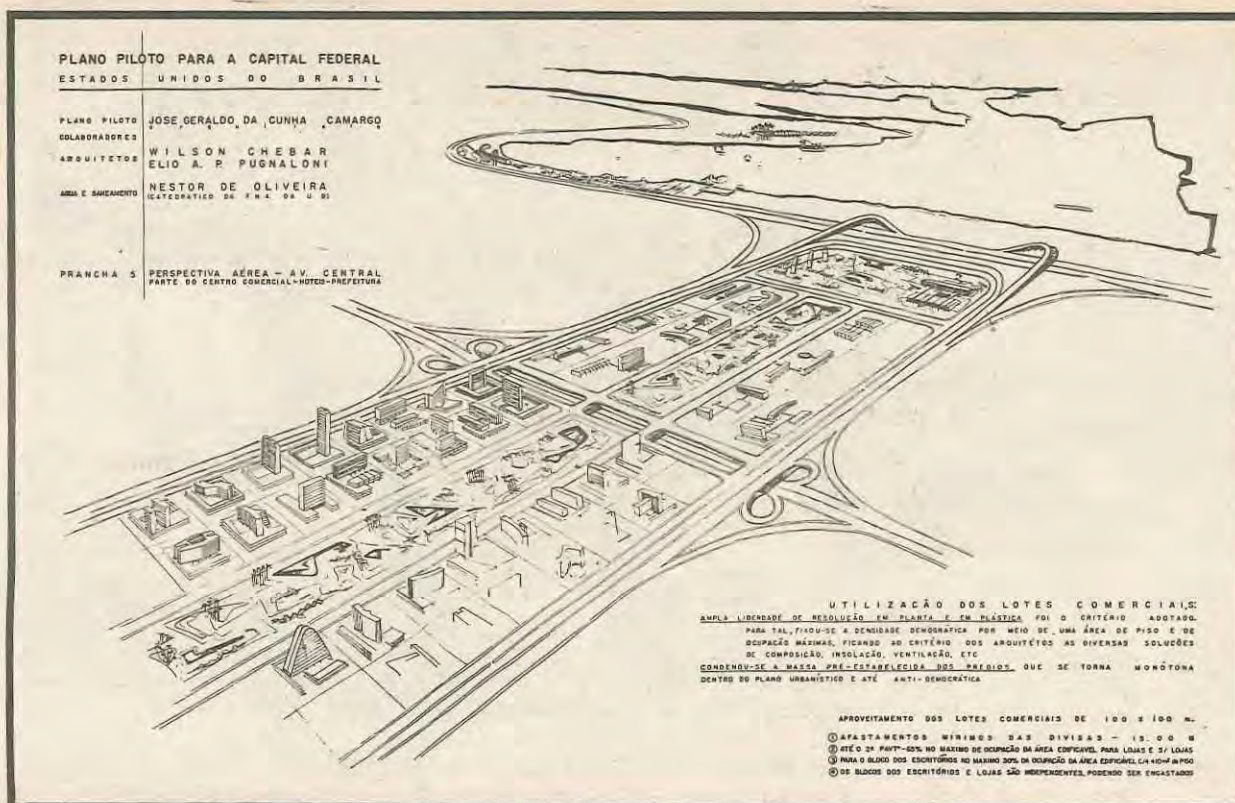
A extremidade leste do Eixo Monumental destinou-se à Praça dos Três Poderes, um conjunto arquitetônico projetado, posteriormente, por Niemeyer, compreendendo o Congresso, o Palácio dos Despachos, um espelho d'água, uma ampla praça aberta e o Supremo Tribunal Federal. A concepção dos terraços deste conjunto foi na definição de seu autor:

"O cruzamento de dois eixos octogonais muito semelhantes... em termos de aproveitar esta terra e criar... Primeiro já tem a plataforma dessa maneira... do chão... depois cinco metros mais abaixo, triangular, equilátero, portanto... simbolizava... sendo um triângulo equilátero, você tem o Congresso, o Governo, o Supremo, né. Agora, esses triângulos, cerrados no chão, cinco metros mais altos eram para ficar bem definidos, bem definidos.

E era um triângulo então tratado com muito apuro... para contrastar com o cerrado, que era um terreno, era aqueles terrenos para a massa da população, né? Ainda primário, e tal e a intenção de Versailles, digamos, aquilo muito nitido, aquele espelho d'água, aquele fórum de palmeiras, compreende? De modo que isso era como se fosse oferecendo a democracia, compreende... Fosse de modo que a esplanada funcionava como um braço estendido (...) oferecendo os Três Poderes ao povo". (85)

Uma elevada dose de ingenuidade política, muito romantismo, como hoje admite Lúcio Costa e, sobretudo, a poesia de formas arquitetônicas de rara beleza plástica. Pode-se perguntar se refletiam os nossos problemas ou se eram fruto de um fetiche, de um processo de alienação cultural?

A extremidade oeste do mesmo eixo ficou destinada à estação



Perspectiva aérea - avenida central.
Aerial perspective - central avenue.

ferroviária, próxima ao setor de abastecimento e indústrias. Na direção leste, partindo da mesma extremidade foi estabelecida para os quartéis, o conjunto de edifícios municipais, a torre de televisão e rádio, e o setor destinado aos hotéis.

Os bairros residenciais foram localizados nas asas, longe do lago e dentro da concepção inovadora das quadras — as unidades de vizinhança de Le Corbusier ou, usando uma imagem remota, os falanstérios de Fourier —, também denominadas superquadras.

Construções verticais, de possivelmente 6 andares (este gabarito foi o adotado), sobre pilotis, levantadas de modo geométrico e em locais arborizados. Foi prevista a facilidade de acesso a escolas, ao pequeno comércio, etc.

Lúcio Costa previu uma rígida separação das vias usadas por pedestres e por automóveis. Acreditava que os carros poderiam ser domesticados e deixarem de ser "inimigo(s) inconciliável(is) do homem". Por isto, projetou vias sem cruzamentos e um sistema de circulação que permitisse a convivência de ambos.

Internacionalmente, a década de 1950 foi um momento de apogeu desta forma de transporte individual. Ainda não era comum a preocupação com poluição atmosférica e com elevados índices de acidentes. A indústria automobilística chegava ao Brasil, junto com a construção de Brasília.

Este era o plano! (87) O fundamental do mesmo foi construído. Contudo, várias alterações tiveram que ser feitas na passagem da prancheta para a realidade das obras. Com o passar do tempo, Brasília adaptou-se às características de sua população e o intenso jogo de interesses e poder próprios de uma capital. Foram alteradas algumas de suas prerrogativas e destinados novos usos aos espaços definidos por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e suas equipes.

O planejamento e o desenvolvimento do projeto foram

resultados de um trabalho de equipe. Lúcio Costa dirigiu os arquitetos voltados para o desenvolvimento do seu projeto urbanístico. Oscar Niemeyer fez o mesmo para os referentes à construção dos conjuntos arquitetônicos, previstos no Plano Piloto. O vencedor do concurso foi contratado pela Novacap e escolheu pessoalmente os seus colaboradores.

Niemeyer contou com Joaquim Cardozo (1897-1978) (89) e um pequeno grupo de auxiliares, para que fossem feitos os cálculos de engenharia que viabilizariam a arquitetura de Brasília. Alguns artistas, em especial — Alfredo Ceschiatti (1918-1989), Athos Bulcão e Bruno Giorgi — criaram peças integradas na arquitetura da cidade. Em 1957, Lúcio Costa tinha 55 anos e Oscar Niemeyer completou 50. Os auxiliares de ambos eram jovens. Destes, o mais velho e experiente era Augusto Guimarães Filho, nascido em 1917. Os demais tinham entre 23 e pouco mais de 30 anos, por volta de 1957. (90)

Lúcio Costa, antes da inauguração, expressou a harmonia de seu projeto urbanístico com a arquitetura de Niemeyer.

"El monumento, en el caso de una capital, no es un agrado que se pueda dejar para después, como en las pequeñas ciudades modernas inglesas. El monumento allí es la propia esencia y, ao contrario de la ciudad ajena que se desea inscrita discretamente en el paisaje, la ciudad-capital debe imponerse y comandarla. Es lo que ocurre en Brasília. Gracias a Oscar Niemeyer, la construcción de un simples edificio — el Palacio de la Alborada —, casa grande, con terraza corrida y capilla anexa, tomó cuenta del lugar y le marcó, desde el inicio, el tonus: ciudad moderna, dirigida hacia el futuro, pero con raíces tradicionales". (91)

Lúcio e a sua geração acreditavam que haviam conseguido realizar um sonho que renunciaria um reino de felicidade para o país. No nosso entender, restou deste sonho a

comprovação de nossa capacidade de produzir obras de arte significativas e duradouras, apesar das dificuldades sócio-econômicas e políticas que quase sempre rondaram a nossa história.

Brasília foi construída por miseráveis e analfabetos. Foi imaginada, projetada e defendida como solução redentora por aqueles que representavam o que havia de intelectualmente mais avançado no país. Do ponto de vista técnico e artístico, estes profissionais desejavam viver numa sociedade mais fraterna. Ligavam o projeto à idéia de um futuro de progresso social e não apenas econômico. Um enigma a ser decifrado. A nova capital foi construída como uma esfinge, depositária de segredos, nem sempre compreendidos pelos seus próprios idealizadores e construtores.

O cineasta Joaquim Pedro (92) produziu um dos mais inspirados registros sobre Brasília. Trata-se do curta-metragem Brasília: contradições de uma cidade nova, concluído em 1967, e financiado pela Olivetti do Brasil. A narração é de Ferreira Gullar e conta com a participação de Jean-Claude Bernardet. O argumento e o texto foram baseados no relatório justificativo de Lúcio Costa e em outros escritos do arquiteto. As imagens mostram uma cidade ainda não completamente concluída e já imersa em problemas políticos e sociais. O cineasta confrontou o que chamou de diferença entre a "concepção do arquiteto e o gosto do morador", demonstrando as mudanças que se processaram após a inauguração. Destacou, através de entrevistas e imagens, os problemas da população trabalhadora no novo Distrito Federal.

A cidade que vemos nesta película, censurada por vários anos, já havia deixado de ser um sonho e se incorporara ao cotidiano urbano brasileiro. As adaptações no uso dos prédios e do traçado urbanístico feitas pelos moradores — em sua maioria provenientes do interior do país — são, inteligentemente

mostradas pelo cineasta. O contraste entre o Plano Piloto e as cidades satélites, na verdade cidades-dormitórios, foi captado pelo filme com riqueza de imagens e de entrevistas com som direto. De certo modo, este trabalho contém a perspectiva dos mais jovens representantes da geração de 45, aproximando-se dos acontecimentos que criariam a geração de 68. Forjava-se a troca de utopias desgastadas pelas mudanças políticas, ocorridas depois de 1964, por novas esperanças, diferentes, porém, igualmente utópicas. Construiu-se uma cidade baseada numa avançada concepção urbanística. Entretanto, o locus do empreendimento era o interior de um imenso país continental, caracterizado muito mais por sua experiência agrária do que urbana. Logo se viram os efeitos. O arquiteto Jayme Zettel, que trabalhou na equipe de Lúcio Costa e permaneceu em Brasília nos primeiros anos após a inauguração, registrou a sua perplexidade:

"O erro foi a gente imaginar que você tava fazendo uma cidade por como se fosse... Que até a apresentação — é muito engraçado — é como se fosse Londres, né? Uma coisa bonita, no desenho... (..)

A gente achava isso já de saída, que você ia ter um lugar... um bar, que foi montado, sabe? Não era nada disso né? Na verdade era uma coisa de "pe sujo" mesmo, entende? E com os hábitos, isso... me chocaram... Quer dizer, na verdade onde havia... A dificuldade de aceitação, foi você ser invadido por gente que você não... que você não tinha a menor idéia que existia no mundo. A verdade é essa, né? Quer dizer, esse Goiás, esse Nordeste que desceu para fazer Brasília, a gente não tinha idéia... Quer dizer, essa... mescla que virou Brasília foi uma coisa fundamental mesmo, né? Acho... a gente pode reclamar o quizer da, da cidade, mas ela deu, né? É... hoje... acho que ninguém mais hoje duvida mais disso". (93)

Brasília foi concebida a partir da experiência carioca e de suas vinculações com o mundo. Os intelectuais do Rio de Janeiro, velha Corte e capital centenária, não compreendiam bem as imensas diversidades do Brasil. Provinham de uma tradição universalista e tinham dificuldades para perceber que uma nova capital "plantada" no interior teria traços provincianos, por mais avançada que fosse a sua concepção. É mais fácil projetar cidades monumentais do que modificar mentalidades arraigadas, eivadas em sociedades tradicionais. De acordo com Umberto Eco, que visitou Brasília em 1966, ela:

"Teria sido uma cidade do futuro se tivesse sido construída sobre rodas, ou com elementos pré-fabricados e desmontáveis, ou ainda segundo formas e orientações suficientemente dúcteis para poderem assumir significados diferentes conforme a situação: foi, ao contrário, construída como um monumento mais perene do que o bronze e está sofrendo lentamente a sorte dos grandes monumentos do passado, que a história preencherá de outros sentidos, e que serão modificados pelos eventos".

Pelos jornais, a crítica e a defesa de uma nova cidade

Até hoje, jornais do Rio e São Paulo criticam Brasília, mas na época da construção os ataques ao projeto de JK foram os maiores já recebidos por uma obra pública em toda a história do Brasil. À medida, porém, que a cidade ia tomando forma, sua beleza ganhava defensores, que viam nela o Brasil do futuro. Foi uma dura batalha travada por Juscelino contra adversários como Lacerda, Eugênio Gudin e muitos outros.

Possivelmente, a construção de Brasília foi a obra pública mais criticada de toda a história do Brasil. Mesmo antes do início das obras até os dias de hoje, este empreendimento governamental recebeu muito mais ataques do que elogios. A construção foi cercada por um ataque furioso dos que detestavam a idéia da transferência, eram inimigos do governo de Juscelino, criticavam os elevados gastos, tinham reservas contra a funcionalidade, racionalidade, oportunidade e valor estético do projeto ou, simplesmente, achavam estranho um presidente liberal encarregar uma grande obra a arquitetos, em sua maioria, de esquerda. Poucos eram favoráveis. Porém, queriam que o projeto fosse realizado sem pressa, num espaço de tempo de dez a 25 anos. Os reais motivos de várias críticas de época nem sempre eram confessáveis e muitas vezes não passavam de banalidades sem fundamento. O principal veículo de comunicação utilizado para a crítica foi a imprensa.

A decisão de Juscelino Kubitschek recebida num primeiro momento com ceticismo. Alguns jornais o acusaram de aventureirismo e duvidaram da possibilidade de se construir uma nova capital. A oposição ao governo expressa por inúmeros jornais dizia, por exemplo, que, "apesar dos projetos e do interesse de JK em arranjar novos campos para os seus vôos constantes, tudo está a indicar que a capital do Brasil, durante muito tempo, ainda continuará onde está". (95).

Outros faziam profecias. O "maior perigo de Brasília" seria "a ausência de opinião pública" e que os governos, "sem vigilância, ou apenas vigiados de longe" iriam "pensar de preferência em si mesmos". (96) O editorial de um jornal carioca acusou o Presidente de querer "transformar-se num faraózinho" num "País de felás" e previu que Brasília seria o "seu túmulo". (97) A questão da distância, dos enormes custos, da oportunidade, da viabilidade, etc., foram levantadas inúmeras vezes por jornais e pessoas das mais diversas tendências.

No Rio de Janeiro, os principais ataques eram feitos através dos jornais O Globo, Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa, conhecidos por defenderem opiniões conservadoras. Outros órgãos da capital e de outras cidades repetiram, com variações mínimas, os mesmos procedimentos. Eugênio Gudin (1886-1986) compareceu inúmeras vezes na imprensa para criticar os gastos do empreendimento. Para o economista, Brasília era um "desperdício", "um crime contra a economia nacional". (99) Gustavo Corção (100) (1896-1978) notabilizou-se por ataques ferozes, no melhor estilo inquisitorial, reproduzidos em vários jornais, em sua maioria, da rede dos Diários Associados. Dizia, por exemplo que "o Brasil precisa sustentar as loucuras de Brasília, precisa sustentar a corrupção, a preguiça e todos os muitos vícios de uns poucos. Trabalhem, trabalhem..." (101)

Carlos Lacerda (1914-1977) usou e abusou da crítica, especialmente através de seu Jornal — Tribuna da Imprensa. O líder udenista atacava JK, criticando sistematicamente a sua meta-síntese. Num de seus inúmeros textos, afirmou que: "Com

salteadores que, sob a chefia do Sr. Juscelino Kubitschek, saqueiam o Brasil, podem mudar a capital para a ilha Fernando de Noronha ou para a gruta de Maquiné, o resultado será o mesmo — só que um pouco mais caro, pois quando os ladrões se mudam, não fazem economia." (103)

Tenório Cavalcanti (1906-1987), proprietário do pasquim Luta Democrática e cacique do município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, procedeu de igual modo. O cronista Rubem Braga escreveu inúmeras peças acusatórias contra Brasília. O engenheiro Mauricio Joppert da Silva (104) (1890-1986) assinou diversos artigos em O Globo e no Jornal do Brasil, onde dizia que, tecnicamente, o projeto era inviável, o lago não permaneceria cheio, etc. Os debates sobre o assunto no Congresso eram amplamente noticiados pelos jornais de oposição. Inclusive, há registros de casos de censura governamental ao recém-criado noticiário televisivo e a divulgação de ingênuas composições musicais de protesto contra a transferência da capital.

Em outubro de 1958, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro instalou-se o "Seminário Internacional de Arquitetos", promovido pela Unesco, o IAB, o Instituto Brasil-Estados Unidos e a Novacap. O resultado do concurso de 1957 foi reexaminado. Alguns dos representantes brasileiros e estrangeiros criticaram o projeto vencedor por não atentar para a necessidade de um "plano regional" que acompanhasse a construção da nova capital no Planalto Central. (105) Ao que parece, este evento foi realizado para dar voz aos derrotados do concurso do ano anterior. A maior parte dos representantes estrangeiros aprovaram o que viram em Brasília. (106)

O auge das críticas ocorreu em 1958 e coincidiu com as importantes eleições parlamentares daquele ano. A partir de 1959, quando as obras estavam bastante adiantadas, os argumentos dos contrários mudaram de tom. Passou-se a propor a paralisação das obras e o adiamento da data de inauguração. Os órgãos comprometidos com a oposição começaram a admitir que a cidade existia, porém, diziam que estava incompleta e era inabitável. Várias reportagens exibiam fotografias tiradas estrategicamente do cerrado como, por exemplo, a do prédio do Congresso ao fundo, contendo a seguinte legenda: "dentro do mato". (107)

Durante a construção, a imprensa

também publicou inúmeras reportagens, editoriais e artigos em defesa do projeto Brasília. Estes são encontrados em maior quantidade em jornais de fora do Rio de Janeiro. Os periódicos de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, etc., raramente se postaram contra o empreendimento. O centro das críticas era a velha capital. A defesa do resto do País. Obviamente, também são encontráveis matérias favoráveis em jornais cariocas. Os que faziam a defesa reproduziam os argumentos governamentais. Vejam-se, por exemplo, as opiniões do coronel Carlos Meira Mattos. (108) A idéia da interiorização de nossa capital da República, se não pudesse ser defendida por argumentos irrefutáveis, de índole geopolítica e geoeconômica, assim mesmo teria a seu favor a força de representar a continuidade de uma aspiração nacional realmente impressionante. (109)

Intelectuais consagrados apareceram na imprensa em defesa do projeto de JK. Observo-se a opinião do romancista José Lins do Rego (1901-1957): "Ora não é somente pela estratégia militar que nos conduzimos a tentar uma nova capital para o Brasil. Há positivas razões econômicas que nos levam à iniciativa arrojada. O Brasil não será uma grande nação se permanecer à beira do mar, indiferente a regiões que lhe poderão trazer recursos fabulosos. A procura do centro é um caminho de salvação." (110)

No Rio de Janeiro, o principal jornal a publicar matérias favoráveis era o Última Hora, alinhado ao governo, ou melhor, a quase todos os governos, entre 1950 e 1964. A Gazeta de Notícias, o Jornal do Comércio e o Diário Carioca também publicavam, regularmente, artigos de igual teor. Danton Jobim (1906-1978) e Adalgiza Nery (1905-1980), importantes jornalistas e políticos cariocas, escreveram vários artigos em defesa do projeto na imprensa da velha capital. O jornal A Marcha divulgava artigos laudatórios de Plínio Salgado (1895-1975). (111) Gustavo Barroso (1888-1959) também o apoiou. (112)

Juscelino Kubitschek deu inúmeras entrevistas defendendo, enfaticamente, o seu projeto. Afirmou várias vezes que: apenas "uma revolução poderá parar Brasília", construiria a cidade "a qualquer preço"; "a capital desejada não é inflacionária"; "na batalha contra o subdesenvolvimento, Brasília não é uma cidade é uma trincheira"; "se Brasília

foi uma imprudência, viva a imprudência!", dentre outras afirmações bombásticas. (113)

Entre 1957 e 1963, a Novacap publicou 81 números de uma revista mensal. Nela, eram feitas a propaganda do empreendimento e o registro de fatos, de opiniões e de realizações. (114)

Brasília foi continuamente visitada durante a construção por personalidades brasileiras e estrangeiras. As visitas, quase sempre, eram custeadas pelo erário público e serviam para provocar sucessivos depoimentos favoráveis. O rádio, a imprensa escrita e os jornais para o cinema eram, na época, os principais veículos. Em estado de implantação, a televisão atingia um número ainda pequeno de pessoas e estava restrita ao Rio de Janeiro e São Paulo. Os visitantes e suas opiniões ganhavam as manchetes e serviam de propaganda para o governo. As visitas de autoridades estrangeiras tinham, também, o propósito diplomático.

A Presidência da República, a Novacap e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) conseguiram levar a Brasília, governantes, políticos e diplomatas influentes. Alguns exemplos: Ellis O. Briggs, embaixador dos EUA, esteve em Brasília em 26 e 27 de fevereiro de 1957. No dia 2 de abril do mesmo ano, acompanharam JK os embaixadores da França e de Portugal. Alfredo Stroessner, ditador paraguaio, em 2 de maio de 1957. No mesmo dia, recebeu-se a visita do general Craveiro Lopes de Portugal. O prefeito de Nova Iorque, Robert Wagner, em 17 de novembro de 1957. O núncio apostólico, dom Armando Lombardo, acompanhado do monsenhor Carmine Rocco, no dia 17 de maio de 1958. Ramon Villeda Morales, presidente de Honduras, em 9 de junho do mesmo ano. O príncipe Mikasa do Japão, em 14 de junho. Robert Arias, embaixador de Honduras em Londres, acompanhado de sua esposa, a bailarina Margot Fonteyn, em 8 de julho. John Foster Dulles, secretário de Estado dos EUA, em 6 de agosto. Louis Jacquinot, ministro francês, em 23 do mesmo mês. Giovanni Gronchi, presidente italiano, em 8 de setembro. O príncipe Bernhard da Holanda, em 20 de fevereiro de 1959. Arne Skaug, ministro do Comércio da Noruega, em 1 de março. A duquesa de Kent da Inglaterra, em 13 de março. Fidel Castro, recém-saído de Sierra Maestra, em 30 de abril. Sukarno da Indonésia, em 19 de maio. Golda Meir, ministra do exterior de Israel, em 26 de junho.

Dag Hammarskjöld, secretário-geral da ONU, em 5 de setembro. Antoine Pinay, ministro das finanças da França, em 10 de outubro. Dwight David Eisenhower, presidente dos EUA, em 23 de fevereiro de 1960. (115) A diplomacia brasileira tentou, sem sucesso, que ele viesse em 21 de abril de 1960. (116) O Brasil e Brasília despertaram interesse das mais diversas vertentes políticas e ideológicas da época. Dezenas de outras personalidades visitaram o canteiro de obras da nova capital. Vieram escritores, jornalistas, parlamentares, professores, religiosos, etc., de vários países.

O Ministro das Relações Exteriores comandou, através de seu serviço (divisão) cultural e das embaixadas e consulados, uma ofensiva diplomática em todo o mundo. Os diplomatas José Osvaldo Meira Penna e Wladimir Murtinho ocuparam, durante a construção da nova capital, a chefia do serviço citado. As delegações remetiam, regularmente, à Secretaria de Estado do ministério recortes de periódicos, alguns traduzidos, abordando o empreendimento. O exame dos mesmos demonstra que a construção de Brasília teve impacto internacional. Nunca antes o Brasil esteve tão presente na mídia internacional. Entre 1956 e 1960, a construção da nova capital foi assunto permanente na imprensa estrangeira. Quase sem exceções, o mundo saudou como positivo o empreendimento brasileiro. São inúmeros os pedidos das embaixadas de fotografias, plantas, maquetes, filmes, publicações, etc., para divulgação no exterior. (118)

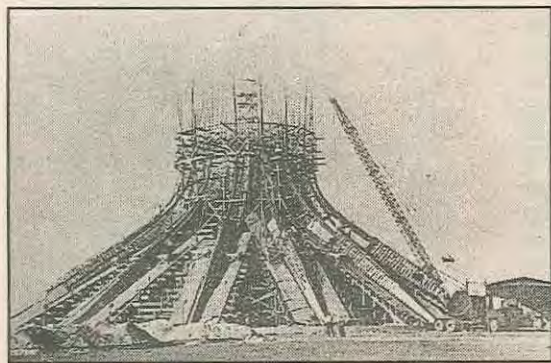
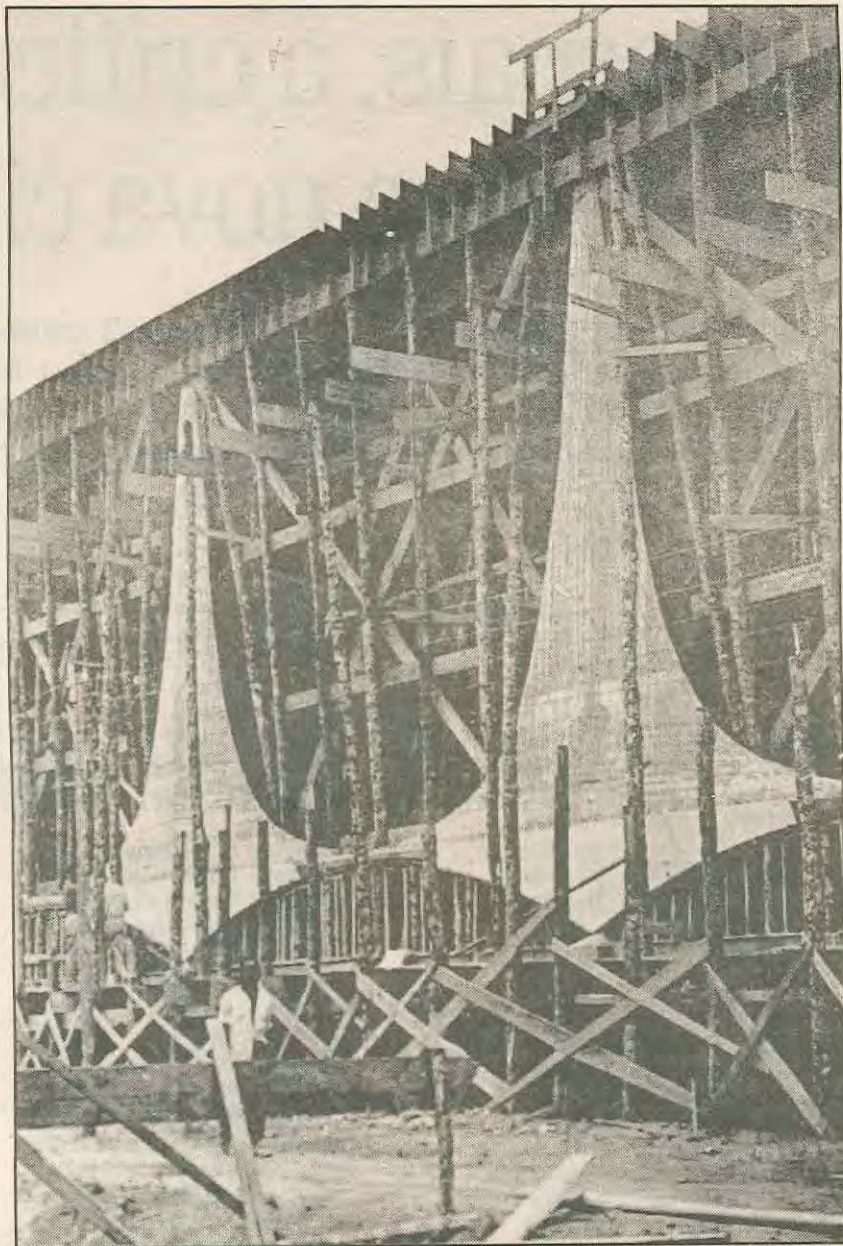
Num relatório interno do MRE, afirmou-se que: "graças a Brasília, transformada numa espécie de vedete internacional, o nosso País está pela primeira vez merecendo da opinião pública estrangeira a atenção curiosa e favorável a que faz jus. A nossa cultura, atingindo a maturidade, se revela através do empreendimento da construção da nova capital, expressão deste momento histórico de nossa formação nacional, que repercute no exterior como um acontecimento de valor universal." (119)

A divisão cultural prestou contas, no mesmo documento, dos seus esforços. Foram elaborados e publicados na Suíça cerca de 50 mil exemplares de um folheto contendo o "Relatório Justificativo do Plano Piloto", de autoria de Lúcio Costa; um artigo de Niemeyer intitulado, "Testemunho"; outro do MRE, historiando o Projeto Brasília. O mesmo

órgão distribuiu milhares de fotografias e facilitou a vinda de fotógrafos de fama mundial para registrar imagens das obras. Dentre eles: Marcel Gautherot, francês radicado no Brasil, ligado a Oscar Niemeyer; Michael Friedel e Otl Eicher, alemães; Fulvio Roiter, italiano; John e Binie Moss, ingleses. A mesma divisão patrocinou versões em inglês, francês e espanhol de filmes documentários sobre o projeto Brasília, divulgados em vários países. O relatório cita três casos: "Primeiras Imagens de Brasília" de autoria de Jean Mazon; "Brasília" da P.P.P.; "Brasília" de PRO-CINE, empresa de Ruy Pereira da Silva. Organizou, ainda, grandes exposições no exterior entre 1957 e 1959. Uma delas, mostrada em Paris, na sede da Unesco, em novembro de 1958, foi específica sobre Brasília. A organização coube a Arthur Lício Pontual. O material era, em parte, oriundo do stand brasileiro na Exposição Internacional de Bruxelas, realizada no mesmo ano. Na inauguração, estiveram presentes. Le Corbusier, Gropius, Marcel Breuer e Philip Johnson. O evento aproveitou a oportunidade da Conferência Geral do órgão da ONU, que teve representantes de 80 países. Outra exposição, a maior em volume de peças, foi mostrada em quatro capitais latino-americanas, Buenos Aires, Montevideu, México e Havana. Só a de Buenos Aires, recebeu 20.000 visitantes. Uma, de menor escala, foi enviada ao Japão e a outros países asiáticos. As exposições citadas foram exibidas em diversos países pelo mundo afora. O relatório indica, ainda, a iniciativa do MRE em convidar intelectuais estrangeiros para visitarem as obras de Brasília, citando, dentre outros, André Malraux, Aldous Huxley, John dos Passos e Lin Yutang. Dá destaque especial à repercussão da visita do francês, que qualificou Brasília como "primeira capital da nova civilização" e "capital da esperança". (121)

Vários programas radiofônicos e conferências foram organizadas para esclarecer ao mundo o que ocorria no Brasil. Havia verbas destinadas a este fim nas mais importantes representações diplomáticas do país. A arquitetura brasileira transformou-se em assunto internacional. As embaixadas intermediavam as visitas ao exterior de arquitetos e outros profissionais, chamados para explicar Brasília. Lúcio Costa foi convidado para participar de uma conferência da Sociedade Americana de Urbanistas, que ocorreu em Washington, em 18 de maio de 1958. Meira Penna encaminhou ofício solicitando auxílio financeiro para a realização da viagem. No dia 8 de dezembro de 1959, Sir William Holford pronunciou uma conferência no Royal Institute of British Architects, ilustrada por slides. A embaixada brasileira em Londres avaliou a presença de 500 pessoas. (122)

Ao longo de 1959, o MRE e a Novacap prepararam um encontro internacional para discussão sobre o projeto Brasília. Tratava-se de uma oportunidade ímpar para divulgá-lo em todo o mundo. A seção brasileira da Associação Internacional dos Críticos de Arte (Aica) organizou um congresso com a participação de inúmeros intelectuais que visitariam e comentariam o empreendimento. Oscar Niemeyer, Lúcio Costa



Em ritmo de Brasília, a construção de Planalto e da Catedral. Oscar Niemeyer e Lúcio Costa conversam sobre os projetos

ta, Joaquim Cardozo, dentre outros, foram fomentadores da idéia, prontamente aceita por Juscelino Kubitschek, que deu o apoio governamental necessário.

A Panair do Brasil, o Museu de Arte Moderna paulista, além de outras empresas e instituições, foram acionadas para viabilizarem o evento, que coincidiu com a realização da V Bienal de São Paulo. O acontecimento foi marcado para o período compreendido entre 16 e 24 de setem-

bro. (123) A estrela mais aguardada era André Malraux e esperava-se a vinda dos principais líderes do modernismo arquitetônico, inclusive Le Corbusier, o que não ocorreu. (124)

No dia 16 de setembro, chegaram ao Rio de Janeiro 45 críticos de arte procedentes da Europa e dos EUA, vindos num DC-7C da Panair. Outras delegações já haviam chegado. O calendário do evento previa visitas e reuniões em Brasília nos dias 17,

18 e 19; a participação na abertura da Bienal paulista, nos dias 20 e 21, e o fechamento do encontro, no Rio, nos dias 22, 23 e 24. (125) Participaram cerca de 100 congressistas nacionais e estrangeiros. Os estrangeiros vieram de países europeus, dos EUA e até mesmo da Turquia, Ceilão, etc. Dois Constellations da Panair os levaram para Brasília. (126) Juscelino Kubitschek abriu o evento com um discurso típico de seu estilo. Era um momento de apoteose. (127)

A maior parte dos participantes rendeu-se à beleza da arquitetura e aceitou, sem reservas, a concepção urbanística. JK foi nomeado presidente de honra. Formou-se uma comissão, também de honra, composta por Horácio Lafer e Clóvis Salgado, ministros de JK; Carvalho Pinto, governador paulista; Rodrigo Mello Franco de Andrade, do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional; Sá Freire Alvim, prefeito do Distrito Federal; Lúcio Costa; Oscar Niemeyer, Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil; Edgard Santos, reitor da Universidade da Bahia; Niomar Muniz Sodré, diretora do MAM carioca; Francisco Matarazzo Sobrinho, presidente do Masp; Ademar de Barros, prefeito paulista; Ary Garcia Roza, do IAB; Isaac F. Lerner. Mário Pedrosa foi o secretário-geral do evento e o diplomata José Osvaldo Meira Penna, o seu adjunto. Vários outros intelectuais participaram das comissões de organização. Dentre eles: Mário Barata, Ferreira Gullar, Sérgio Milliet e Cláudio Abramo. Foram formadas três comissões estrangeiras: a européia, a asiática e a norte-americana. (128) Estiveram presentes William Holford e Stamo Papadaki, como membros das delegações de seus países de origem. Ao que parece, numa estrutura montada desta forma, tudo estava preparado para um sucesso retumbante. Todavia, algumas críticas foram registradas, em contrastes com o otimismo da maioria.

A mais significativa e embaraçosa crítica feita ao projeto, durante o ufanismo do Congresso, foi a de Bruno Zevi. (130) Segundo as suas indagações e dúvidas: "quanto ao Plano Piloto de Brasília é ele aberto ou fechado? Ou terá ele as inconveniências de ambos os métodos? Não podemos pré-fabricar uma cidade e depois adaptar o povo a ela. O Plano Piloto deve orientar e liderar o desenvolvimento de uma cidade, enquanto o centro "monumental" de Brasília sufoca a vitalidade da cidade. É uma cidade de Kafka.

Quanto à arquitetura, é monumental em um sentido negativo, porquanto na sua maioria, foi concebida nos moldes da perspectiva da Renascença, contrária à concepção de tempo e de espaço. Fachadas com estruturas que parecem formas livres e vice-versa". (131)

Zevi foi o único a ter muitas reservas em relação ao projeto. Assumiu uma opinião crítica frente aos demais membros da Aica e a outros intelectuais presentes no conclave, que, em sua maioria, elogiaram Brasília e os seus responsáveis. Gilo Dorfles, também vindo da Itália, afirmou que "a leveza (souplesse) da planificação urbanística de Lúcio Costa torna possível — a meu ver — a aparência de uma verdadeira cidade do futuro". (132). Europeus, norte-americanos, latino-americanos e

asiáticos celebraram Brasília como um marco da aventura da modernidade arquitetônica mundial.

Bruno Zevi continuou a criticar o projeto, quase que isoladamente. Numa palestra proferida na Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, afirmou que: "Uma cidade de burocratas Brasília; apenas, o que foge ao propósito de fazer a centro e esperança das regiões centro-oeste, norte e nordeste.

Atrofiar-se como organismo humano artificial dos homens nele enquadrados, de rigor militar incompatível com a democracia, podendo mais tarde servir como cidade-museu, uma nova Ravena.

Torna-se uma cidade viva, com a quebra do Plano Piloto, o que é mais provável, tendo em vista as cidades-satélites, portanto crescer desordenadamente.

A arquitetura monumental é contrária ao espírito moderno, é cópia do passado, descuidado da escala humana. Em Brasília, as soluções interiores são pouco cuidadas, desdenha-se mesmo em favor do escultório e algumas vezes em troca nada como nos edifícios de residência dos funcionários dos Institutos.

Brasília não atende às exigências urbanísticas, arquitetônicas e sociais, a que devia se propor". (133)

O exame das opiniões do professor italiano indicam que ele não estava sintonizado com a ideologia do modernismo, pelo menos da forma como é exposta na Carta de Atenas. De qualquer modo, suas opiniões e profecias tentaram uma análise mais objetiva do projeto. O seu isolamento frente à paixão dos demais prejudicou uma abordagem mais profunda. Todavia, restou para o presente uma descrição realista do que um crítico independente sentiu ao enfrentar o problema. Merece atenção e respeito a sua coragem de defender idéias iconoclastas para época, lugar e momento em que foram proferidas.

Afora às opiniões do crítico italiano, a imprensa pinçou algumas objeções, num universo de louvação. Registrou-se o espanto de alguns dos críticos de arte, ao visitarem um apartamento em construção na nova capital e se depararem com o quarto de empregada, medindo dois metros por dois. Rapidamente, os cicerones informaram de que se tratava da despensa... (134) Por mais que houvesse veneno na imprensa de oposição, é evidente que houve a reprodução das relações sociais da velha capital, na arquitetura e engenharia do projeto Brasília.

As críticas nativas ao projeto Brasília foram, na maioria das vezes, precárias e pueris. Chama a atenção o fato de que as críticas feitas por brasileiros tenham tido especial virulência na cidade de onde saíram as principais idéias e pessoas que planejaram a nova capital. Um projeto que guardava muito mais relação com a cultura e experiência arquitetônica carioca do que, por exemplo, com as de São Paulo e Minas Gerais. Outro fato a se destacar é a ampla aceitação internacional do projeto. São raros os casos de objeções mais profundas. Brasília atraiu a atenção do mundo sobre o Brasil. A França, mais do que qualquer outro país, a interpretou como uma extensão tropical de sua experiência modernista.

A constatação nacional a Brasília ainda é um fato...

Epopéia de um ideal

O dr. Ernesto Silva, médico, administrador, planejador e sobretudo memória viva do pioneirismo com que surgiu Brasília, rememora neste artigo os propósitos e o clima do tempo em que se erigiu a cidade. Fala dos candangos, do povo, dos trabalhadores. E de sua preocupação com o futuro do DF.

Ernesto Silva

No dia 21 de abril, de 753 a. C., o povo fundava, no monte Palatino, uma cidade que seria o marco de uma nova era no Mundo Pagão — a Roma dos Césares — o berço da Civilização Cristã.

... a Providência Divina que, no mesmo dia, 27 séculos mais tarde, uma plêiade de homens destemidos desse Brasília ao Brasil, cumprindo os designios eternos manifestados na Visão Profética de Dom Bosco: "Quando escavarem as minas escondidas em meio a estas montanhas, surgirá neste sítio a Grande Civilização, a Terra Prometida, de uma riqueza inconcebível".

Se é certo que o legado da Carta Constitucional de 1891 determinando a interiorização da Capital do País, repetia-se através de nossas Constituições, não menos verdadeiro é que essa medida se impunha à nossa gente como uma necessidade inadiável, oriunda, quem sabe, da ambivalência com que nos habituáramos a viver: a sedução do Atlântico e o apelo do Sertão.

O grito de alarma de Euclides da Cunha em "Os Sertões", mostrando o contraste entre a civilização do litoral e o completo abandono do homem brasileiro além da faixa privilegiada, encontrou ressonância na alma nacional.

A transferência da sede do Governo para o Planalto Central seria o meio adequado e a providência ideal para estender o progresso a essas regiões do Brasil, no sentido de eliminar esse desnível entre a civilização do litoral e a do sertão, entre as condições de vida da orla marítima e as do interior.

Eis aí, sem dúvida, um relevante aspecto de ordem política, social e econômica ao qual não poderia ter sido indiferente a nossa geração. Tínhamos, no litoral, todos os problemas das nações superpovoadas, enquanto possuíamos 70% do nosso território quase abandonados.

Foram criadas, assim, duas fronteiras em nosso País: a fronteira política, fixada pelos limites com outras nações sul-americanas, e a fronteira econômica, correspondente ao espaço de terra que realmente ocupávamos, trabalhávamos e fazíamos produzir. Nos limites da fronteira econômica, a Nação, política e socialmente, estava organizada. Daí em diante, em direção ao Oeste, havia um outro Brasil, fértil, mas improdutivo; rico, mas miserável; à espera de que nos dispuséssemos a ocupá-lo efetivamente.

Esse o erro que Brasília pretendia

corrigir. Esse o sentido da obra monumental, o mérito dos pioneiros que, com coragem e fé no empreendimento que então se iniciava, passaram por locais inteiramente desertos, abriram picadas e tomaram posse da terra há tanto tempo desejada.

Nada obstante a má vontade, a descrença e a indiferença dos derrotistas, dos que são contra tudo e contra todos, dos pessimistas que não têm confiança no Brasil, dos que subestimam o interesse nacional ou o condicionam às próprias conveniências, a mudança da Capital estava de tal modo arraigada na opinião pública e tão bravamente defendida pelos milhões de brasileiros do interior, que Brasília tornou-se realidade.

Os homens que aceitaram a incumbência de dar corpo e forma à determinação contida em todas as Cartas Magnas inscritas na História do País desde 1891, não tinham tempo para o debate estéril e as polêmicas que os descrentes provocavam, visando anular, de início, o que se lhes afigurava um sonho impossível.

Brasília não foi uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento. Não foi apenas uma mudança de capital, mas o anúncio de uma reforma. Não se visava apenas a construção de uma cidade nem se batalhava unicamente pela emancipação de uma região. Os oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados da terra brasileira receberiam, por igual, os benefícios da interiorização da Capital. Este o **objetivo da luta**, subtendido no imperativo constitucional que determinava a mudança.

Espírito Candango

Tornou-se imperativo, portanto, que cada soldado dessa primeira linha de batalha se armasse de bravura absoluta, se revestisse de desam-

bição e se empolgasse do renovado espírito de pioneirismo que deu corpo e alma ao perfil lendário do Bandeirante. Qualidades positivas de operosidade e de renúncia, capacidade realizadora, ânsia de progresso, fé nos destinos do Brasil, se apresentariam libertas das antigas restrições, em toda a sua plenitude, na arrancada inicial. Era, sobretudo, necessário destruir, pelo exemplo e pela realização, o conformismo que acomodava a consciência nacional em morna sonolência. Por isso, ao lidador da primeira hora de Brasília não foram permitidos o ócio, a pausa, a vacilação. Daí a dureza das obrigações, quase desumanas, que todos sentiram, nos regimes de serviço e na exigência da rapidez e da perfeição da obra.

Durante mais de três longos anos, a preocupação dominante de todos, sem exceção, constituiu em dedicar um esforço sem limite, para entregar a cidade em condições de ser inaugurada a 21 de abril de 1960. Para atingir esse objetivo era imprescindível que trabalhássemos como se cada hora fosse a última hora concedida e a madrugada viesse iluminar o dia festivo da inauguração. Era necessário que abandonássemos os estilos normais de trabalho, para que as vigílias e as prorrogações de horários se tornassem o trivial do serviço. Era necessário que não fossem tomados em consideração o pó, a lama, o frio, a soalheira, as intempéries, a fadiga e o desconforto. Não bastava que cada um desempenhasse bem os seus encargos regulamentares. Era condição de vitória que todos multiplicassem o esforço, para saldar, no vencimento, o compromisso assumido com a Nação, levando, se preciso, seu entusiasmo pelo trabalho e sua identificação com a obra até o limite crucial do próprio sacrifício. Éramos verdadei-



ros escravos, mas escravos de um ideal.

Brasília era, antes de tudo, uma necessidade. Urgia construí-la no menor prazo possível, para recuperar centenas de anos em que a civilização se concentrou somente na orla marítima, deixando à própria sorte o resto de seu imenso território. Assim, a implantação da Capital no interior do País significou um decisivo impacto de progresso, detonador de novos empreendimentos, que surgirão constante e progressivamente, ao redor da cidade, como se formam, na superfície d'água, círculos concêntricos do ponto em que um corpo se choca com o líquido.

Deve-se inegavelmente, a construção de Brasília à coragem e à firme determinação do Presidente Juscelino Kubitschek.

A constituição da Novacap, empresa responsável pela construção da cidade, se deu a 24 de setembro de 1956 e a primeira Diretoria, composta de Israel Pinheiro da Silva, Bernardo Sayão Carvalho Araújo, Ernesto Silva e Iris Meinberg, iniciou seus trabalhos imediatamente.

Nada, absolutamente nada, havia neste erro, cujo silêncio era somente quebrantado pelo chalar das aves alegres, a elegância das siriemas e a correria desenfreada dos veadinhos galhados.

O concurso para a elaboração do Plano Piloto havia sido lançado por mim, na qualidade de presidente da Comissão de Mudança, da Construção e do Planejamento da Capital Federal, no dia 19 de setembro de 1956. O vencedor, professor Lucio Costa, concebeu um plano urbanístico excepcionalmente simples e digno, que a Novacap cumpriu rigorosamente, enquanto os pioneiros a dirigiram.

A refrega começara.

Durante três anos ininterruptos, sem descanso de uma só hora, operários, especialistas, técnicos e diretores da Novacap dedicaram todos os momentos de sua vida à concretização da obra monumental. E, durante esse curto lapso, ergueu-se a Capital do Brasil. Surgiram o sistema de abastecimento d'água, o serviço de esgotos, a rede de telefones urbanos e interurbanos, os palácios governamentais, os ministérios, os

bancos oficiais, dezenas de escolas e postos médicos, o Hospital de Base, serviços de eletricidade, intermináveis avenidas e vias de acesso asfaltadas, jardins públicos, hotéis, residências, granjas, cidades satélites...

Mas não ficou aí o esforço da Novacap e de seus diretores. Brasília não poderia ser, como afirmou Lucio Costa, uma cidade qualquer, uma cidade provinciana, mesmo porque já nascera "com pedigree".

A Cidade do Futuro

A cidade teria de se apresentar revolucionária não só sob o ponto de vista urbanístico e arquitetônico, mas também em todos os seus sistemas: agrícola, educacional, sanitário, administrativo e social.

O Plano Administrativo, elaborado por João Carlos Vital, revolucionaria os métodos antiquados então em vigor em nosso País.

O Plano de Abastecimento, sustentado pelas unidades sócio-econômicas rurais, previa um anel de chácaras em torno dessas Unidades, que funcionariam como verdadeiras Cooperativas. Haveria um Centro de Abastecimento. E supermercados distribuídos ordenadamente no setor residencial.

O Plano Educacional, ao lado de uma nova filosofia de ensino a ser implantada, com a permanência de todas as crianças em regime de tempo integral na escola, parte do tempo em atividades curriculares e parte em atividades recreativas, socializantes e pré-vocacionais, com três refeições diárias na escola, se comporia de Jardins da Infância, Escolas-Classes, Escolas-Parque e Centros de Educação Média, distribuídas harmonicamente, levando-se em conta a comodidade da população e a densidade populacional. Além disso, já em 1957, a Novacap inaugurava o primeiro CIAC (ou Ciep, ou Caic ou outro nome que se queira dar) do Brasil, com frequência de alunos em tempo integral e três refeições diárias. Éramos os sonhadores que enxergávamos a aurora antes dos outros, como diria Oscar Wilde.

E o Plano de Saúde?

Fomos os precursores do Sistema Único de Saúde no Brasil, que implantamos em Brasília em 1960.

O Plano de Saúde objetivava dignificar a profissão médica, impedir a humilhação dos usuários em filas intermináveis.

□ Ernesto Silva é médico militar e planejador da área de saúde, um dos fundadores da NOVACAP e presidente da Comissão de Mudança que lançou o concurso do Plano Piloto em 1956. Autor de "História de Brasília". Endereço para correspondência: SHIS QL 6, conj 11, casa 2 71620-1115 Brasília-DF

Brasília, a nascente democracia

Decorridas mais de três décadas da "conquista da praça", o povo brasiliense conquistou também a sua cidadania com a eleição de seus representantes

CARLOS MICHILES

Jornalista

Quando, em 1986, o **CORREIO BRAZILIENSE** programou uma série de trabalhos comemorando o nascer da democracia representativa no DF sob o título Vota Brasília, escrevemos um artigo (22.12.1986) onde dizíamos que "as eleições em Brasília não podem ser vistas como uma panacéia. Como a Constituinte, é o início de um processo. É preciso desmistificar a falácia das promessas de políticos de mentira" que lubrificam os eleitores como se fossem fadas-madrinhas que resolvem os seus complexos problemas num passe de mágica.

Ora, desde aquele período em que se abriu o horizonte da democracia, com o fim dos sucessivos governos termo burocrático militares com a legalização dos partidos marxistas; com a instituição do voto aos analfabetos e eleições diretas para governadores, senadores e deputados que definiriam a Constituinte, que o Brasil entra numa promissora fase política institucional. Brasília que era uma cidade cassada, no dizer de Tancredo Neves, ganha seu direito de cidadania e sua população aflora das catacumbas civis e políticos com o firme propósito de encontrar as soluções para os seus males: habitação, transporte, saúde e educação formavam o quadrilátero de suas angústias.

Com o decorrer do funcionamento da democracia, descobrimos que a magnitude dos problemas suscitados equivale ao tamanho do projeto monumental da arquitetura de Brasília. Como o Estado brasileiro que antecede a formação social da população brasileira, a construção de Brasília se baseia num projeto que antecede a existência de um povo no espaço construído. Os colonizadores portugueses descobriram o Brasil sob o signo da cruz e a cravaram no espaço e no inconsciente da memória do povo. Brasília também nasce sob o signo de uma cruz encravada no espaço deserto do Centro-Oeste simbolizando um avião que configura o Plano Piloto.

Este símbolo, aparentemente simples, tem muito a ver com as premissas autoritárias da formação do Estado brasileiro, cuja origem tem muito a ver com a Casa Grande e Senzala, escrito por Gilberto Freyre em 1933. Tanto assim que André Malraux (Discurso, 1959) disse que a determinação de construir Brasília tem que consubstanciar-se numa "vontade imperial", e Juscelino Kubitschek (1975) dando vazão a esta idéia, asseverou que "o importante numa batalha não são os mortos e os feridos, mas a praça conquistada".

Decorridos mais de três décadas da "conquista da praça", o povo brasiliense conquistou também sua cidadania, afirmando-a, aos poucos, nestes já sete anos de funcionamento das instituições democráticas (primeiro, em 1986, com as eleições para senador e deputado federal; depois, 1990, para governador e deputados distritais).

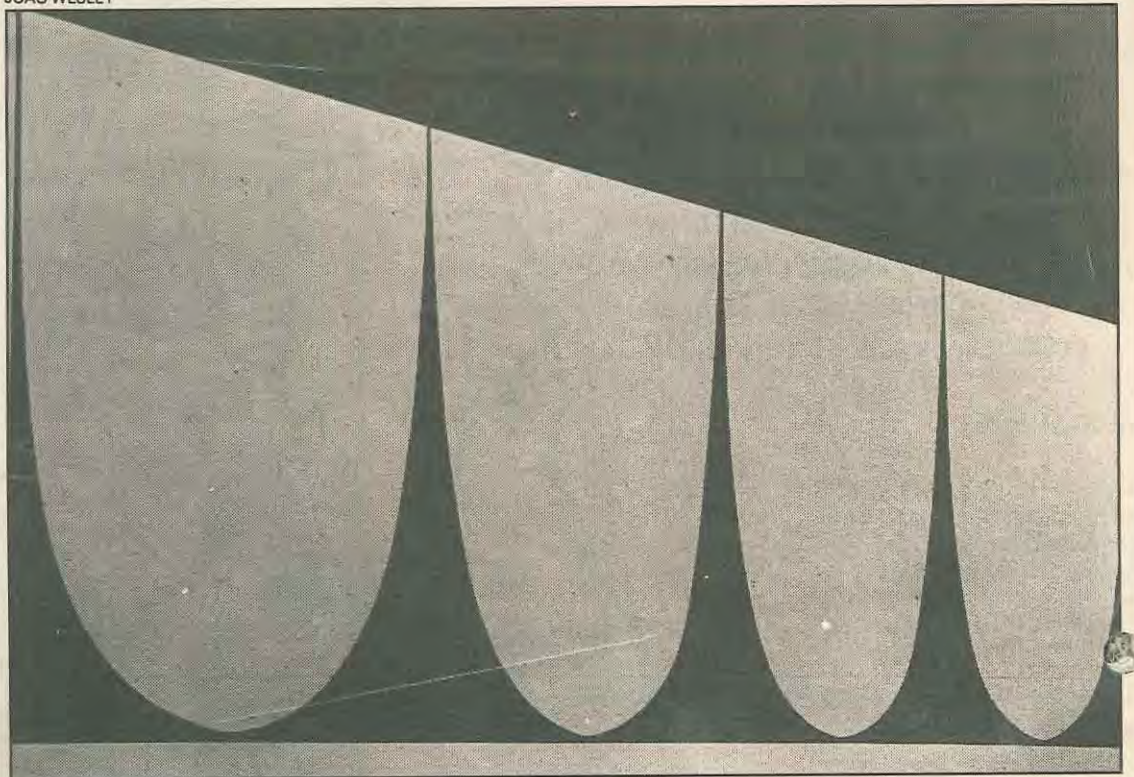
O funcionamento da Câmara Legislativa proporcionou aos mais diversos segmentos da sociedade um espaço institucional para manifestarem suas angústias e reivindicações. De uma cidade cassada, Brasília encontrou, no poder legislativo local, uma espécie de ágora ateniense, que, disposta a suportar seus reclamos, se vê diante da gradativa construção da democracia social.

Com as regras democráticas funcionando, a sociedade veio à tona e o perfil de uma cidade apenas administrativa, morada da burocracia, se transforma e ganha uma feição de população participativa, cujos movimentos populares revelam um elevado nível de consciência política. Brasília, por ser uma cidade essencialmente terciária (serviços e reprodução do trabalho), foge daquele padrão clássico polarizada entre proletariado e burguesia. E toda pressão social, propiciada pela democracia, não provém do proletariado, mas de uma origem social que reúne associações de vizinhança, de inquilinos, desempregados, ambulantes, grupos de mulheres, de jovens, operários, biscateiros, pequenos comerciantes e funcionários públicos, faxineiras, etc. Suas reivindicações vinculam-se a problemas de moradia, saúde, educação, transporte, enfim, a um conjunto de itens de serviços e equipamentos urbanos, e não aqueles oriundos das relações de produção ou de suas características fundamentais, como a propriedade privada e a produção da mais-valia.

Assim, ao contrário dos prognósticos hegelianos em torno da apatia de cidade formada por classe média, Brasília, mesmo sendo esta cidade administrativa, dá sinais de que os movimentos populares nascidos em função das necessidades urbanas e de serviços, constituem uma forma específica de mobilização popular, com espaço próprio, diverso daquele ocupado pelos sindicatos e partidos. É a expressão da democracia, como valor universal, manifestada sob uma forma específica no Distrito Federal: a nascente democracia candanga.

Cientista político, professor da Fundação Getúlio Vargas, DF.

JOÃO WESLEY



A lei da cidade

EDUARDO BALDUÍNO

Jornalista

Brasília, cidade composta de cidades, tem um aniversário especial neste ano de 1993 — ela completa os 33 anos que os cristãos veneram, e ganha a sua Lei, neste momento o melhor presente que poderia lhe ser dado. Todas as capitais do País tinham, desde a sua fundação, a sua Lei Orgânica. Só a Capital do País não tinha. Mas ainda não basta ter a Lei. Promessa de campanha de todos eles, os 24 deputados distritais eleitos para escrevê-la têm, cada qual, a sua visão sobre ela, porque, a cada cidadão brasiliense, na circunstância que se lhe apresentar, a Lei Orgânica tem a sua forma: ela serve de fundamento a uma instituição, ensinam os dicionários; ela organiza o cidadão perante o Estado, e o Estado perante o cidadão, ensina ela própria. A instituição fundamentada por esta Lei Orgânica é justamente esta cidade que festeja sua existência — e tão maltratada pelos que não se encaixam nela como cidadãos.

O homem sem referências históricas não se estrutura. A história da Lei Orgânica é fundamental para que se entenda a própria instalação e o próprio funcionamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pois a elaboração da lei foi a sua primeira missão. Em 2 de agosto de 1991, quando foi instituída a Comissão de Sistematização, o único instrumento que os deputados dispunham para começo de trabalho era o Regimento Interno da Câmara que, no seu Título XII, das Disposições Transi-

tórias, estabelece, no artigo 1º, que "a Lei Orgânica do Distrito Federal, a ser votada pela Câmara Legislativa, nos termos do disposto no artigo 32 da Constituição Federal, será elaborada conforme o estabelecido neste título". Partiu-se, então, para providências que iam desde um corpo técnico competente, a mesas, cadeiras e material de escritório. Do zero às condições para iniciar as discussões da Lei, propriamente dita.

Esta nossa Lei tem um significado muito especial para todos que trabalharam nela, deputados e assessores. Fruto de consistente pesquisa, o projeto de lei orgânica tornou-se a mais profunda análise do Distrito Federal, realizada em Brasília por quem o eleitor indicou como capaz de representá-lo — e por ele próprio, via emendas populares — e de tratar dos interesses da sua cidade e de todas as satélites; enfim, um estudo e definições sobre o que enforma esta cidade-estado, capital do País. Porque a Lei Orgânica é o certificado de cidadania do brasiliense.

Dos Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal; da Organização do Distrito Federal; da Organização dos Poderes: da Tributação e do Orçamento do Distrito Federal; da Ordem Econômica do Distrito Federal; da Ordem Social e Meio Ambiente; da Política Urbana e Rural, e das Disposições Transitórias. Destes oito títulos que compõem a Lei Orgânica, o último engloba tudo que não

deve ficar permanentemente na Lei. São "providências" a serem tomadas para viabilizar a aplicação da Lei. Os outros sete títulos alcançam toda a vida no Distrito Federal. Tratam da relação entre os poderes Legislativo e Executivo; traçam as obrigações deste último e as prerrogativas do primeiro. O título da Ordem Econômica estabelece como princípio a autonomia econômico-financeira do DF, e disciplina a atividade econômica; o da Política Urbana e Rural fala da expansão urbana, enquanto o da Ordem Social e do Meio Ambiente garante a preservação do homem, pela educação, e do seu habitat, pelas medidas ecológicas.

Esta lei organizacional leva uma boa vantagem sobre os institutos de outras capitais e municípios brasileiros. Os seus elaboradores tiveram oportunidade de pesquisar pelo País afora o que se vinha fazendo e aprovando em matéria de Lei Orgânica. Daí, os avanços que a aplicação celebrará. Mas, não basta tê-la, a Lei Orgânica. É preciso exercê-la, como se exerce a cidadania, na hora do voto, principalmente. Elege-se alguém para que se atendam expectativas. Faz-se a lei para que ela seja cumprida. Brasília ganha a Lei de aniversário, e a fará valer: em homenagem aos seus cidadãos.

Assessor de imprensa da Lei Orgânica do DF



A deputada Maria de Lourdes Abadia entrega à deputada Rose Mary Miranda o texto da Lei Orgânica. Na solenidade, os deputados Pe. Jonas, Carlos Alberto, Fernandes Naves e Geraldo Magela

Lei Orgânica entra em sua fase final

A presidente em exercício da Câmara Legislativa, deputada Rose Mary Miranda, recebeu das mãos da vice-presidente da Comissão de sistematização, deputada Maria de Lourdes Abadia, o texto da Lei Orgânica que agora vai ser submetido à redação final.

Jorge Coury Neto

da Comunicação Social

Na semana em que Brasília comemora os seus 33 anos, a Lei Orgânica do Distrito Federal entrou na reta final rumo à promulgação e com um toque bem feminino. A vice-presidente da Comissão de Sistematização, deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB), entregou na última segunda-feira (19) à presidente em exercício da Câmara Legislativa, deputada Rose Mary Miranda (PP), o texto revisto do projeto de Lei Orgânica aprovado em primeiro turno. Segundo Rose, este é um momento histórico para o DF, já que a nossa primeira Carta Magna contém grandes avanços na área social, beneficiando grande parte da população brasiliense. "Gostaria de registrar também o trabalho e o esforço de cada um dos 24 deputados distritais na montagem desse conjunto de leis", acrescentou.

A presidente em exercício da Câmara Legislativa disse que, tecnicamente, a Lei Orgânica tem tudo para ser promulgada até o dia 15 de maio, mas os distritais evitarão estabelecer uma data definitiva, evitando, assim, a geração de expectativas por parte da população. Em todo caso ela garante que a Comissão de Sistematização já está adiantando os preparativos para a sessão solene que marcará a promulgação da LO. Além das formalidades de praxe, Rose informe que algumas

autoridades e personalidades brasilienses serão homenageadas no decorrer da festa de promulgação que acontecerá na Câmara Legislativa.

Revisão - Rose Mary lembra também que, assim como os demais, a Lei Orgânica do DF terá que ser revista em outubro próximo, adaptando-se ao texto da Constituição Federal. Entretanto, segundo ela, poucas mudanças serão feitas, já que o texto da LO é avançado e engloba a realidade do Distrito Federal. Dentre os principais avanços incluídos na Carta, Rose destaca vários relacionados à área social como saúde, assistên-

cia aos presidiários, obrigatoriedade de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente; proteção ao meio ambiente (preservação dos mananciais) e outros.

A presidente em exercício da Câmara Legislativa concorda com o segundo secretário da Sistematização, deputado Geraldo Magela (PT), sobre os avanços na área cultural e a participação popular na escolha dos administradores regionais. Outro ponto de consenso diz respeito à participação dos funcionários públicos na administração das empresas públi-

cas e de economia mista, além do fortalecimento dos conselhos comunitários, que servirão como órgãos fiscalizadores da administração das cidades-satélites.

Rose Mary Miranda lembrou ainda que, no decorrer da apreciação do texto da LO em segundo turno, somente poderão ser apresentadas emendas que não envolvam alteração de mérito e tenham por objetivo apenas suprimir ou corrigir algumas de suas partes. De acordo com o Regimento Interno da Casa, não será admitida emenda supressiva que,

em consequência, deturpe ou inverta o sentido do texto.

Encerrada a discussão das emendas, a Comissão de Sistematização emitirá parecer sobre elas no prazo máximo de duas sessões. O parecer será publicado no **Diário da Câmara Legislativa** e em avulsos. Em seguida, o projeto será incluído na ordem do dia para votação em segundo turno. Depois dessa etapa o texto será preparado para a votação em plenário da redação final. Finalmente os deputados deverão discutir a melhor data para a promulgação da Carta Magna do Distrito Federal.

A cronologia da lei

A população do DF terá sua Lei Orgânica na primeira semana de maio. O calendário até lá será apertado, mas os deputados não vão enfrentar as dificuldades das etapas anteriores. As arestas foram aparadas no 1º turno, através de acordo ou do voto. O secretário da Comissão de Sistematização, deputado Fernando Naves (PP), informa que o 2º turno será votado no máximo em cinco dias, e arremata: "Já vai entrar tudo negociado". Portanto, novos adiamentos estão descartados.

Na sexta-feira (23), acontecerá a última das três sessões convocadas pela

presidente em exercício da Câmara, deputada Rose Mary Miranda (PP), para a apresentação e discussão de emendas de 2º turno. Os deputados já acertaram que apresentaram apenas as emendas que julgarem fundamentais. Por isso, com certeza, serão poucas.

— Nosso objetivo maior, agora, é promulgar a Lei o mais rapidamente possível — diz o deputado Fernando Naves. Ele esclarece que as arestas que por acaso permanecerem na Lei serão acertadas na revisão LO, que vai acontecer depois da revisão da Constituição Federal. "O importante é dar ao povo a

sua Lei", conclui o secretário.

Apresentadas as emendas de 2º turno (e discutidas), o projeto voltará à Comissão de Sistematização, para ganhar parecer. A Sistematização terá 48 horas para isso e, na quarta-feira (28), o texto deverá ser publicado pelo Diário da Câmara Legislativa. No mesmo dia, a presidência da Casa já pode convocar uma sessão extraordinária e iniciar o 2º turno.

— No 2º turno, vamos apreciar o projeto em globo, com uma ou outra ressalva, como algumas emendas de plenário. Vai ser rápido — avisa o secretário.

Votado em 2º turno, o projeto vai novamente para a Sistematização, já na primeira semana de maio, quase no final do prazo dado por Naves para sua promulgação. A Comissão terá mais 48 horas para acertar os últimos detalhes do texto e enviá-lo ao presidente da Casa, deputado Benício Tavares (PP). O presidente então vai convocar uma sessão para aprovar a redação final. O texto aí já passou por tantos filtros que a sessão se transforma, praticamente, numa formalidade.

Aprovado o texto, fica faltando apenas sua promulgação.

LEI ORGÂNICA: DEFESA DAS CAUSAS

Foram dois anos de intenso trabalho. Dia após dia, muita

elaboraram, ponto a ponto, a lei maior do DF. Em s

PC do B



Agnelo Queiroz

A Lei Orgânica é a carta de autonomia do Distrito Federal, coroando um longo processo de lutas populares com esse objetivo.

Constituiu-se em apreciável avanço em vários setores, como, por exemplo, o capítulo sobre a saúde, cujas medidas, em sua maioria, resultaram de propostas amplamente debatidas em um Fórum de Saúde.

Ainda que persistam debilidades e certos defeitos, estes não comprometem o sentido geral do texto aprovado, inegavelmente progressista. O Distrito Federal está de parabéns.

PL



José Ornelas

A possibilidade de contribuir com minha experiência administrativa na elaboração da Lei Orgânica, foi a razão preponderante que levou a candidatar-me a Deputado Distrital.

Por uma feliz coincidência, a promulgação da nossa Lei Orgânica — após meses de profícuo trabalho dos parlamentares distritais, em harmonia com as aspirações mais legítimas da sociedade — deverá ocorrer próxima à época em que Brasília comemora mais um aniversário de fundação.

A partir de então, por intermédio de sua Lei-maior, o Distrito Federal consolidará sua autonomia.

PP



Aroldo Satake

A promulgação da Lei Orgânica deverá se constituir num dos momentos mais importantes da vida dos brasilienses, pois representa a conquista de direitos que lhes foram negados em toda a existência da cidade. A sociedade, nos seus mais diversos segmentos deverá se unir na comemoração desta conquista.

Se nós, Deputados Distritais, não conseguimos fazer uma Lei Orgânica que atenda os anseios de todos, não foi por falta de empenho, esforço e dedicação. Particularmente, considero cumprida esta missão. As críticas, as receberei com a mesma humildade que os elogios.

PT



Lucia Carvalho

“Um dos pontos positivos da nossa Lei Orgânica é a auto-aplicação de 90% das questões, isso sem dúvida é um grande avanço que em outras constituições não existe. É importante porém, termos em mente que tudo o que foi aprovado só será efetivamente cumprido se estivermos atentos para nossos direitos e deveres. Caso contrário, o esforço empreendido pelos 24 deputados e pelas entidades e movimentos que participaram da elaboração das propostas contempladas na Lei Orgânica terá sido em vão. Nosso gabinete trabalhou particularmente nas questões da Educação e servidor público.

PP



Benício Tavares

A lei orgânica do DF é nossa lei maior, ela guiará a vida de nossa cidade, as nossas vidas e a de nossos filhos. A lei orgânica é o nosso ordenamento jurídico - a Constituição do DF. A partir de sua promulgação passaremos de fato a ser uma unidade da federação.

Sua confecção seguiu trilha própria que, apesar de certa lentidão, foi na direção correta. O intenso esforço na busca de consenso, no caminho democrático das diversidades, foi sem dúvida a trilha para buscarmos um texto pleno de conquistas para nossa cidade.

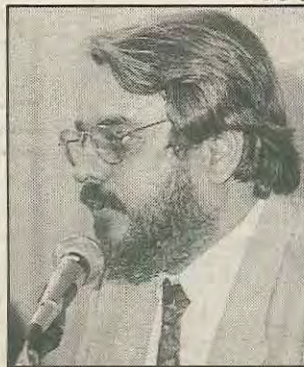
PP



Manoel Andrade

A conclusão do trabalho de elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal é uma espécie de divisor de águas na Câmara Legislativa. Durante vários meses estivemos debruçados sobre o texto, vencendo cada uma das etapas que nos foram apresentadas. Fomos criticados pela lentidão e até pelo processo intrincado das discussões no plenário e fora dele. Contudo, a verdade é que os 24 deputados distritais se dedicaram à elaboração da Lei Orgânica e a tão propalada demora para chegarmos ao fim pode ser classificada como bastante razoável.

PPS



Carlos Alberto

“No dia 21 de abril deste ano, ao completar 33 anos, Brasília vai ganhar o melhor presente da sua existência. A nossa cidade e suas satélites terão promulgada a sua Constituição. Depois de ter conquistado a cidadania, com o direito a eleger suas representações parlamentares, o DF terá, a partir do dia 21, a sua “consciência”. Ninguém, nenhum governante, nenhuma autoridade, ou qualquer cidadão comum, poderá fazer qualquer coisa sem levar em conta a Lei Orgânica do Distrito Federal. A Lei Orgânica é o presente da população do DF à cidade.

PSDB



Maria L. Abadia

“A meu ver a Lei Orgânica do DF poderia ser mais avançada e completa, poderia ser melhor. A terra, uma das questões mais importantes, ficou de fora. Não houve acordo. A esperança, agora, fica a cargo do Plano Diretor. O capítulo da Ordem Social é um dos melhores, avançou mais nos direitos das minorias, nas questões ambientais, na educação, na saúde, habitação e segurança. A dívida social será resgatada se forem cumpridos os direitos da mulher, criança, adolescente, idoso e deficientes, garantidos em votação. Merecem aplausos o fortalecimento da cidadania e a garantia da participação popular.

PDT



Cláudio Monteiro

A promulgação da Lei Orgânica, não resta a menor dúvida, é um grande presente para que Brasília comemore mais um aniversário da sua fundação. Trata-se de um passo fundamental rumo à consolidação definitiva da cidade que vimos crescer e que abraçamos como nossa. Pois a Brasília faltava uma Constituição capaz de organizar a sua vida e a dos seus cidadãos. Com a Lei Orgânica, o Distrito Federal passa a ter as referências necessárias para traçar as suas linhas de ação a longo prazo. Foram dois anos de trabalho exaustivo em que procuramos corresponder às expectativas da sociedade brasiliense.

PP



Maurílio Silva

A Lei Orgânica tem como caráter global organizar as relações Estado-cidadão, em uma cidade. Essa organização é pré-requisito para o desenvolvimento da cidade: todos - governantes e cidadãos - precisamos saber o que pode, o que deve, o que precisa ser feito. O papel do político cresce aqui, porque é ele que identifica e dá, na forma da Lei, as respostas para estas questões.

É inegável, portanto, que, de todos os presentes ganhos em seus aniversários, Brasília comemore, nos seus 33 anos de existência, a sua Lei Orgânica como o bem mais precioso que lhe tenha sido oferecido.

PP



Edimar Pirineus

A Lei Orgânica tem um significado especial para o Distrito Federal, pois representa, ao mesmo tempo, um certificado de consolidação da democracia e da cidadania. Conquistado após os trinta longo anos em que a população foi mantida à margem das decisões — da inauguração da capital, em 1960, à primeira eleição direta, em 1990 —, este certificado era o elo que faltava para a construção do futuro de nossa região.

Com a Lei Orgânica, ficam definidas as bases para o desenvolvimento do DF, a partir da preservação das nossas fontes naturais de riqueza.

PP



Pe. Jonas

Toda Constituição busca refletir uma idéia de direito, e é nesta ótica que a Lei Orgânica do Distrito Federal, está alicerçada, com o objetivo de trazer à população uma estabilidade social e um pleno desenvolvimento para Brasília. Foi e é uma tarefa árdua, porém nobre e de fundamental importância para o Distrito Federal, pois não sendo Estado, nem município necessitou de um trabalho por demais aprofundado para corresponder às exigências e expectativas da comunidade. Por isso é complexa a sua elaboração, mas é necessária pela própria razão de termos autonomia legislativa.

S POPULARES E DA JUSTIÇA SOCIAL

vezes varando madrugadas, os 24 deputados distritais

na fase final, ela contempla os anseios populares.

PT



Euripedes Camargo

A autonomia política do DF vence mais uma importante e significativa etapa com a votação em primeiro turno pela Câmara Legislativa, da Lei Orgânica, a nossa Constituição.

Assim, em breve teremos cumprido a principal promessa da campanha eleitoral: dotar o DF de um diploma legal, que estabeleça as normas de nossa convivência social, protegendo os direitos de cada um e da coletividade.

Mesmo ficando pendente a questão da terra - em que não houve acordo - poderemos encontrar formas de regulamentação e funcionamento da lei maior.

PT



Pedro Celso

A Lei Orgânica do Distrito Federal apresentará poucos artigos progressistas e muitas decepções. Capítulos inteiros foram cassados ou, no mínimo, mutilados. O da área de Transporte é um exemplo. Outro é o da Comunicação Social. A participação popular nas principais decisões de Brasília foi reprovada. E não poderia ser diferente. A Lei Orgânica terá a cara do atual Governo, no Buriti desde 1988. Um Governo que reduz os investimentos nos setores essenciais, desferiu violentos ataques contra os sindicatos e demais setores organizados da sociedade.

PP



Fernando Naves

Como Parlamentar e Secretário da Comissão de Sistematização, participei ativamente na elaboração do projeto da Lei Orgânica, tornando-a um documento forte e permanente. As principais conquistas que foram incluídas na Lei Orgânica via emendas de minha autoria, destacam-se a gratificação especial aos professores, técnicos e auxiliares de ensino especializado da FEDF; Assegura o Regime Jurídico Único aos professores aposentados pelo Regime Celetista, que pertenciam à tabela de Pessoal da FEDF; Determina a divulgação da qualidade da água distribuída à população.

PTB



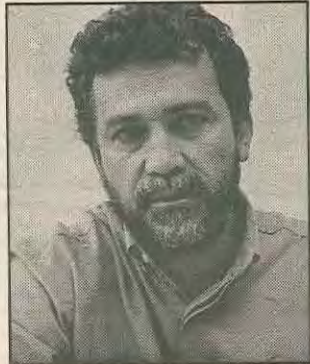
Peniel Pacheco

A cidade de Brasília completa neste mês de abril 33 anos de existência e ganha de presente sua Carta Magna.

A conquista da autonomia política do Distrito Federal, a qual tornou-se pública através da Constituição Brasileira em 1988, foi um marco na história da cidade, que recebe, agora, seu coroamento com a promulgação da Lei Orgânica.

A Lei Orgânica é o documento basilar de todo o ordenamento jurídico e administrativo do Distrito Federal, constituindo-se na proclamação efetiva dos direitos de cada cidadão da Capital Federal.

PT



Geraldo Magela

"Eu fui o único candidato a deputado distrital a apresentar, durante a campanha, um projeto completo de Lei Orgânica. Muitas das propostas por mim apresentadas foram incorporadas ao atual texto aprovado em primeiro turno.

O resultado alcançado até agora está aquém do que gostaria, mas acho que em alguns pontos a Lei Orgânica do DF será uma referência para outras leis estaduais; como a introdução, no capítulo de Política Urbana, da questão do solo criado e da participação dos funcionários na diretoria das empresas públicas do Distrito Federal";

PP



Rosemary Miranda

Valeu a pena o esforço dos 24 deputados distritais, primeiros legisladores do Distrito Federal, eleitos pelo voto popular, para elaborar a nossa Lei-maior. A Lei Orgânica entra em sua fase final e Brasília ao completar 33 anos ganha este presente importante para a cidade e para o seu povo. A LO guiará a sociedade. A Lei-maior elaborada com a dedicação exclusiva de seus legisladores servirá de marco para Brasília. Uma referência necessária e fundamental para o entendimento da cidade-estado. Estamos todos de parabéns pelo presente que a Câmara Legislativa concede à Brasília neste seu aniversário.

PP



Gilson Araujo

A Câmara Legislativa concluiu a votação, em primeiro turno, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que é o fruto de muito trabalho e de grande esforços por parte de todos aqueles que participaram de sua elaboração. A Lei Orgânica representa mais uma fase vencida na luta pela emancipação política do Distrito Federal. Os deputados distritais, imbuídos da grande missão de entregar à sociedade brasileira a sua primeira Constituição, iniciam, agora, o segundo turno de votação, que deverá consolidar esta obra histórica, representativa do progresso e do bem-estar de toda a população do Distrito Federal.

PDT

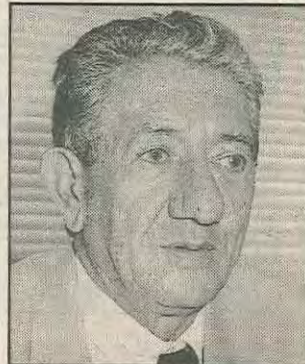


Salviano Guimarães

Considero que a Lei Orgânica representa o anseio dos cidadãos e dos compromissos que deverão ser firmados entre o Distrito Federal, a sociedade e os poderes constituídos.

Ao escrever a primeira Constituição da capital da República, devemos ter presente que esta tarefa significa a convicção do dever de, acima das ideologias e dos ideais partidários, dar a Brasília uma estrutura racional e orgânica de normas, inspirada nos postulados do direito, da liberdade, do humanismo e da democracia.

PL



Jorge Cauy

Ao se aproximar o momento da promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, considero oportuno recordar os esforços empreendidos por todos aqueles que estiveram envolvidos na sua elaboração.

Após meses de exaustivos debates, todas as questões que suscitaram dúvidas e exigiram esclarecimentos foram superadas à luz das discussões e do entendimento, prevalecendo o bom-senso e o empenho inquestionável de oferecer aos brasileiros um instrumento ágil, moderno, duradouro, isento de controvérsias.

PP



Tadeu Roriz

A Lei Orgânica é fundamental para a nossa autonomia política e um passo a mais em direção à independência financeira do Distrito Federal.

Ela é o resultado de 33 anos de luta em busca da libertação das amarras que nos prendiam como Capital Federal.

Através da Lei Orgânica, pioneiros que aqui fincaram raízes e brasileiros natos adquiriram o direito de administrar a sua própria cidade e de gerir seus destinos.

Agora é preciso lutar ainda para que a Lei Orgânica não seja apenas um texto retórico.

PFL



José Edmar

Brasília renasce. Uma identidade, um caminho a trilhar, um perfil adequado às suas necessidades e à vontade de seu povo.

A maturidade política se consolida com a promulgação da Lei Orgânica do DF, garantindo o caminho para a sonhada autonomia financeira.

Foi importante ressaltar a participação popular na elaboração desta Lei. A Igreja, por exemplo, deu a sua contribuição, preservando o direito à vida. Outros pontos: a prevenção a acidentes radioativos, a proibição de lançamento de esgoto in natura em rios e lagos, a obrigatoriedade de exames de vista nas escolas.

PT



Wasny D'roure

O deputado Wasny de Roure destaca como no capítulo da Educação, foi tornada obrigatória a presença de orientadores educacionais nas escolas do DF e como nas disposições transitórias foram tomadas medidas para viabilizar a erradicação do analfabetismo no DF, dentro do prazo constitucional de dez anos. Na área de saúde foi aprovado artigo garantindo a promoção e restauração da saúde psíquica do indivíduo, proibindo celas-fortes e outros procedimentos desumanos ao paciente mental. Wasny destaca ainda a criação do Conselho de Comunicação Social do DF.

qui estive em 1968, pela primeira vez, fazendo um estudo sobre as capitais federais existentes no mundo. Naturalmente que houve muitas mudanças, inclusive na face física do Plano Piloto.

Acho que seria oportuno, agora, fazer uma menção, ainda que breve, sobre a natureza do livro que editei.

Ele foi publicado em 1973 e contém escritos por um "expert" em cada um dos países visitados, sobre a administração de sua capital.

Agora, deixem-me dar a vocês a impressão que tive de Brasília em 1968.

Naturalmente, como todo mundo já deve saber, fiquei impressionado pelo fato de que era uma grande realização arquitetural, reconhecida em todo mundo.

Era muito espalhada, parecia não ter centro de vida e a cidade parecia grande demais para a população que comportava.

Camberra, na Austrália, era assim também. Levou bastante tempo para que a população ocupasse todo o espaço vazio, todo o plano central.

Mas, eu sabia que era uma questão de tempo. Assim que as embaixadas e os ministérios comessem a mudar para cá, tudo seria ocupado.

Em 1968, eu achava que os administradores de Brasília estavam bastante complacentes sobre o futuro da cidade. Pensavam que seus problemas seriam solucionados pelo crescimento gradual da população. Em outras palavras, acreditavam que nada poderia sair errado.

Estive lendo uma publicação, na qual vi um esquema do crescimento populacional e fiquei admirado em notar que, entre 1970 e 1975, a população de Brasília subiu, rapidamente, de 500 mil habitantes para perto de 1 milhão, e ultrapassará este número muito em breve.

Assim, Brasília está agora enfrentando problemas do que fazer a respeito das cidades-satélites e qual será seu papel, como centro regional e pólo de desenvolvimento.

Atualmente, há sete capitais governadas como Brasília, dentro de um Distrito Federal. E a maioria está na América do Norte e na América do Sul. Acho que a tendência era seguir o modelo de Washington.

Assim, além de Washington, temos, no mesmo modelo, a Cidade do México, Caracas, Brasília e Buenos Aires. As outras são: as cidades de Camberra, na Austrália e Nova Délí, na Índia.

Assim, qualquer desenvolvimento da área da Capital nacional se torna extremamente complicado e, naturalmente, como resultado, muitas coisas ficam por fazer.

Lembrando que da minha classificação eu só mencionei 14 cidades até agora, mencionarei as outras duas que têm categoria especial: são cidades-estados.

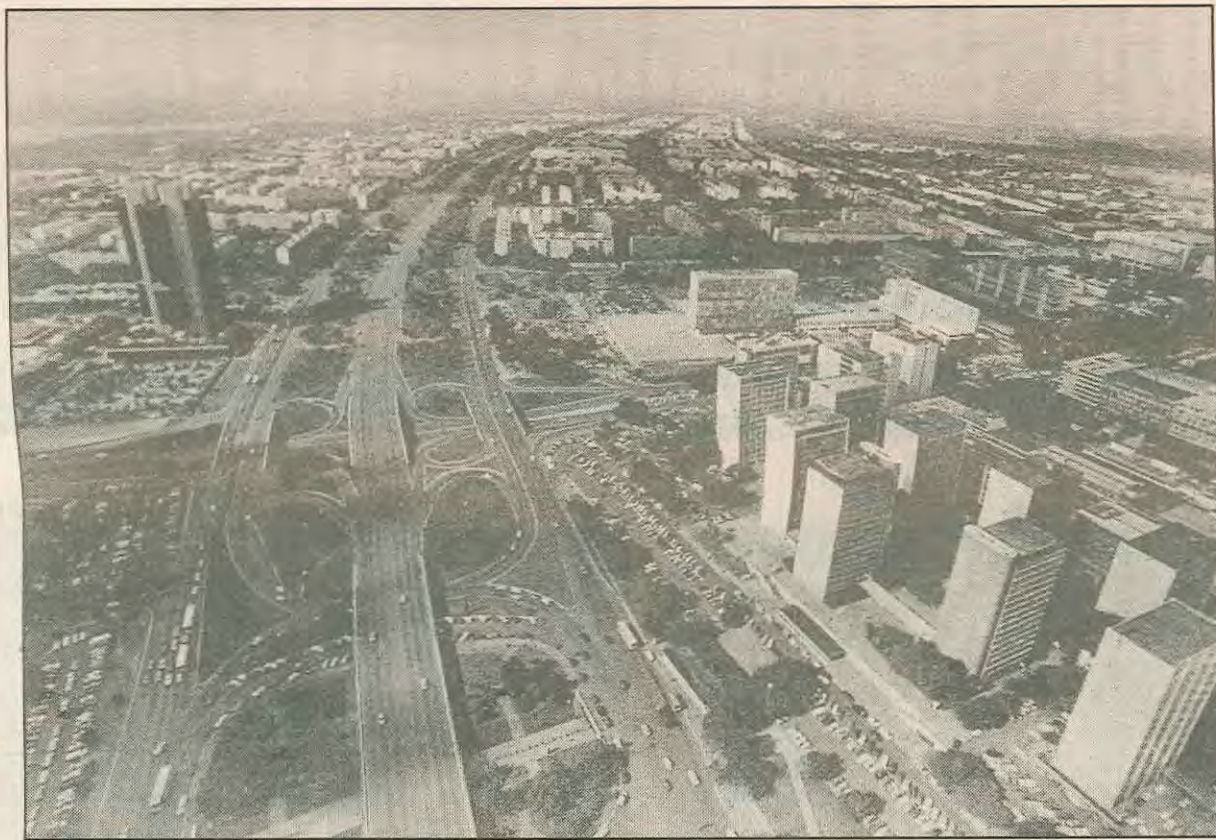
A mais velha cidade-estado é Viena, na Áustria, que é o maior e mais poderoso estado da Federação da Áustria. A outra é Lagos, na Nigéria.

A característica desse tipo de cidade é que o governo da capital federal é muito forte, tem todos os poderes de estado.

No caso de Brasília, o Governo do Distrito Federal tende a receber emanções do poder dos ministérios, do Governo Federal.

E a colocação que eu gostaria de fazer aos senhores é: — "Será que o governo local deveria ser mais independente? Deveria ser eleito um conselho para cuidar dos interesses dos residentes na cidade?"

Brasília é diferente das demais capitais do seu tipo. Diferente de Camberra, Islamabad, Nova Délí e Washington, que, como ela, foram construídas recentemente. É que ela foi construída numa terra virgem.



Razões de ser de um Distrito Federal

Há 17 anos o professor canadense Donald Howard realizou em Brasília uma conferência sobre a experiência mundial dos Distritos Federais, que pode ser considerada um clássico sobre o assunto, apesar de todo o intercurso de tempo. Algumas das questões levantadas ainda são pertinentes ao debate geral sobre Brasília.

DONALD HOWARD

Associação Canadense de Ciências Políticas

As outras, com exceção de Camberra, foram construídas perto de outros grandes centros.

Nova Délí, por exemplo, quando foi construída, estava bem dentro da cidade de Délí. A sua construção começou sem ser preciso criar infraestrutura para os operários, que já tinham outra cidade à disposição.

Isto não aconteceu aqui. Outra característica de Brasília, como o professor Ergun mencionou, é que ela tem o objetivo de desenvolvimento do interior. Não me lembro de um outro caso deste tipo — a não ser na Nigéria — em que a capital tenha sido instalada com a finalidade de desenvolvimento da região.

Como me foi recomendado pelo professor Monteiro de Santana, mencionarei — baseado nas minhas experiências em outras capitais federais — sete áreas de problemas de Brasília.

O primeiro problema — que já mencionei — é o do Governo do Distrito Federal. Este problema é comum, de acordo com as minhas observações, a todas as capitais federais, dentro de distritos federais. É o problema de coordenar as atividades do Governo do Distrito Federal com

as dos ministérios federais, havendo fragmentação e duplicação de esforços. Seria o caso de se definir quem seria o responsável por cada atividade.

O segundo aspecto que quero apresentar é o das cidades-satélites, no Distrito Federal. Deveria haver o que eu chamo de "sistema de duas fileiras". Ou de outra forma: não deveria haver governos locais para as cidades-satélites e para o Plano Piloto e, sim, "um governo de sombra", que abrangesse todo o Distrito Federal.

Para o modelo de tipo de governo ideal para o Distrito Federal, acho que devemos ver os exemplos de outras grandes cidades do mundo.

Eu tenderia a discordar do argumento do professor Ergun, que diz achar que todo o Distrito Federal deve ter um governo integrado, como uma única área urbana, sendo um único governo metropolitano.

O que eu discutiria — e a experiência de algumas cidades importantes do mundo demonstra — é que o sistema de "dois níveis de governo" — um em nível municipal e outro, que corresponderia ao nível estadual, para todo o Distrito Federal —

seria inteiramente funcional.

Seria a divisão do poder, no Distrito Federal. Haveria o poder do governo local, em cada cidade, separadamente. Acho que, pelo isolamento das cidades-satélites, isto seria ideal.

Em outras palavras: estaria garantido para o governo de todo o Distrito Federal aquelas funções e poderes que são necessariamente, para governar, em bases amplas o Distrito Federal. Os serviços de engenharia, abastecimento de água e esgotos seriam centralizados em uma base geral.

Há exemplos de bom funcionamento desse sistema, como o de Toronto, no Canadá, que existe desde 1953, com muito sucesso. Outro exemplo é a cidade de Londres. Em 1969, foi criado o sistema "duas fileiras" em Ottawa, para aquela parte da capital federal, que está no lado do rio Ontário. Há as municipalidades locais e o governo geral, para toda a área metropolitana. Acho que a grande vantagem desse sistema é permitir a que as comunidades locais possam influenciar na execução dos serviços específicos das cidades.

Outro problema, outro item a de-

bater, é o grau de integração da população do Distrito Federal. E isso precisa de um estudo mais profundo.

Há um grande fluxo de habitantes das cidades-satélites que se deslocam diariamente para o Plano Piloto. Se indústrias leves forem criadas nas cidades-satélites, elas se tornarão mais independentes e, assim, terão mais condições de fixar nelas os seus habitantes e tornarão mais forte a necessidade de um governo local próprio.

O problema nº 3 é a distribuição da população do Distrito Federal, além do seu limite de influência, além de sua própria área. Este é um aspecto que se tem falado muito neste seminário: migração, atração de populações para o Distrito Federal.

O problema nº 4 é a organização intergovernamental de planejamento. Como a influência do Distrito Federal vai além de seus limites, deve haver algum tipo de organização, para o planejamento do desenvolvimento de toda a área.

O problema nº 5 se refere ao objetivo de Brasília, em torno do desenvolvimento do interior do País. Parece-me importante este aspecto e a construção das maiores rodovias para o Norte e o Oeste é de extrema relevância na integração do País e, naturalmente, Brasília se tornou um centro de controle para o desenvolvimento da região.

Bastante relativo a esse problema é se Brasília se industrializar ou se deveriam ser desenvolvidas indústrias fora da área do Distrito Federal. Este seria, então, o problema nº 6.

O problema nº 7 se refere à agricultura, isto é, quanto a agricultura deveria ser incentivada na área vizinha de Brasília.

E eu gostaria de concluir perguntando: "Qual seria a solução para todos estes problemas de planejamento sobre a influência de Brasília nas regiões vizinhas e para os problemas de migração?"

Parece-me que a solução deva residir no planejamento nacional para o desenvolvimento de toda a região Centro-Oeste.

Em outras palavras, a solução não está só na área metropolitana.

Terá vir de cima. A abertura deverá ser para todo o interior do Brasil. Isto requer o desenvolvimento de uma ou mais cidades fora do Distrito Federal, de modo que Brasília não seria o único pólo de atração e o único centro dessa área. A migração seria atraída para outros pontos, ao invés de somente para Brasília e suas cidades-satélites. Assim, o caráter de Brasília, como capital federal, seria preservado e ela não se tornaria um grande centro industrializado, como São Paulo ou Rio de Janeiro.

Se o Brasil pôde construir uma capital federal com capacidade para um milhão de pessoas, em 20 anos, porque ele não é capaz de construir outras cidades fora do Distrito Federal, para prover o desenvolvimento de todo o interior?

O ex-prefeito da cidade, Plínio Catanhede, falou da necessidade de se imaginarem novos horizontes e se conquistarem novas fronteiras. Até onde sei, nenhum país construiu muitas novas cidades, atualmente.

Parece-me, então, assim, que Brasília tem mais uma oportunidade de ser um exemplo de desenvolvimento urbano para o resto do mundo.

O prof. Donald Howard, doutor em Ciências Políticas era, em 1976, presidente da Associação Canadense de Ciências Políticas e professor universitário no Canadá. Estados Unidos e na ex-União Soviética. A presente conferência realizou-se durante o 1º SEPLAG — Seminário de Planejamento Governamental de Brasília em 1976. DF — LETRAS agradece à CO-DEPLAN pela cessão do texto.

História antiga do Planalto Central

NOMES E LUGARES

Nomes de lugares e regiões costumam ser resistentes a mudanças. A menos que, quase em caráter de fato, o povo decida rebatizá-los a partir de fatos novos, como, por exemplo, o surgimento de uma cidade.

Lugar novo como é Brasília, nome aceito pela universalidade dos povos, sem contestações externas ou internas, e com enorme significado arquetípico. Brasília vem a ser o feminino genérico para Brasil.

No mais, o aparecimento e desaparecimento de nomes parece-me ser, em geral, um processo lento, envolvendo muitas gerações humanas. Há excessões diversas, que porém não me alongo a investigar, pois resvalam para a obscura área da semiologia e do imaginário históricos.

Em meus já quarentões anos de vida no Planalto assisti, por exemplo, a dois centenários Córregos do Quilombo serem chamados hoje, pelos roceiros humildes de Corumbá de Goiás, por Córrego dos Crioulos. É que a palavra africana Quilombo já lhes é de significação desconhecida. Sabem porém que lá viveram uns crioulos, mistura de pretos e brancos, que nem mais lá existem. Mas lembram-se de diversos parentes que casaram-se com a gente dos córregos. E juram que o primeiro homem preto que viram foi vindo da Bahia, já ao tempo de Brasília. Vá entender-se o historiador com uma tal babelônia de discursos históricos!

Desta forma, as denominações geográficas africanas na região, além de pouquíssimas, (como Caxambú, Quilombo, Cafuringa, Brequenhém, Sonhém e Cafundó), desaparecem rapidamente pelo desuso. E seria mais rápido se não os conservassem os mapas feitos e refeitos pelas elites técnicas e que só se renovam também a cada geração, a cada grande projeto cartográfico.

Pelo que conheço do assunto, convenço-me porém que os nomes geográficos são objeto de uma arqueologia dos nomes. E não no seu mero sentido etimológico e sim, muito, no sentido de seu tempo histórico ambiental.

Suponhamos então, para simples fim de ilustração, que a toponímia do Distrito Federal constitua um sítio arqueológico onde a escavação não contém objetos e sim nomes e situações geográficas, em meio ao entulho degradado, quase inconhecível, da história da mãe Terra às voltas com a filha humanidade, um amor conflituoso, feito de cinzas do cotidiano.

Lá no fundo da escavação, há de existir, no extrato mais antigo, o nome mais antigo, Rio Paracatú, por exemplo, do tupi rio bom, de navegação boa, assim chamado (pelo menos desde os primeiros anos de 1600), por essa verdadeira maloca ambulante de índios e mestiços que chamamos de bandeira, corsários do sertão.

Subindo o Paracatú, logo damos com seu maior afluente, o já chamado luna, que na estatigrafia do nosso sítio etimológico, um século depois, traduzia-se, nos primeiros roteiros das minas dos goiases pelo que sem-

Neste artigo o autor redescobre o Eco-sistema indígena do DF e trabalha com sua colonização rural no Século XVIII

Paulo Bertran

Academia de Letras e Artes do Planalto
Câmara Legislativa do DF



pre quis dizer: O Rio Preto, cor da água, ou cor do seu fundo. Uma qualificação geográfica precisa no deserto de nomes do sertão.

Na década de 1920 alguma alma nativista e tupinóloga — (nós brasileiros, depois que o índio acabou-se, sempre o lembramos liricamente), sugeriu dar-se ao incipiente povoado de Capim Branco o nome Unai, em que transparece a metamorfose do velho rio luna no nome da vizinha cidade. No extrato superficial do nosso sítio etimológico acabou surgindo resquícios da raiz imemorial.

E com o luna, Rio Preto, já estamos em plena fronteira leste do Distrito Federal.

Vamos entrar por ele adentro em um dos sacrários de Pindorama — o país das palmeiras, segundo uns, o país das maravilhas conforme outros — denominação pela qual os índios chamariam o Brasil, numa duvidosa versão romântica emitida por Couto Magalhães.

Não querem dizer os nomes tupis que aqui vivessem índios dessa etnia. Ao contrário, as etnias goianas são macrojês. O tupi aparece aqui

como intrusor, fugido da colonização portuguesa do litoral. Parece que índio algum vivia em permanência nestas chapadas do Distrito Federal, frias demais para as condições dos povos indígenas nus. Restos arqueológicos no Distrito Federal são raros e parecem referir-se na maior parte a acampamentos de caça.

Mesmo assim tome-se aí, Distrito Federal afóra, de córregos e ribeirões do tamanduá, da jibóia, do jacaré, da sucuri, de mogi, a cobra — todos esses comestíveis — e de outros menos palatáveis como a onça e o guará, um lobão de campo que emprestou seu nome à cidade satélite do Guará.

No mapa do Distrito Federal toda essa fauna nomeada mostra sua locação ecosistêmica, de um a outro extremo do quadrilátero. Senti falta apenas de denominações lembrando bandos de emas, siriemas e de veados, tão favorecidos nas regiões de chapadas.

Não os encontrei nem na documentação antiga nem na toponímia moderna. No entanto logo ao Norte do DF, temos a chapada dos Veadei-

ros, lembrando no nome os caçadores de veados, e logo ali, no nome antigo de Formosa, Couros, o mercado que vendia os couros dos antílopes de Veadeiros e do gado do Vão do Paranã

Mais nomes do que os da fauna são os nomes tupis do reino de Flora-Taquari, Taquara, Taboca, todos do gênero Bambusia, utilíssimos na construção de ranchos e casas e como madeira leve para cestaria e cercamento de mangueiros de porcos, de galinhas e de bezerros. De grande utilidade, tanto para o indígena quanto para o colonizador.

Os córregos onde existem palmeiras também são abundantemente nomeados pela utilidade: Buriti, de que se faz doce, Indaiá, de que se faz a cobertura de ranchos, e a Guariroba, que no século XVIII considerava-se com valor medicinal e que não falta até hoje na mesa tradicional dos goianos.

Passam de oitenta as denominações referentes a Buriti, Buritizal, Buritizinho. E Guariroba é um bairro próximo à Ceilândia.

No capítulo botânico, há córregos e regiões ditos do Jatobá, em homenagem à frondosa árvore, do Pindai-ba, cuja tradução literal é vara de anzol, e dois ou três ribeirões que chamam-se Samambaia. Ao que eu saiba alguns índios e o povo de Ouro Preto adoram comer samambaias. Mas há métodos certos de prepará-las, para que não resultem em produto tóxico, à exemplo da mandioca brava. E temos aí que esse gênero de avencas tornou-se um gigantesco bairro do Distrito Federal. Uma curiosidade: o colonizador do século XVIII nunca soube grafar direito esse nome: algumas vezes é sambambaia, outras samamaia, outras sandambaia, o que, no mínimo, indica sua pouca familiaridade.

Está aí o Distrito Federal, todo palatável e todo útil, em suma, ao gosto indígena e sertanejo. Sua toponímia come-se, veste-se, emprega-se em ranchos e utilidades domésticas, e antes de mais nada, constrói um vasto discurso ecosistêmico nas raízes da história. Pura matéria de Eco-História.

MISTÉRIOS INDÍGENAS

Ao que vem pesquisando Darell Posey com os Caiapós do Pará, deteriam esses índios, sequeer designados como horticultores, cerca de 50 plantios supervisionados de espécies medicinais, alimentícias e florísticas do cerrado, que sistematicamente, geração atrás de geração, plantam na pré-amazônia. Há sugestões de outros antropólogos de que Pindorama — o país das palmeiras, a mais útil das árvores, tanto pelo palmito, quanto pelas palhas, quanto pelo caule que pode ser transformado em fibras de cordas — há sugestões de que em sua origem multiseccular, haja um índio semeador da espécie, visando, através dos séculos, a obtenção de uma flora útil ao seu cotidiano.

Se isto tiver algum vislumbre da verdade, temos que reescrever toda a história florística do País e rendermo-nos a um dos paradigmas que imagino para a Eco-História, que é o da ação antrópica presente desde o

surgimento das primeiras sociedades.

E há o capítulo geológico e mineralógico. No Distrito Federal há os dois exemplos notáveis dos ribeirões Cafuringa e Taguatinga. Cafuringa, que eu imaginava ser apenas um jogador de futebol, parece ser um étimo africano para designar o minério de cassiterita, do qual seapura o estanho.

E temos Taguatinga — significando literalmente Tauá — Barro e tinga — branco. E eis aí a cidade de Taguatinga, significando Barro Branco, depósitos argilosos de cor branca que de fato existem em toda a região. Parece que era um barro comestível e também usado na cerâmica e no reboco de casas.

Há finalmente dois nomes extremamente controversos na geografia do Distrito Federal: os de Paranoá e Pipiripau.

O rio Pipiripau é o mais alto afluente do Rio de São Bartolomeu, que por sua vez é o principal rio do Distrito Federal. Segundo meu amigo e mestre, Bernardo Élis, que fez um curso de tupinologia, e a quem recorri várias vezes ao escrever este artigo, Pipiripau significaria "Rio raso e cheio de pedras pontudas no meio".

Eis que, além de rio, é uma verdadeira placa de sinalização no sertão deserto, com a discriminação de suas características, razão por que creio ser toponímia surgida com as bandeiras primitivas do século XVII, à exemplo das denominações Paracatú e Rio Preto. O cineasta Geraldo Moraes andou por lá fazendo locações. Disse-me que a denominação indígena lembra o que viu.

Parece a Bernardo Élis serem raríssimos os nomes macrojês sobreviventes à conquista dos mestiços paulistas bilingues. Na cidade falavam os paulistas um horrível português, e nas expedições ao sertão um detestável nhengatú — língua velha — já naquela época, de que resultaram o português caipira de uso geral no sertão, e o tupi paulista, também caipira, corruptela da língua geral normatizada pelos jesuítas com o concurso dos tupis-guaranis do litoral.

Há então o caso culminante do Paranoá, antigo rio desse nome aos pés do Plano Piloto, hoje tornado o Lago de Brasília e empréstimo para mais uma dúzia de denominações, desde uma torrefação de café até uma loja de roupas e uma loja de implementos agrícolas. Grafava-se antigamente, nome certamente derivado do nhengatú-caipira, por Parnauá e até onde vai nosso escasso tupinismo, teria o mesmo sentido, etimologicamente mais completo, de Paranaçuá, vale dizer, rio largo ou rio espraído. A descrição cabe como uma luva ao que a Expedição Cruls sobre ele levanta: um rio raso e largo, com 20 metros de lâmina d'água. E com enormes áreas de inundação nas chuvas rigorosas, o que sugeriu a Glaziou, membro da Expedição Cruls de 1892, identificar por ali um antigo lago do terciário. E finalmente, aos construtores de Brasília, a idéia de refazê-lo, como de fato fizeram.

Como já contamos antes, essas denominações tupi-guaranis não implicam necessariamente em povoação indígena do Distrito Federal. Recentemente (Miller, 1992) descobriu-se um pequeno sítio cerâmico e pré-cerâmico no Gama e há indícios vagos de um outro nas cercanias de Brazlândia.

Pelos relatos históricos, a região do DF, configura-se muito mais como território de caça e coleta de grupos antigos macrojê. E ponto de contato de suas subetnias: os Caiapó, senhores do vale do Corumbá, ao sul, e os acroás ou acwã ao norte, a que pertencem nações como os extintos crixás e acroás, e de que parecem descender os atuais xavantes e xerentes.

E seguramente vieram desde o litoral e desde o vale do São Francisco, as migrações tupi-guaranis, acelerando-se ao tempo da conquista branca.

Há casos extravagantes dessa retirada dos tupis do litoral em busca de refúgio no Brasil Central. Desde 1600 um grupo tamoio expulso do Rio de Janeiro veio esconder-se na zona fronteira entre Goiás e o Piauí. Pela época, senão antes, também expulsos do Rio de Janeiro, os Tapirapé conseguiram instalar-se no Araguaia, disputando cotoveladas com os macrojê carajá. Até do Espírito Santo, os temininó, de língua geral, foram refugiar-se ao norte do DF, na região do Paranã.

Uma verdadeira babilônia de gentes e conflitos, vindos, desde as mais remotas origens de homem nas Américas, a contrapor-se a um tipo de história do DF que só parece iniciar-se com JK, como expresso em vários manuais escolares.

Se bem conhecemos o ânimo dos índios jê, (como os xavante e caiapó), o Distrito Federal, como território de caça e coleta deve ter sido objeto de intenso conflito, acirrado em princípios do século XVIII pela chegada dos mineradores paulistas e portugueses.

Considerando tudo porém, as denominações indígenas do Distrito Federal são poucas se comparadas ao complexo nordestino, onde em alguns lugares excedem a 50% da toponímia. E pouquíssimas se comparadas à Amazônia, em que certas regiões vão além de 80% de nomes indígenas.

No caso do DF e de outras regiões goianas eu usaria dizer, à falta de dicionários geográficos atuais, que os nomes indígenas cobrem de um mínimo de 20% a um máximo de 60% da toponímia regional, variando a cada sub-região.

VERSÕES COLONIAIS

O território goiano e a porção do Distrito Federal inscrevem-se na rota de diversas expedições bandeiristas e bugreiras dos séculos 16, 17 e 18.

Fato pouco conhecido é que desde 1697, agregados e peões do famoso latifúndio da Casa da Torre dos Garcia D'Avila, bahianos, vinham tentando estabelecer fazendas no médio curso do Tocantins, sendo batidos pelos índios, mas deixando os gados. Por volta de 1730 já se instalavam nos vales do Paranã e do Uruçuia, sendo crível que houvesse gado tresmalhado pelo Distrito Federal.

Em 1722, a bandeira descobridora de Goiás, comandada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera

II, tendo definido, após entrar no incógnito território dos Goiaes, uma orientação de Norte quarta de Nordeste para a expedição, veio dar a altas chapadas, "desprovidas de tudo", a não ser de palmeiras de guariroba, insuficientes porém para a fome que acometia os 200 homens da tropa. Nessas condições resolvem assaltar alguma aldeia farta de alimentos e depois de dias de procura, deram com uns índios Quirixás ou Crixás, de língua jê, aos quais tomaram a taba e as roças de mantimentos. Estamos aqui no Rio Crixás, afluente do Paranã, a coisa de 100 km no Noroeste de Brasília. As altas chapadas, "desprovidas de tudo", correspondem bastante aos altiplanos do DF.

Reza ainda a crônica histórica do Pe. Silva e Souza, de terem visto esses bandeirantes por aqui sinais de gado, por certo da Casa da Torre, como o que deram-se por perdidos em continuar neste rumo. De fato mudaram para o oeste, onde depois de muitas voltas, mais tarde descobrem as minas de Goiás Velho.

Em decorrência desse surto mineratório do oeste, o norte do DF é mais veladamente conhecido do colonizador do que o sul.

Desde 1732 abriu-se uma estrada, clandestina, ligando os sertões da Bahia e de Minas às jazidas florentes de Meia Ponte, atual Pirenópolis. Sua passagem pelo DF segue a mesma estrada asfaltada que liga Formosa a Sobradinho, passando pelos ribeirões do Pipiripau e do Mestre D'Armas.

Resultado inútil reprimir tão dilatado contrabando, em 1736 resolve o governo legalizar essa estrada, criando o Registro Fiscal de Lagoa Feia, próximo a Formosa, e em algum ano posterior, a Contagem de São João das Três Barras, não muito longe do atual Posto Colorado, entre o Plano Piloto e Sobradinho. Essa Contagem deve ser o mais antigo estabelecimento colonial do DF. Ambas cidades novas, Brasília e Belo Horizonte são as duas capitais que ao lado tem a bizarria de lugares denominados "Contagem", sendo a de Belo Horizonte um grande bairro industrial. Servia, como indica o nome, como Posto Fiscal para "Contar" gado e mercadorias que transitavam pelos sertões.

De Sobradinho essa estrada da Bahia ia à tal Contagem de São João, deixando o Plano Piloto e o Vale do Paranoá ao sul. Buscando depois sempre os caminhos secos das chapadas, ia romper nas alturas de Brazlândia e de lá, em rumo direto, se-

guia para Pirenópolis.

Enquanto isso acontecia pelo Norte, no Sudeste exploravam-se, clandestinamente, talvez por dez anos, as minas de Paracatú do Príncipe, oficializadas em 1744.

Logo garimpeiros dali provenientes descobrem e fundam em 1746 a mineração e o arraial de Santa Luzia, atual Luziânia, entrando brevemente em conflito com os índios Caiapós.

A situação geral, pois, em que a colonização implantou-se no Planalto é multidirecional e convergente. Pelo Norte, Vão do Paranã acima, expandiam-se as fazendas de gado iniciadas pelos sertanistas bahianos. Do leste rompia, ao longo de todo o Distrito Federal, a estrada da Bahia, a que maiores valores transportava para Goiás e Mato Grosso durante o século XVIII. Quase todos os africanos que aqui deram entrada vieram por esse caminho desde a praça de Salvador, e isso é um dado precioso para a história do negro no Brasil Central.

Finalmente, pelo sul, vinha, desde 1746, sacralizar-se a mina de Santa Luzia (atual Luziânia), um espaço inteiramente regulado pelas leis coloniais de mineração e com grande número de seus fundadores provincianos do Norte de Portugal.

Não pude fazer uma estatística apropriada, mas empiricamente, vendo o mapa da mina, parece-me que de quase todo escasseiam os nomes indígenas e só afloram os da colonização portuguesa. Os ribeirões e lugares chamam-se Saia Velha, Santa Maria (por nome antigo Ribeirão do Inferno), Ponte Alta, o Gama, que rememora o padre português desse nome, a Papuda, que deve lembrar sua moradora acometida de bôcio, o Ribeirão Guarda-Mor, citando a autoridade responsável pela participação das lavras, o Córrego da Mortandade, lembrando um embate com os Caiapós... E o Rio Vermelho, que não é de sangue, mas do barro levado por suas águas em virtude dos trabalhos de mineração.

Eis aí um sítio arqueológico rico em indícios éco-históricos, cuja análise porém foge aos nossos objetivos.

A OCUPAÇÃO PRIMÁRIA

Desde há seis anos, quando me propus levantar uma história antiga do Distrito Federal, consegui reunir 43 cartas de sesmarias referentes ao julgado de Santa Luzia e seu distrito antigo de Couros, atual Formosa, compreendendo-se aí toda a área do DF.

Pelas citações desses mesmo do-

cumentos, cálculo que deve ter existido o dobro desse número de sesmarias, requeridas em período distintos do Século XVIII.

Muitas delas fazem referência à compra de terras, indicando um possuidor mais antigo. Outros apropriam-se de terrenos abandonados por um antecessor.

Em torno de 12 km em volta da mina sacralizada de Santa Luzia e Santo Antônio da Boa Vista, não encontro nenhuma sesmaria. Já além das duas léguas em que a legislação devia prever a exclusão de terras minerais, as sesmarias fazem como que um colar em torno da mina. São propriedades pequenas para os padrões da época, de meia légua em quadra, equivalente a 900 hectares. Seus requerentes costumavam aludir ao fato de terem escravos e de precisarem de terras, para plantar e alimentá-los. Nada impede que, contíguo ao arraial, existissem chácaras.

Deixemos de lado porém as 24 sesmarias respeitantes ao município de Luziânia e entremos no Distrito Federal.

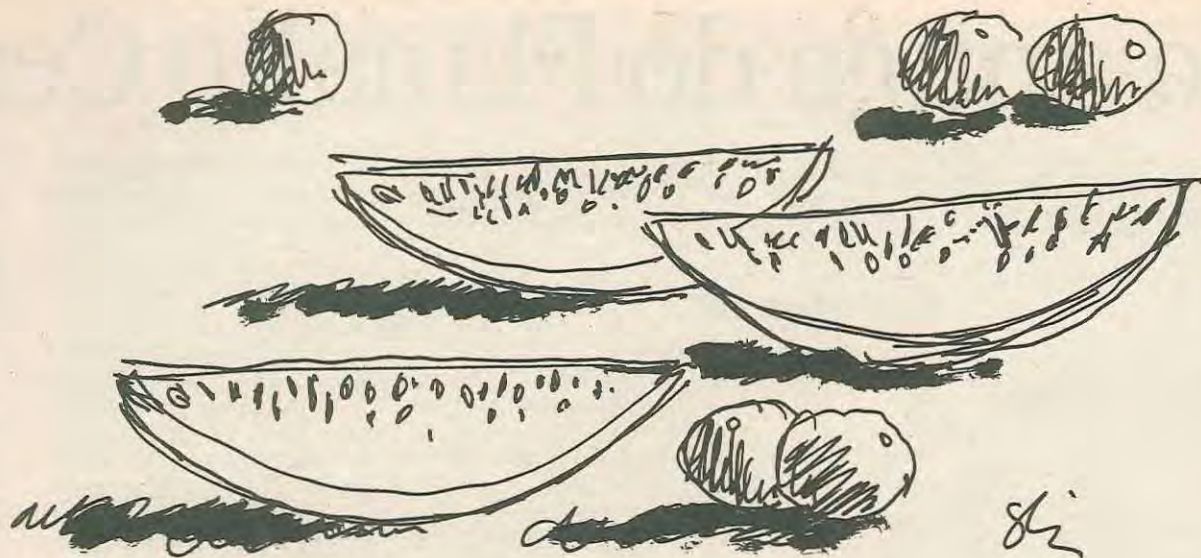
Longe da mina, as sesmarias do DF são requeridas para fins expressos pecuários, em volumes de terra assustadores até mesmo para os padrões da época. Predominam as sesmarias de três léguas de extensão por uma légua de comprimento, o que resume a bagatela de 108 mil hectares por propriedade. Com 90 proprietários desses e acabavam-se todos os 92 mil km² do reino de Portugal à época. Devia de ser raro o senhor feudal que atingisse no passado essa quantidade de terras.

As mais antigas sesmarias que encontrei para o DF, foram no famoso Rio Preto, as conferidas a Antonio Santos Almeida e a Manoel de Castro em 1740, seis anos antes do descobrimento de Luziânia.

Da mesma época, há dez outras na Região do Paranã, incluindo-se aí uma de Lourenço da Rocha Pitta, de indiscutível procedência baiana, contemporâneo e por certo parente do curioso historiador e astrólogo Sebastião da Rocha Pitta, autor de uma importante **História da América Portuguesa**, de 1724.

O vão ou Vale do Paranã, cujas águas vertem de Formosa ao Norte, era um famoso criatório de gado no século 18, em razão de seus pastos serem verdes e em razão de suas águas e barreiros salgados, próprios para o metabolismo bovino.

Segundo anotações do ilustre Luis Palacin, teve ali sete sesmarias de criar o famoso João Fernandes de



Oliveira, o contratador de Diamantina, amante de Chica da Silva, e possivelmente o homem mais rico do Brasil em seu fastígio, e dono, ali no Paranã de perto de um milhão de hectares.

Com tal gula por terras, o vale foi sendo rapidamente ocupado e nos anos de 1760 e 1770, quando as minas de Santa Luzia já entravam no decrescente estágio de 20 e 30 anos de exploração, as sesmarias voltam a ser requeridas nos melhores criatórios naturais do Distrito Federal, ou seja, no interflúvio do São Bartolomeu e do Rio Preto, correspondendo a mais de um terço do atual DF.

Essa preferência deve revestir-se de um cunho ambiental. No Rio Preto há grandes regiões de várzeas, (as famosas veredas de sertão que imortalizaram Guimarães Rosa) e que permitem certa verdura dos pastos na inclemência das secas. Houve então, diferentemente do resto da capitania de Goiás, para essas fazendas, quase que uma moda de chamá-las pelo nome de Santos, o que nos permite uma vista do imaginário religioso em fins do Século XVIII.

Assim temos a fazenda de Santa Bárbara, intercessora contra raios e trovões, a de São José, advogado dos casados e das enchentes, e de São Gonçalo, advogado dos negócios, de São Bernardo, intercessor contra as doenças de pele, Santa Rita, advogada dos desesperados. Nomes que até hoje permanecem impressos nos mapas do Distrito Federal, e que não destoam muito de uma zona de famosas trovoadas, grandes inundações e imensa solidão.

Quanto à área onde ergue-se hoje Brasília e em que se espraia a rede hidrográfica do Paranoá, os documentos do século XVIII calam-se. Ou bem por que desapareceram, ou bem por que não chegara ainda seu tempo de apropriação histórica.

De fato as chapadas do Plano Piloto são bem drenadas. Não ocorrem grandes extensões de várzeas e de barreiros propícios à excelência da pecuária natural. Aparecem ali fazendas tardias, já próximas à época do registro paroquial, em 1857, à exemplo da fazenda de Taguatinga, apossada uns cinco anos antes dessa data. Ao tempo da construção de Brasília os advogados encarregados da desapropriação, depararam-se, até mesmo com surpresa, com grandes áreas devolutas a oeste de Brasília.

Na verdade, por essa banda de oeste fundou-se em 1764, a atual cidade de Santo Antônio do Descoberto, que como diz o nome, originou-se de um descoberto de ouro, diziam os antigos que dificultoso. Alguns anos depois (1775) um dos sesmeiros da área, Sebastião da Silva Moreira, genearca de centenas de Silvas Moreiras da região, escreve que entre sua fazenda de cem mil hectares em Santo Antônio e a Contagem de São João junto ao Posto Colorado, "era tudo um sertão sem moradores".

Paulo Bertran é historiador e editor literário desta publicação. O presente artigo é parte de sua exposição na aula inaugural da Pós-graduação de História da Universidade de Brasília em 1993.

Endereço para correspondência: SQN 316, Bloco I, apto. 504 - 70775-090, Brasília, DF.

Entre livros & sebos

O gosto pela leitura faz de Brasília uma ilha num País de analfabetos. Ler, mais do que uma obrigação, é um deleite

Donalva Caixeta Marinho

Da Comunicação Social

Mesmo sem ostentar a vitalidade cultural de centros como o Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, Brasília é uma cidade que surpreende. Fugindo à regra geral e às contingências que fazem deste um país de analfabetos, seus habitantes gostam de ler. E lêem muito, possivelmente bem mais do que os moradores das grandes capitais. Em termos proporcionais, claro.

Não é preciso ir muito longe para desvendar as razões desses fenômenos, segundo Ivan Silva, 43, brasiliense convertido e considerado o livreiro número um da cidade: o poder aquisitivo da média da população é bom, os universitários são muitos e o tempo, aqui, rende mais, uma vez que não há os famosos engarrafamentos das metrópoles principais e ainda porque a própria cidade, conformada a seus objetivos, destino e funções, estimula atividades introspectivas, como é o caso da leitura.

Em Brasília desde 1966, Ivan é proprietário de duas livrarias "Presença", e embora constate que as pessoas estão cada vez mais buscando, nas leituras, respostas para as muitas dúvidas que rondam a humanidade nesta virada de século, admite que vender livros não é um bom negócio.

— É quase um sacerdócio, explica, porque o investimento feito nos estoques fica aprisionado e não es-



JOÃO WESLEY

capa à natural depreciação do valor dos títulos. E depois, a necessidade de reaplicação de recursos em novas aquisições completa o círculo vicioso impossível de ser rompido. Ou seja, os lucros porventura havidos acabam tomando o endereço de novos livros e assim se perpetua a dependência.

Numa época em que o **marketing** surge como um grande definidor de investimentos, Ivan segue a intuição, que acabou lhe revelando os melhores caminhos para transformar sua "Presença" numa das livra-

Ivan, da Presença, faz do "negócio de vender livros", um sacerdócio. É proprietário também do "Café Belas Artes", no Conic

rias mais requisitadas da cidade. E foi com base nesse quase básico instinto que ele providenciou o casamento perfeito entre as estantes dos livros e as pessoas que gravitam em torno delas e dos interesses que despertam, abrindo, há quase seis meses, no Conic, o "Café das Artes".

Estava garantida, assim, a infraestrutura para o lançamento de livros e demais eventos que promove, como o sarau poético das quartas-feiras, e que o transformaram num promotor cultural de primeira linha. Foi ali, na primeira semana de abril, que os irmãos Caruso, Chico e Paulo, lançaram as obras que os colocaram entre os mais refinados e ácidos críticos da era Collor. Foi ali, também, que o "Df-Letras" foi apresentado ao público como a primeira iniciativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal de resgate da memória cultural do Centro-Oeste, tão rica e tão pouco conhecida. E será lá, em data ainda em aberto, o lançamento da "Nova Antologia da Poesia Brasileira", de Olga Savari, a qual acolhe em sua obra a colaboração de autores brasilienses, ao lado dos grandes nomes da poesia nacional.

Agitado, sempre tentando fazer duas coisas ao mesmo tempo, embora sem perder o controle de nenhuma delas, Ivan foi um dos idealizadores da Feira de Livros que, todos os anos, reúne mais de 50 livrarias no Centro de Convenções.

Onde o raro e o barato andam juntos

Se as livrarias têm boa demanda na cidade, os sebos não ficam atrás. A Livraria Antiquário Brasília, na rua da Igrejinha (108 Sul), está há mais de 25 anos na praça, resistindo bravamente a todos os vendáveis econômicos das últimas décadas. Não há outro argumento melhor do que o preço para entender essa resistência: enquanto um livro novo, por exemplo, custa 800 mil, no sebo po-

de custar algo em torno de 300 mil. Com um respeitável acervo de 128 mil livros, a Antiquário tem clientes cativos de mais de dez anos, sempre à cata de raridades que, vez por outra, aparecem. Por ser tradicional, navega em espaço próprio, e, às vezes, ocupa até searas alheias. Quando algum outro sebo faz algum anúncio, por exemplo, o reflexo é imediato, com o incremento das

compras e das vendas.

Se os clientes antigos do sebo têm perfil próprio, os vendedores também têm características em comum, segundo Gilvan Ema que, ao lado de José Omar, gerenciam a Antiquário há mais de dez anos. As maiores motivações que levam as pessoas a desfazerem-se de seus livros são a falta de espaço, mudanças e viúvas vingativas, cujos maridos, em vida, preferiram os livros a elas.

Esses argumentos são integralmente endossados por D. Eura Oliveira, proprietária do Sebinho de Livros, na 406 Norte, que há sete anos vem tentando equilibrar a receita e a despesa, por causa dos altos aluguéis. Ela optou pelo ramo por encontrar-se desempregada à época e pelo incansável apego à leitura. Caprichosa, recupera os livros danificados e tem até um famoso "caderinho" onde anota as encomendas dos muitos fregueses que conquistou ao longo desses anos.

Para tempos de crise, ela pondera, comprar num sebo constitui uma atraente curtição e, sobretudo, uma alternativa que não pode ser descartada porque, ali, um livro pode sair até 75 por cento mais barato do que nas livrarias. (Donalva Caixeta).

JOÃO WESLEY



Neste sebo, da 407, D. Eura, a proprietária, caprichosamente recupera os livros danificados. Num caderninho, anota as encomendas dos fregueses

Estante



Embrapa doa coleção

O acervo da Biblioteca da Câmara Legislativa recebeu da Embrapa o reforço de 610 volumes da "Coleção das Leis do Brasil", que abrange o período histórico do País de 1808 a 1974. Obra rara, considerada de "valor inestimável" pelos historiadores, por ser a publicação oficial de legislação federal mais antiga, a coleção foi doada pelo órgão através de seu presidente, Murilo Xavier Flores, que fez entrega do acervo ao presidente da CLDF, deputado Benício Tavares, em cerimônia que contou com a presença do terceiro secretário, responsável pela Biblioteca, deputado Cláudio Monteiro, no gabinete da Presidência.

Zaia faz exposição

O artista plástico **Zaia** — 33, depois de várias exposições nos diversos estados do Nordeste, passando depois pelo Rio de Janeiro, encontra-se agora em Brasília para mostrar seu trabalho em **Argila de Caricaturas e Bustos Clássicos e Acadêmicos**. **Zaia**, nasceu em Pilar, na Paraíba, e trabalha com o barro desde os oito anos de idade.

E le manuseia a argila elaborando busto e caricaturas tão perfeitas gastando apenas 15 minutos em sua arte-final. Vale a pena verificar pessoalmente seu belo trabalho que será mostrado no período de **22 a 30 deste mês, no Hall do Auditório Petrônio Portela — Senado Federal**.

D. Sarah e Cabral, os homenageados

Por ocasião da sessão solene de lançamento da Lei Orgânica do Distrito Federal, a Câmara Legislativa homenageará dois pioneiros de primeira hora, Sra. Sarah Kubitschek, ex-primeira-dama do país, e Paulo Cabral de Araújo, presidente do Correio Brasileiro, concedendo-lhes o Título de Cidadãos Honorários.

A iniciativa, que resultou no Projeto de Lei 0684/92, é da Deputada Rosemary Miranda, para quem "é mais do que justo reconhecer o trabalho que eles fizeram em prol da consolidação de Brasília como capital do Brasil".



No Espaço de Convivência, servidores e deputados repartiram o pão, no Encontro Ecumênico de Confraternização de Páscoa. Reunindo servidores e parlamentares, a solenidade trouxe momentos de

reflexão, em mensagens proferidas pelos deputados Pe. Jonas, Jorge Cauhy, Maurílio Silva e Lúcia Carvalho. Depois, abrindo a festa, saudação do Dep. Benício Tavares e a apresentação do Coral Evangélico da Câmara.

Proporcionalmente à sua população, é em Brasília que se concentra o maior número de lançamentos literários do País. Tem até um sindicato de escritores

A literatura como profissão

Zinia Araripe

da Comunicação Social

Entre as muitas peculiaridades de Brasília, uma emerge de área cultural e consegue desbancar os grandes centros de produção cultural do País, Rio e São Paulo. É na Capital Federal que se concentra o maior número de lançamento literários do Brasil proporcional à população, e é onde está o Sindicato dos Escritores mais atuante. Foi o segundo a ser criado no País, há 14 anos, e é um dos quatro a lembrar que escritor pode ser uma profissão, mesmo num País de 18 milhões de analfabetos.

Literatura e poder teriam alguma coisa a ver? Lourenço Cazarré, um dos destaques da literatura brasiliense, acredita que está aí a explicação para a vocação literária de Brasília.

Essa ligação é histórica, diz ele. "Não é à toa que o Rio de Janeiro abrigou a maioria esmagadora dos escritores brasileiros no século passado. Era a capital da República, atraindo jornalistas de todos os estados, funcionários públicos, diplomatas. Num País pobre como o nosso, essa é a casta que ainda concentra bons salários e tem acesso aos livros".

Três dos maiores escritores que o Brasil já teve eram funcionários públicos de carreira ou diplomatas: Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto, este último ainda vivo.

Atualmente Cazarré identifica no Itamaraty sete ou oito bons escritores e ele mesmo, que bate ponto no Senado, compõe a linha de frente de

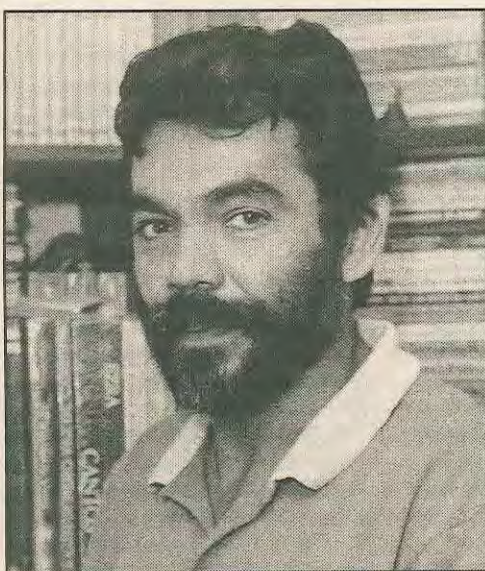
escritores servidores públicos do Distrito Federal, ao lado, entre outros, de Manuel Medeiros Vieira, Luis Berto e Clóvis Sena, os três funcionários da Câmara Federal.

Servidor Público tem um regime de trabalho mais ou menos tranquilo, e aí pode estar outra explicação da inclinação Barnabé dos que querem tempo para se dedicar à produção literária.

O poeta e romancista Clóvis Sena vê além da literatura, a vocação artística de Brasília, que por ser a capital da República atrai, "também", um tipo de habitante especial, mais intelectualizado. "A cidade tem uma das melhores orquestras sinfônicas do País, muitos grupos teatrais, várias universidades, é sede de embaixadas e do Congresso. O nível de vida ainda é bom, o que é outro chamativo".

"Brasília é o grande liquidificador nacional, que agora começa a ganhar uma identidade cultural própria", diz Menezes e Morais, presidente do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal, justificando o vigor literário da cidade, que de março até os primeiros dez dias de abril lançou pelo menos um livro por semana. Da reportagem histórica de Luis Adolfo Pinheiro em "A República dos Golpes" à poesia instigante de Nicolas Behr, poeta irrequieto dos anos 70 que virou verde e passou 13 anos sem publicar livros até lançar "Porque construí Brasília" na véspera da Semana Santa.

Pode-se identificar na cidade al-



Menezes y Morais, presidente do sindicato, diz que a "inteligência é anárquica"

guns filões literários específicos. Além da profusão de poetas, entre os quais se destacam nomes como os de Luis Turiba, Luis Martins, Reynaldo Jardim, Clóvis Sena, João Borges, Davino Fonseca, Menezes e Morais e Nicolas Behr, a Capital Federal é o terreno mais fértil de onde brotam as reportagens e ficção política, alicerçadas em nomes de jornalistas conhecidos do público, ou em escândalos como o que envolveu o ex-presidente Collor.

De um modo geral, os jornalistas conseguem o endosso de editoras nacionais. É o caso também dos autores de obras infanto-juvenis, publicados por editoras como a FTD,

Atual e Ática. Luiz Cazarré se inclui também nessa categoria, junto com Stela Maris Resende, Margarida Patriota, Jair Vitória e Luci Watanabe.

A única gráfica que se arvora em editora é a Thesauros, do português Victor Alegria, que apesar de sua atuação restrita a Brasília orgulha-se de ser a única de língua portuguesa a participar anualmente da Miami International Book Fair, com livros editados em espanhol e inglês. A Thesauros já publicou 40 livros de professores da rede distrital através de um consórcio. Foi a primeira a lançar o Marquês de Sade, Lao-Tsé e o filósofo dinamarquês Soren Kier Kgaard, entre outros.

Numa linha de maior envolvimento com autor e obra mas sem gráfica própria está a Da Anta Casa Editora, de Lúcia Romcy e Kleber Lima, que em três anos de existência conseguiu editar 15 livros, às custas de muita fé no trabalho e patrocínios conseguidos a duras penas. A Da Anta é responsável também pela revista "Vibora", de textos literários e ensaios, e tem periodicidade incerta.

Nesse contexto algumas obras de vulto produzidas em Brasília não conseguem extrapolar as fronteiras do Distrito Federal. É o caso do romance "Saliva do Verde", de Antônio Roberval Mireten, publicado pela Thesauros e comparado à obra de Guimarães Rosa pelo ensaísta Osvaldino Marques, professor da Universidade de Brasília (UnB), e um dos autores brasilienses que conseguiram conquistar o mercado editorial nacional.

O segundo de todo o País

O Sindicato dos Escritores do Distrito Federal foi o segundo a surgir no País, seguindo o do Rio de Janeiro. Fora os dois, a categoria só está organizada sindicalmente em São Paulo e Minas Gerais. Preparam-se para criar seus sindicatos, os escritores de Goiás e do Piauí, o que pode dar ensejo à Federação Nacional dos Escritores, com sede na Capital Federal.

Reunir literatos numa entidade sindical é um tanto difícil, como reconhece o presidente do Sindicato do DF, Menezes e Morais. "A inteligência é meio anárquica", explica. Mas é isso que Brasília conseguiu fazer com relativo sucesso, a partir de janeiro de 1979, quando a Associação dos Escritores do Distrito Federal foi transformada em Sindicato.

Só a partir de 1988, quando Menezes assumiu a presidência, o número de associados cresceu de 147 para 372. O número de escritores que moram em Brasília ou nas cidades-satélites é bem maior, e o Sindicato faz o que pode para chamá-los à entidade. Ela se reúne todas as quintas-feiras na sede da Biblioteca Demonstrativa de Brasília, na 506/7 Sul, e publica mensalmente o boletim "Escriba", com os parcos recursos advindos da mensalidade de Cr\$ 64.800,00, que nem todos os associados pagam em dia.

Embora não se vincule a partidos ou ideologias políticas, o Sindicato dos Escritores marcou época na cidade ao participar de algumas mobilizações públicas como a campanha presidencial de 1989, quando organizou as "brigadas culturais pró-Lula" e procurou desmistificar o argumento adversário.

Resenha



Tigre no Espelho, por **ADRIANO ARAGÃO** — quinto livro de contos do Autor, que mantém uma trajetória literária sólida e constante. DA ANTA CASA EDITORA, Brasília, 1993.



Colcha de Retalhos — Poemas, por Maria de Lourdes Reis. A poetisa e contista é autora de mais de uma dezena de livros e presidente da seção Brasília da Casa do Poeta Brasileiro. O presente livro marca uma visão mística da autora. Prefácio de Henrique de Cerro Azul, 109 páginas.



Um Intelectual e a História: Antônio Americano do Brasil, por Dinair Andrade da Silva — Professor da UnB. Dinair Andrade da Silva mostra aqui um dos mais vigorosos estudos já empreendidos sobre o notável polígrafo goiano, cujo centenário de nascimento transcorre agora. Edição do Autor. Endereço: SHIN QI 02, conjunto 06, casa 06 — 71.500, Brasília — DF.



Eterna Busca — Poesia, por Terezy Fleuri de Godoi — Neste seu novo livro a poetisa extrai cenas do cotidiano momentos poéticos de rara sensibilidade e realidade. Ed. THESAURUS/ ASEFE — Brasília, 1991.



Vaso de Alabastro — Poema, por Miguel J. Maltz — Com diversos livros publicados e intensa participação na Área da Cultura, Miguel Maltz comparece aqui com poemas religiosos de grande inspiração. Prefácio de Menezes Y Morais — Brasília, 1992.



ABBAS AL MANSOUR
ANOTAÇÕES ESPARSAS E ESPAÇOS ANOTADOS
POEMAS
THESAURUS/ASEFE

ANOTAÇÕES ESPARSAS E ESPAÇOS ANOTADOS, por **ABBAS AL MANSOUR** — pseudônimo de Luiz Gonzaga da Rocha, o presente livro de poemas, mostra arte poética eclética do autor, como expressa bem o título da obra — Ed. THESAURUS / ASEFE Brasília, 1992.

O sonho de Dulcina

Aos 33 anos, Brasília conta com uma escola de teatro que já formou várias safras de artistas e professores de artes cênicas

José Cury Neto

da Comunicação Social

JOÃO WESLEY



Maria de Fátima

A cultura não pode viver somente de sonhos, mas foi a partir de um sonho que Brasília, em seus 33 anos, começou a formar várias safras de artistas e professores de artes cênicas. Hoje eles brilham não só na cidade, mas em outros grandes centros do País, depois de terem passado pela Faculdade de Arte Dulcina de Moraes. Ela situa-se no Setor de Diversões Sul, um dos pontos mais efervescentes de Brasília, onde convivem harmonicamente prostitutas, intelectuais, travestis e gente que, de uma forma ou de outra, faz cultura.

O sonho de criar um centro formador de atores e professores de teatro foi colocado em prática em 1955, no Rio de Janeiro, quando Dulcina de Moraes, uma atriz de sucesso, conseguiu, com o apoio logístico do marido, Odilon Azevedo, lançar a Fundação Brasileira de Teatro (FBT). De quebra ela ganhou também do marido o Teatro Dulcina que, ainda no Rio, contribuiu para consagrar nomes famosos e formar, em nível técnico, profissionais do nosso teatro.

Transferência — Em 1960 Dulcina veio ao Planalto Central para acompanhar, a convite de Jango, a inauguração de Brasília. De cara ela se apaixonou pela poeira vermelha e pelo astral da cidade que nascia sob o signo da cultura. Ao perceber a emoção de Dulcina, Jango ofereceu-lhe um lote na nova capital para que ela pudesse transferir o seu teatro. A atriz aceitou o lote, mas sabia que a transferência da Fundação Brasileira de Teatro para Brasília levaria tempo, já que seu projeto estava no

auge do sucesso no Rio.

O atual presidente da FBT, B. de Paiva, amigo pessoal de Dulcina, lembra que no período de 1965 a 1970, depois de grandes oscilações na área cultural em função da ditadura militar, conseguiu, apesar dos pesares, reunir o maior corpo docente da área teatral brasileira. Ele incluía, dentre muitos outros nomes, Cecília Meireles, Ziembinsky, Juracy Camargo, Henriette Morineau, Adolfo Celi, Raimundo Magalhães Júnior e Lillian Nunes (irmã mais velha de Oscar Niemeyer).

Com o lançamento da Lei nº 5.692, que criou cursos na área de artes, Dulcina sentiu que se aproximava o momento de implantar em Brasília um curso de teatro em nível superior e, assim, finalmente, mudou-se para a cidade em 1976. Até 1980 ela procurou montar a estrutura da Faculdade que leva o seu nome e teve até que abrir mão de dois apartamentos e do Teatro Dulcina do Rio, que tiveram de ser vendidos.

Pelo menos ela teve a chance de escolher o lote prometido por Jango e optou pelo bochicho do Setor de Diversões Sul, onde foi levantado o prédio da Faculdade de Arte e onde está instalado o Teatro Dulcina, espaço aberto à comunidade.

O primeiro vestibular da Faculdade de Arte foi realizado em 1981, sendo que na época ela oferecia nove cursos. Em 1983 foi realizada a formatura da primeira turma da Faculdade Dulcina, que segundo sua atual diretora, Maria de Fátima de Deus, foi reconhecida em 1984. De lá para cá, entretanto, foram várias crises que culminaram em 1989 com a extinção de vários cursos de artes. Atualmente a Faculdade mantém quatro cursos regulares nas áreas de artes cênicas, artes plásticas e música, além do curso de pós-graduação em linguagens artísticas, lançado há um ano.

Fátima de Deus orgulha-se ao lembrar que a Faculdade Dulcina formou sozinha um contingente de profissionais em número bem superior ao de todas as demais faculdades de artes do País reunidas. São cerca de 2 mil 300 profissionais lançados no mercado, muitos deles já conhecidos do grande público brasileiro, como Marcelo Sabag, Valdez Ludvig, Mangueira Diniz e outros, sem contar com os grandes nomes que passaram pela Faculdade ainda no Rio: Marília Pêra, Irene Ravache, Ivan Setta, Ivan Mesquita, Fernando Pamplona e muitos outros.

Atualmente a Faculdade de Arte conta com 448 alunos.



Miquéias foi homenageado na Câmara pelo deputado Carlos Alberto, do PPS

O mímico do DF

Fernando Guedes

Jornalista

Há exatos dez anos, um espetáculo intitulado Sonhos de um Retirante, encenado no hoje fechado Teatro Galpão marcava o início da carreira de um artista que só conheceria êxitos. No dia 11 de março de 1983, começou, aqui em Brasília a trajetória de sucessos do mímico Miquéias Paz. Os dez anos de carreira desse artista paranaense radicado em Brasília desde os cinco anos de idade foram comemorados com uma série de espetáculos.

Na Câmara Legislativa, Miquéias foi homenageado com um discurso, em plenário, do deputado Carlos Alberto, do PPS. Carlos Alberto lembrou a trajetória de Miquéias, que já alcançou os palcos internacionais e contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da cultura no Distrito Federal.

"Miquéias é a demonstração viva da garra e do talento do artista brasileiro. As apresentações dele, sempre voltadas para o dia-a-dia dos

brasileiros, além de divertir, servem para divulgar e discutir a vida do cidadão comum, que sofre nos ônibus lotados, nas filas da Previdência, na busca do emprego", lembra o deputado Carlos Alberto.

O responsável pela aproximação de Miquéias com a mimica foi um boneco que ele mesmo criou para um espetáculo de rua do grupo de teatro Retalhos, apresentado em Paracatu. Miquéias conta que "a garatada curtiu o boneco durante mais de quatro horas". A partir daí, incentivado, também por alguns amigos, Miquéias, passou a se interessar mais e mais pela mimica.

Sempre protagonizando espetáculos onde sobressai uma preocupação com o cotidiano e as relações sócio-existenciais, Miquéias divide a carreira em três fases. Na primeira fase, houve a busca do gesto limpo, foi a fase tradicional. Na segunda fase, ele passou a experimentar a sonoridade dos movimentos. A fase atual, a terceira, é a síntese das duas primeiras.

FICÇÃO

Na terra de Itamar

Aylê-Salassiê

Jornalista

Na Igreja — cheia aos domingos — ele puxava no peito os hinos cantados por mais de mil fiéis, imprimindo neles um andamento próprio, para o desespero dos organistas que os acompanhavam atentos, apegados às partituras.

Quando falava no pátio do Colégio, a sua voz, impostada, ressoava entre os prédios. Era fácil localizá-la, e também fugir dele, principalmente os fumantes — prática proibida — que mudavam rapidamente de esconderijo à sua aproximação.

A autoridade naquela época era mantida no grito... ou no braço. Os princípios morais eram rígidos e o seu cumprimento se fazia com austeridade. O regulamento era executado com excesso de liturgia. As sanções variavam do castigo na sala de estudos, com a consequente perda do recreio, até a expulsão do Colégio.

A domesticação interna tinha a irracionalidade do ex-diretor, Adelino Sattler, de descendência alemã, que, ainda distante das novas teorias pedagógicas, aplicava nos outros o que aprendera em casa. O professor Adelino era um tipo alto, forte, avermelhado e de pouca conversa; daqueles que ficam roxos de raiva. Nesse arcabouço escondia-se, entretanto, um coração magnânimo e uma fé cristã inabalável.

Já o novo diretor não impressionava pelo vigor físico. Era magro, altura média, e descendente de colonizadores franceses: os Boechat. Destacava-se, entretanto, pelo romântico, o jaleco branco impecavelmente passado, e os óculos pretos de aros grossos, escondendo a miopia.

Internamente, todos o respeitavam, mas ele, no auge dos seus 35/40 anos não resistia ao fogo incandescente daquela juventude sa-

dia e bonita. Fazia-se passar por um diretor autoritário e arrogante, mas, no fundo, parecia desejar estar todos os dias na calçada da rua para assistir, nos intervalos das aulas, ao delicioso "footing" matinal das internas... e externas.

Era um homem sentimental, moderno, de tendência populista — fez boca de urna para o Jânio Quadros —, preocupado com transformações, e, limitado pelos escassos orçamentos, refletia suas expectativas desenvolvimentistas em pequenas obras de arremate nos pátios, nos prédios ou nas salas de aula.

Essas características o distinguiam do antecessor, que com o seu rude estilo disciplinar instalara ali um clima de desconfiança rotineira entre auxiliares e alunos e vice-versa. O ex-diretor prestigiava, sobretudo, o esporte, a disputa e a competição: era, ao mesmo tempo, diretor

do Colégio e treinador de todos os times e categorias esportivas. Não abria a guarda sequer para os professores de educação física, ou para os atletas mais antigos da cidade, formados pelo Colégio.

Edvard Boechat também gostava do "corpore sano", mas fez questão de delegar competência e até um pouco da autoridade de diretor, tornando sua administração no Colégio ligeiramente dividida com o substituto e o grupo de regentes que auxiliava na disciplina.

Ex-professor de Música do Colégio, era também o maestro do Orfeão. Junto com a diretora do Internato Feminino, dedicava bom tempo a estimular valores artísticos. Devolve também, em parte, a minha não expulsão do Colégio. Ele gostava da minha voz de barítono, mal estudada, mas com um timbre lírico precocemente definido.

Era pai de quatro lindas filhas, e uma esposa discreta e meiga. No âmbito doméstico, enfrentava ainda o problema de uma das meninas, portadora de leucemia, cuja recuperação obrigava a seguidas transfusões de sangue no Rio de Janeiro.

Disfarçou o quanto pôde esse seu espírito romântico, libertário e irrequeto, de tal forma que foi uma surpresa para todos, quando chegou a notícia do seu bronco assassinato, em plena luz do dia, no meio da rua em Manhimirim. Só aí foi descoberto que ele mantinha um caso amoroso antigo com uma das mais bonitas professoras do Colégio.

O fato não aconteceu no Colégio Granbery, em Juiz de Fora, mas em algum lugar na Zona da Mata de Minas Gerais — também Terra de Itamar Franco. Ali a educação é rígida e as pessoas só têm uma opção: serem sérias. Intenções ou atitudes duvidosas são punidas inapelavelmente com austeridade.

1ª

imagine
Brasília
não-capital
não-poder
não-Brasília

assim
é
Braxília

2ª

eu engoli Brasília.

em paz
com a cidade
meu Fusca vai
por esses eixos,
balões e quadras,
burocraticamente,
carimbando
o asfalto

e enviando ofícios
de estima
e consideração
ao Sr. Diretor.

3ª

Braxília não,
Braxília é sonho.

Brasília
foi construída
com a língua.

2.324 línguas
polindo as escadarias
do Palácio.

PORQUE

CONSTRUÍ

BRAXÍLIA

Nicolas Behr

Nicolas Behr pode ser considerado o iniciador da poética brasiliense nativa e dificilmente há para exceder-lhe alguém com tanta militância histórica, ao vender poemas, de bar em bar, há 15 anos. No depois, com o caos-Brasília dos anos 80 e 90, Nicolas refluíu da barbárie urbana e tornou-se fabricante de mudas do cerrado, tornando-se um importante ensinador ecológico.

Nos poemas a seguir, Nicolas (que é VON BEHR, cuja dinastia remonta aos tempos da fundação da Alemanha), mostra porque é e não é aristocrata e porque fundou Brasília.

4ª

me lembrei quando vi
Brasília lá de cima
ali de quem vem
de Sobradinho
depois do Colorado,
na descida.

foi perto
de onde hoje
é a Catedral
que perdi
Esperança.

vaca parideira,
pé duro,
boa de leite.

caiu num grota funda.

5ª

seremos lembrados no futuro.
wagner hermuche, turiba,
bené fontelles, odeth ernest,
joão antonio, maura baiocchi,
eliana carneiro, cassia eller,
hugo rodas, reza, las casas,
maravalhas, aluisio batata,
pereira, neio lucio, cassiano
nunes, tt catalão, athos bulcão,
fernando villar, vitor alegria,
ivan silva, toninho maya,
galeno, romulo andrade, regina
ramalho, francisco alvim, chico
chaves, renato russo, clodo,
climério e clésio, renato mat-
tos,
chacal, paulinho andrade.

6ª

VISÃO
DO MONSTRO

“faz tanto tempo
que não pula ninguém
da Torre de TV”

Signo Brasília: na UTI do Milênio

No presente artigo, o arquiteto José Galvão Jr. enumera os pressupostos simbólicos e históricos de Brasília e os desafios de sua preservação na sala de emergências do próximo milênio

José Galvão Jr.

Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

Patrimônio Cultural, bem cultural, herança pátria, dote, legado dos antepassados. Significado direto: riqueza, legalmente coisa, material ou imaterial, que pertença a uma pessoa física ou jurídica, coletividade, nação.

O bem cultural é presumidamente um bem real, algo intrinsecamente bom ou coisa à qual atribuímos qualidades para que constitua um bem, coisa boa. Cultural, porque não enquadra-se na categoria das coisas sobre as quais os proprietários ou donatários têm plenos poderes, inclusive de destruição ou transformação.

O signo Brasília, para a nação, busca ancestralidades até mesmo em Dom Bosco com suas visões do novo mundo, e em suas origens suas qualidades de bem cultural. Para o mundo, revela-se coroamento excêntrico do supra sumo da cultura europeia neste século, uma vida urbana planejada, ordenada. Mas o que é este ser histórico, esse bem cultural, esse patrimônio, em Brasília?

Toda cidade é histórica, claro. Possui caráter cultural, ainda que não seja reconhecido e elevado a determinadas categorias. Por que então Brasília se destaca? O que faz com que a construção, a existência concreta desses edifícios, vias e grandes áreas sejam reconhecidos e tão valorizados por códigos sociais?

Ora, somos mais que animais racionais. Para a construção das nossas sociedades necessitamos de um complexo sistema de signos, símbolos, etc., com os quais construímos um mundo virtual, idealizado, que precede e acompanha nossas realizações concretas. (Quando não precede, apenas recria situações virtuais, ou transforma a realidade sem objetivo idealizado no meio social, constituindo-se no que podemos também chamar de simulacro, ou desvio pós-moderno e eclético). A partir dessa visão idealizada de mundo — qualidade de vida, cidadania, etc. —, a sociedade submete-se às condições humanas e terráqueas para encarar fatores incidentais da condição dimensional do homem.

Se os fatores ou vetores de incidência em outras cidades tiveram sempre papel ponderável, especialmente em suas origens urbanas, em Brasília, signo, os vetores de intencionalidade sempre foram preponderantes, determinantes. Não houve aqui corrida do ouro, não

houve um porto, uma passagem, uma vida ou uma morte históricas, não houve rios ou serras determinantes de ladeiras ou praças recônditas, não houve, se quiserem, as esquinas dobradas meio ao acaso.

Brasília é uma idealização-realização, uma urbe virtual e real, é um implante do racionalismo, talvez numa versão mais objetiva do humanismo que restou desde os meados deste já agonizante século-milênio.

Aqui a natureza foi descoberta depois, importava mais a intencionalidade na ocupação dos espaços "vazios" do Brasil Central.

O Brasil foi "descoberto" em 1500 d.C., e Brasília foi construída descoberta em 1956/60. Os designios arquitetônicos elevados à escala do chamado urbanismo, sem maiores preocupações com o desconhecido cerrado, foram coincidir-se com os designios políticos do desenvolvimento econômico da Nação, já então numa grande entalada social e econômica, sem outros caminhos que não o da interiorização.

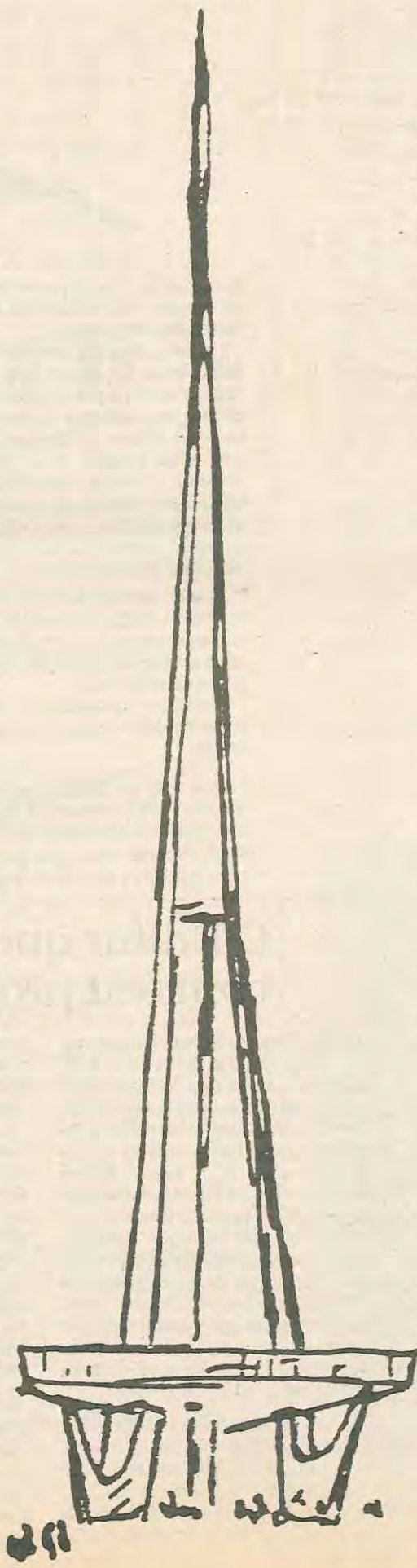
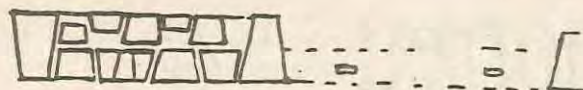
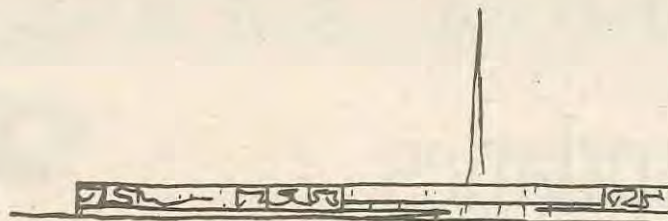
JK foi o político certo na hora certa no lugar certo, se me permitem a vulgaridade fatalista. Na verdade soube catalizar, em si e em seu governo, as vontades históricas de interiorização, especialmente daqueles que tiveram grandeza no pensar um futuro brasileiro continental, e não apenas uma orla marítima e olhar para a Europa e a imitá-la.

Também é o produto da viabilidade construtiva do projeto do urbanista Lúcio Costa, simples e monumental. Correto, não impôs à cidadania senão um ordenamento racionalista vigoroso, com aguda sensibilidade à inserção do edificado num ambiente de convívio dos homens com a natureza, ainda que genérica, podendo ser implantada na savana ou na floresta, no equador ou no trópico.

Também é produto das arquiteturas modernas que o Brasil já estava produzindo há pelo menos trinta anos e, nos anos cinquenta especialmente, por Oscar Niemeyer e sua equipe.

A coragem e a ousadia manifestadas no político, no urbanista e no arquiteto, ocuparam corações, mentes e braços operosos, representados, hoje, quase misticamente, por Bernardo Sayão e Israel Pinheiro, mas dignificados pela massa de cangangos construtores.

Todos somos herdeiros desse le-



gado.

Então, os designios arquitetônicos daquele momento histórico traduziram-se na concepção vencedora do Plano Piloto de Lúcio Costa.

O projeto de Brasília fundamenta-se nos quatro princípios do urbanismo racionalista: Habitação, Circulação, Trabalho e Lazer. Interpretados por Lúcio Costa, esses quatro princípios traduzem-se nas quatro escalas — Monumental, residencial, gregária e bucólica — que, sobre um moderno sistema viário, ordenam a estrutura espacial do Plano Piloto e representam a sua característica mais essencial.

Eis-nos agora frente à imposição legal da preservação pelo Tombamento Federal. Poderia o Tombamento ser apenas uma comenda de mérito. Mas é infelizmente instrumento necessário, pois a cidadania tem, entre seus direitos, o da memória cultural, que lhe dá substância, raízes, nacionalidade. Essa memória, por ser socializada e pública, tem que ser protegida pelo Estado, pois particulares e corporações só agem além dos seus interesses se obrigados constitucional e legalmente. É certo que entre interesses particulares e sociais existem inúmeros meios de ação que os acomodam, indicando a preservação e as transformações possíveis.

Da mesma forma que o indivíduo tem instintos de autopreservação e autodestruição, o seu coletivo é elevado no caráter por tais instintos. Na verdade a sociedade pode ser o coletivo dos polos contraditórios mas inafastáveis da preservação e da destruição.

E o que é a preservação quando o ente-objeto é uma cidade, é Brasília? Como todos os organismos vivos, nossa cidade deve cumprir seus ciclos vitais, sem agressões ou transformações indesejáveis ou inadequadas, além daquelas que já foram consumadas por incúria, inépcia ou simples equívocos. E a identificação do que é vital para Brasília implica no reconhecimento do seu caráter, o que nos devolve à gênese da sua história e à motivação deste artigo.

Antes de tudo esta é a capital federal, assim gerada para ser a capital da cidadania brasileira. A carga simbólica que aí reside é imensa, é uma glória e é um fardo pesado. E não há dúvida que os brasileiros e todos os brasilienses têm aguda percepção desse fato. Portanto a preservação desse patrimônio físico e dessa imagem é fundamental à cidadania nacional.

A imagem, o signo Brasília, o Plano Piloto gravado pelo projeto de Lúcio Costa, tem que ter seu caráter preservado. Entre eles a disponibilidade de espaços para o crescimento das atividades administrativas e

suas consequentes, equilibradas com as áreas verdes naturais e arborizadas.

A preservação rigorosa da escala monumental da Esplanada, desde a Rodoferroviária até a Praça dos Três Poderes e dos Eixos Rodoviários Norte e Sul.

A preservação rigorosa das Superquadras, Unidades habitacionais equilibradas no sistema urbano, com seus comércios e equipamentos de lazer, ensino, saúde e pequenos serviços.

A preservação, enfim, da qualidade de vida para aqui projetada, construída e conquistada por brasileiros de todas as origens. Não é idealização socialista que o autor e muitos de nós gostaríamos. Mas, que entre as milhares de cidades brasileiras, que esta demonstre uma forma, uma maneira de vida urbana, ainda que de acesso cada vez mais elitizado.

Nesse quadro real, associado a um correto exercício de cidadania, o que o Estado deve fazer é assumir um papel catalizador dentro do processo evolutivo natural da cidade. Por um lado lutar pela preservação máxima possível do caráter mencionado e, por outro, antecipar-se, com um planejamento adequado, às transformações que fatalmente ocorrerão, pelas pressões de demandas que são o somatório do crescimento intra urbe e da migração. A garantia desse papel começa pelo uso dos instrumentos legais e administrativos que compõem o Estado.

Evidentemente não será possível a intervenção e ação absolutamente acertadas, mas é necessário ter coragem de decidir, arbitrar, datando e assinando os atos, para registro histórico e para o correto exercício do poder delegado do Estado e do poder cotidiano da cidadania.

A luta pela preservação implica também no equacionamento planejador da circunvizinhança do Plano Piloto, para que este não seja caracterizado como uma espécie de ghetto cultural, lugar onde uma bruma estagnante retém ímpetus modernos. O ambiente Brasília é um amálgama que, conforme sempre afirmamos, contém todos os Brasis, americano, europeu, africano e asiático. Setores antigos e novos, com diversos tipos de problemas a serem sanados, não podem ser conservados in vitro, com suas origens e suas deformidades. Os exemplos do setor Comercial Sul, dos Comércios Locais da Asa Sul, das quadras 700, ou do Cruzeiro, precários na implantação e construção primeira e ainda mais precários nos desdobramentos de péssima urbanização, demonstram as dificuldades para uma preservação adequada à realidade brasiliense.

Nossa realidade traz também a diferenciação entre as asas Sul e Norte, como exemplos de formas de ocupação, uma mais sujeita às regras iniciais e marcas das arquiteturas da década de 60, outra "cheia de vazios" nas Superquadras, com uma ocupação adensada de comércio e serviços nas margens da avenida W-3, e uma arquitetura eclética ou simplesmente misturada, subjugada por letreiros, luminosos, mau gosto e uma barafunda de atividades.

José Galvão Jr. (soneca), é arquiteto e ex-diretor da 14ª Coordenadoria do Patrimônio Histórico (Centro-Oeste), do IBPC — Endereço para correspondência: SQS 416 — BH — ap 204 70879-080 — Brasília-DF

BRIC A BRAC

TUDO PODE
SER DITO
NUM POEMA

Deixou saudades, mas não morreu

Maria Cruvinel

Jornalista

É realmente uma publicação que contribui para o enriquecimento editorial do País e que demonstra originalidade gráfica, oferecendo-nos a possibilidade de apreciar uma quantidade significativa de poesias e personagens históricas, ativistas da cultura nacional e mesmo de fora. É louvável ainda que a iniciativa nos venha da Capital.

Pietro Maria Bardi,
Presidente do MASP.

BRIC-A-BRAC DEIXOU SAUDADES, MAS NÃO MORREU

O grupo poético **Bric-a-Brac**, criado em Brasília, em 1984, como uma forma de combate cultural às tentativas de endurecimento do general Newton Cruz (lembrem-se de Scriniski: "En la lucha de clases/ las armas son buenas/ piedras, fuziles, poemas"), surgiu em torno de um núcleo de poetas, artistas gráficos, fotógrafos, jornalistas, diplomatas e produtores de arte que se reuniam na Livraria Presença. Hoje pode-se afirmar que do ponto de vista estético o grupo cumpriu um ciclo de brilho na poética brasileira. A revista **Bric-a-Brac** era, digamos, o carro-chefe da proposta. Seis números foram editados, quase 800 páginas de biscoitos finos poéticos, algumas entrevistas-documento — Augusto de Campos, Manuel de Barros, José Mindlin, Paulinho da Viola, Pierre Verger, Caetano Veloso foram alguns trabalhos jornalísticos de qualidade e pesquisa — e um trabalho gráfico de refinamento invejável. No entanto, **Bric-a-Brac** editou ainda seis livros de poesia, dois discos (o primeiro LP de Renato Matos, inclusive), um álbum de poemas gráficos em serigrafia e chegou a realizar um grande show musical. Tudo isso, a partir de Brasília e envolvendo artistas do país inteiro.

Bric-a-Brac nunca foi uma proposta econômica. Nunca foi uma questão de lucro/prejuízo. Desde o começo, pôs em prática uma proposta estética condizente com nossa época: a agilidade, a síntese e a riqueza da arte, **clip**, cibernética, pós-moderna em contato direto com a tradição poética brasileira e mundial.

POR UMA ARTE DE PONTA

A poesia e o grafismo dos anos 80 e 90, dialogando com a Vanguarda e os Inventores artísticos de todas as épocas. Os diversos "Brasis" estéticos sendo liquidificados em um único caldo cultural no Planalto Central do País.

No texto de abertura da revista **Bric-a-Brac**, de 1986, assim foi definida nossa proposta estética:

"**Bric-a-Brac**: prenúncio do século XXI

Um momento e muitas direções, como os estilhaços da "Challenger

ferindo o espaço, sem retorno, com uma única diferença: tudo nos salva e ilumina: viagem-viver, escrever escrevermos; não há porto de chegada, não há nada. O rock, a burla, o traço, o retrato do ato, a fé, nossa senhora dos prazeres".

Poesia clip na idade média.

Dos fragmentos da modernidade buscamos a formação de uma arte de ponta, levando em consideração todas as propostas estéticas brasileiras que ousaram experimentar e buscar algo inovador na cultura brasileira. **Bric-a-Brac** segue a trilha aberta pela **Semana de Arte Moderna de 1922**, passando pela Poesia Concreta e pela Bossa-Nova dos anos 50, pelo Tropicalismo e mais recentemente pela arte Clip Pós-Moderna, que vem utilizando com sucesso novas formas de veiculação poética.

Todos os sons. Todos os visuais. Todas as falas.

A PRODUÇÃO POÉTICA BRIC-A-BRAC — BREVE HISTÓRICO

De 1985 até 1991, cinco (5) números da revista **Bric-a-Brac** chegaram ao público leitor brasileiro. Cerca de 20 mil revistas circulando com inventos e experiências que fundem artes gráficas, poesia, fotografias e a densidade teórica da própria arte, através de ensaios, artigos e as famosas entrevistas-documento de **Bric-a-Brac**. Uma revista de poesia que tem sua base no jornalismo.

A **Bric-a-Brac** nº 1 funcionou como matriz do projeto. Reuniu poetas de Brasília e circulou praticamente na Capital. Hoje ela tem um imenso valor histórico.

Na edição da **Bric-a-Brac** nº 2 a surpresa: um inédito de Manuel Bandeira, "A Cópula", descoberto no Departamento de Obras Raras da Biblioteca da Universidade de Brasília — UnB —, e publicado no ano do centenário do nascimento do poeta de "Estrela da Manhã". Foi o casamento entre a modernidade e a tradição, e sua publicação teve grande repercussão entre a elite intelectual brasileira e na imprensa especializada.

Ainda na mesma revista, uma entrevista-documento, em forma de encarte, com o poeta Augusto de Campos. Foram dezesseis páginas

de reflexão sobre os 30 anos de Poesia Concreta e os caminhos da modernidade poética brasileira.

Em 1988, um número especial de **Bric-a-Brac**: Graphoesia, um álbum que reuniu quinze poetas brasileiros, com trabalhos publicados em igual número de Lâminas impressas em serigrafia. Uma edição artesanal e limitada, com refinado tratamento gráfico. A apresentação de **Graphoesia** foi do atual diretor do MASP, o artista plástico Fábio Magalhães. Disse ele:

"Brasília tem vocação cultural para a Poesia. Surgiu de uma idéia, de uma utopia-vontade de ser. Nasceu como um poema gráfico-dois traços síntese de Lúcio Costa.

A cidade é pós-concreta e seus poetas habitam o espaço da modernidade".

Ainda neste ano, **Bric-a-Brac** editou um catálogo em memória da artista plástica Regina Ramalho, integrante do grupo deste a sua formação e, falecida em julho daquele ano.

Um trabalho muito especial, feito com garra e amor, que ficou pronto em dez (10) dias, para acompanhar uma exposição retrospectiva.

Em dezembro de 1988, **Bric-a-Brac** lançou a coleção "Poesia de Bolso", com cinco livros individuais: **Solares**, de Angélica Torres Lima; **Punhais**, de João Borges; **Falas**, de Maria Lúcia Verdi; **Liras**, de Luiz Martins e **Realejos**, de Luis Turiba.

Um ano depois (1989) é publicada a revista **Bric-a-Brac** nº 3 com uma histórica entrevista-documento com o poeta Manoel de Barros. Sobre esta entrevista, assim se manifestou o intelectual, escritor e acadêmico Antônio Houaiss:

"Devo confessar que vocês me parecem triplicamente galardoados: primeiro, porque o fez falar por dentro dos horizontes da sua própria poesia, o que me parece algo inaugural, pois se trata, como é público e notório, dos mais casmurros encaramujados poetas do nosso grande poetar; segundo, porque Manoel de Barros usa de uma franqueza e de

sassombro de quem decidiu, no instante, cortar as amarras com a discrição e fazer brotar de dentro todas as suas intuições e convicções dos seus muitos anos, muitas décadas de poeta sem-par no cenário poético nosso e diria mesmo universal; terceiro, porque nunca se juntou, num único diálogo, tanta informação e tanta emoção sobre o poeta — o que faz da entrevista, algo de agora em diante indispensável para quem queira situar-se no universo barroco".

Bric-a-Brac nº 4 saiu em 1990, lançada no Bial Internacional do Livro de São Paulo. Em sua edição, poemas inéditos de Carlos Drummond de Andrade, Arnaldo Antunes, Haroldo de Campos; um profundo mergulho na história universal do livro, através de uma entrevista-visita à biblioteca do empresário e do homem de cultura José Mindlin. Uma longa conversa e um surpreendente ensaio fotográfico, também inédito, com o fotógrafo-antropólogo Pierre Verger sobre a Poesia dos Orixás. E mais: Paulo Leminski, Athos Bulcão, Rubem Valentim, Bené Fonteles, Antônio Risério, Luis Turiba.

Bric-a-Brac nº 5 saiu no final de 90, início de 91 e consolida definitivamente sua proposta estética. Vinte e três das suas 104 páginas em papel couchê com policromias, são dedicadas ao renascimento da Vanguarda Poética Russa na União Soviética Pós-Glasnost. O sambista Paulinho da Viola é o entrevistado especial desta edição e conta, maravilhosamente, a história do samba carioca ao longo deste século. O poeta e ensaísta Antônio Risério propõe a definitiva incorporação ao patrimônio poético brasileiro e mundial a estética textual indígena e africana. A própria edição já traz a poética dos Guaranis, lendas Suruis e Ianomamis, orikis da cultura Lorubá, visuais, o cheiro do terra brasilis. Um quadro inédito do pintor primitivo goiano Antônio Poteiro. Uma entrevista-poema de Alice Ruiz com Mário Quintana. Poemas de Francisco Alvim, Tetê Catalão, Zuga Sarganta. Um soneto inédito da pintora Tarsilla do Amaral e pinturas de Edwaldo Pacote.

O Editor que sonha com seu próprio livro

O poeta Luis Turiba costuma dizer que precisa "tomar vergonha na cara" e publicar seu primeiro livro. Verdade. Como editor e líder de um movimento poético tão avassalador e importante para a linguagem, para a cidade e para a cultura brasileira como foi o furacão **Bric-a-Brac**, ele realmente tem essa dívida pública por tudo que escreveu, conviveu, viveu sempre carregado de paixão, metáforas, rimas, imagens, trocadilhos e toques poéticos. Turiba, por exemplo, possui uma série de traduções inéditas sobre poesia de etnias, feitas a partir de uma entrevista e pesquisa com o poeta norte-americano Jerome Rothenberg que quem eu garanto: é de uma beleza extraordinária.

O livro tão sonhado, explica ele, só não entrou no prelo este ano, porque assumiu a coordenação da editora Brasília, do *Jornal do Brasil*, e "o jornalismo não deixa muito tempo para a arquitetura poética, que sempre precisa num processo de in-

tenso trabalho e muito ócio. De qualquer maneira estou muito feliz pois, apesar das tensões, estamos conseguindo levar Brasília ao país através desta editoria do JB".

O livro já tem, inclusive, título. Chamar-se-á *Texturas da Terra*, numa clara homenagem de amor ao planeta onde vive. Como complemento dos textos inéditos, Turiba pretende fazer uma "autologia" dos seus poemas mais maduros dos pequenos livros publicados na guerrilha das décadas 70 e 80, além dos textos da própria revista **Bric-a-Brac**, incluindo sua fase iorubana, quando pesquisou a linguagem de candomblé para escrever poemas de sonoridades afros.

É idéia do líder do movimento **Bric** editar junto ao seu "primeiro livro" um disco com diversas canções baseadas em poemas seus, músicas feitas por Renato Matos, Manduka, Nanico e até Rita Lee, como o rock **Ou a gente se Raoni ou a gente se Sting**.

POETAS

Os poetas de Brasília preocupam-se todo o tempo em cantá-la, para o bem ou para o mal. A decifração quase impalpável da Esfinge Brasília (na expressão feliz de L.C. Lopes), a mais terrível de todas as esfinges porquanto objeto imperfeito da História e das pessoas e poetas que ainda a constróem diuturnamente. E com o contraponto do cerrado, esse notável jardim natural onde pousou a nave obrigatória de Lucio Costa, dentro em si trazendo o gênio da raça, Os car. Nos poemas que se seguem, todos eles de moradores da cidade, à excessão do consagrado goianense Miguel Jorge.

Nina Tubino

É noite no cerrado!
No céu de Brasília
Encanto e magia.
No azul profundo,
bordado de estrelas,
busco minha guia.

No horizonte escuro
as imagens claras
do poder do homem,
plantado na terra.
E as praças de concreto
alinham-se em alas
de desesperança.

A fé ergue pirâmides
de esperança e encanto,
viva a sabedoria dos profetas
e na palavra dos evangelistas:

Brasília dorme
nos memoriais de luz tênue
onde homens de fé
escreveram seus caminhos.

Neste silêncio,
sem ação,
contemplo meu País
enquanto dorme,
pergunto a Deus,
onde há Nação?...

Maria de Lourdes Reis

Brasília,
és na verdade,
a cidade do horizonte sem fim,
do horizonte infinito como o nosso ideal
de amar e viver,
de lutar e vencer!

Ideal
de ver crianças felizes
levando para a escola mais livros e mais pão.

Ideal
de ver o povo livre
fazendo do trabalho uma nova oração.

Simão de Miranda

...Então estás tão dentro de mim,
que acabo amando-te.
Tão cruel, tão humana,
tão linda, tão desengonçada...
Estás incrustada em mim
como eu em ti.

Até parece que sou
mais uma árvore no teu cerrado
com as raízes presas definitivamente
nas tuas entranhas.

Brasília-menina-moça-prostituta honrada
que se oferece inteira
abrindo as asas
e cruzando os eixos.

Nossas aberrações e contradições periféricas
provam somente que a semente
no tão cerrado já está adulta
e até dá frutos.

Estás tão dentro de mim
que não consigo odiar-te.

E após as brigas
entre mortos e feridos
acabo amando-se demais

Simão de Miranda — Cx. Postal 8118
72401-970 — Gama Leste, DF

Ideal

de ver nossa Bandeira
cor das matas, do Sol, do firmamento azul,
com as brisas entoar um hino à Liberdade
que se ouvirá no Norte
e se ouvirá no Sul!

Brasília,
do horizonte sem fim,
és Capital de um Brasil onde o Amor e a Justiça
viverão sempre em nós,

como vives em mim.

Endereço: Casa do Poeta Brasileiro —
SQS 109, bl. C, ap. 506
70.372 — Brasília, DF.

Idéias sem espaço

Maria Félix

Jornalista

Peças de resistência nos anos 70, redutos de intelectuais e da fina flor do jornalismo, os cadernos culturais dos jornais não resistiram à geração dos enlatados, do **skate**, e do controle remoto. Hoje, o lema dos segundos cadernos é, quase sempre, o mesmo das demais páginas dos jornais. Isto é, abaixo a opinião e viva a informação. As seções de roteiro e de televisão são tão importantes como as de divulgação de idéias, afinal as pesquisas as indicam como as preferidas do leitor. Recente pesquisa realizada pelo **CORREIO BRAZILIENSE** demonstrou essa tendência.

O editor de Cultura do Correio, Paulo Pestana, lembra que o jornalismo cultural tinha, há alguns anos, a preocupação de divulgar idéias e que hoje ficou parecido aos outros. Mesmo assim, Pestana considera essa mudança benéfica. "Perdemos a densidade ideológica mas ganhamos no caráter de informações", afirma. Ele destaca o fato do jornal ser democrático, na medida em que procura divulgar todos os acontecimentos da cidade. Mas admite que os espaços destinados à opinião vêm desaparecendo. O exemplo disso é a falta de críticos especializados no Correio nas áreas de poesia e de artes plásticas. E ressalta: "não publicamos poesia porque é difícil fazermos uma seleção".

O editor do Caderno Dois do Jornal de Brasília, Sérgio Basi, acha que a informação deve ser mesmo a base do jornalismo, mas considera a opinião muito importante. Fazê-la é que é difícil, pelo menos no seu entendimento. De acordo com suas observações há falta de profissionais qualificados nessa área e o nível dos jornalistas de cultura está muito aquém dos da Folha de S. Paulo ou de outros grandes jornais.

Fronteiras

Apesar de afirmar que não existem fronteiras para a cultura, o jornalista Oliveira Bastos, que abriu espaços nos segundos cadernos da cidade, a partir da década de 70, com a contratação de profissionais especializados na área, acha que o jornalismo de hoje "parece ignorar os movimentos que surgem em Brasília". E continua: "Ficam en-deusando os escritores e artistas que já possuem grande espaço na imprensa, enquanto há inúmeros talentos por aí, como o professor Ronald, da UnB, por exemplo, um dos papas da estilística e ninguém fala nele".

Oliveira lembra ainda que Brasília é hoje a cidade com a maior população de nível universitário e que carece de informação com qualidade. "Mas a televisão tomou corações e mentes e os jornais estão trabalhando muito paralelo a ela", arremata.

O professor e poeta Cassiano Nunes também tem a mesma opinião. Ao seu ver, a imprensa, que devia ter uma atividade crítica, didática e ética, se subalternizou no seu desejo de sucesso, imitando e ficando dependente da tevê. Autor de vários artigos que apontam a decadência intelectual dos jornais brasileiros, Cassiano Nunes afirma que é preciso melhorar as páginas culturais dos órgãos de imprensa, através de uma autocrítica.

O poeta critica ainda o fato de haver uma verdadeira "guetificação" nos jornais, que é o domínio de um pequeno grupo que expõe o mesmo pensamento. Na opinião do poeta, os meios de comunicação criam a atmosfera espiritual no Brasil e o rádio e a televisão são, do ponto de vista técnico, maravilhosos. "Eles possuem um poder de divulgação quase absoluto, mas a pobreza mental e a apologia da mediocridade neles dominam quase que completamente".

O fim do segundo

CLÁUDIO LYSIAS

Jornalista

Há mais ou menos dez anos, o jornal **"O Globo"** encomendou uma pesquisa para saber o que era mais lido em seu segundo caderno. Houve apostas. A página de TV era a favorita, seguida pelo roteiro e pelo noticiário geral e críticas. Deu a coluna "O que Você Deve Saber Sobre Medicina", verdadeiro azarão do páreo. Estava sacramentado, então, o fim dos segundos cadernos ou "cadernos culturais", como eram conhecidos. Surgiram, então, produtos híbridos, em que informações relevantes disputam espaço com críticos enlouquecidos, sempre mais importantes do que os autores das obras criticadas. Há exceções, é lógico, como o "Mais" da **Folha de S. Paulo** e o segundo caderno de **O Globo** aos domingos, mas eles apenas confirmam a regra, e apenas em um

dia da semana. Aqui em Brasília, muitos dos jornalistas que faziam do segundo caderno um ofício resolveram fazer edições de jornais e revistas independentes, com o **Fogo Cerrado** e a **Bric-a-Brac**, que sempre saíram de vez em quando (devezenquandários) por força das circunstâncias e por falta de dinheiro mesmo. **Bric-a-Brac** é uma revista de fama nacional. A Edição do **Fogo Cerrado** sobre Glauber Rocha, **Opera Glauber**, fez mais sucesso em Barcelona e no Rio do que em Brasília. Em Barcelona o jornal foi exposto como um grande painel. Em suma: o segundo caderno como sinônimo de caderno cultural não existe mais. O jornalismo de "transgressão", como define Reynaldo Jardim, só existe em produções independentes. Quando deixam.



Alvorada de um novo tempo

*33 anos, idade de Cristo
idade da Razão.
Brasília, na alvorada
de um novo tempo,
ganha sua Lei Orgânica
assume, de vez, sua
cidadania, o seu próprio tempo
Tempo de JK, o fundador:
"Deste Planalto Central,
desta solidão que em breve
se transformará em cérebro*

*das altas decisões nacionais,
lanço os olhos mais uma vez
sobre o amanhã de meu País
e antevejo esta alvorada..."
O amanhã de JK chegou.
JK que plantou no ventre
do Planalto, Brasília, a nossa
flor do cerrado!
Num gesto intrépido,
destemido, ousado.*

*Contra os profetas do atraso,
contra o medo,
com a fé inabalável no Amanhã...
Nesta alvorada deste novo tempo
Só nos resta a capital esperança
de ver, no amanhã, a Lei Orgânica
nos braços, corações e mentes,
do povo que ajudou a construí-la
esta é a Alvorada do nosso
próprio tempo!*

HOMENAGEM DA CÂMARA LEGISLATIVA AO FUNDADOR DE BRASÍLIA, JUSCELINO KUBITSCHEK